SANKOFA – HISTÓRIAS DE VIDA DE CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ: Retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro

GIZELYA DA SILVA MORAIS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
FEVEREIRO- 2024

SANKOFA – HISTÓRIAS DE VIDA DE CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro

GIZELYA DA SILVA MORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Clareth Gonçalves Reis

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
FEVEREIRO- 2024

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

M827 Morais, Gizelya da Silva.

SANKOFA – HISTÓRIAS DE VIDA DE CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ : Retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro / Gizelya da Silva Morais. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

200 f. : il.
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.
Orientadora: Maria Clareth Goncalves Reis.
Coorientadora: Érica Terezinha Vieira de Almeida.

1. Catadoras de materiais recicláveis . 2. Histórias de vida. 3. Resistência. 4. Interseccionalidade. . I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

SANKOFA – HISTÓRIAS DE VIDA DE CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro

GIZELYA DA SILVA MORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Clareth Gonçalves Reis
Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Érica Terezinha Vieira de Almeida

Campos dos Goytacazes, 21 de Fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA DESIDERIO LOBO PRUDENCIO
Data: 25/03/2024 15:15:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Juliana Desidério Lobo Prudêncio
Doutora em Políticas Públicas Sociais (Universidade Federal Fluminense - UFF)

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINEIA TAVARES LOPES
Data: 25/03/2024 13:10:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edneia Tavares Lopes
Doutora em Educação (Universidade Federal de Sergipe - UFS)

Documento assinado digitalmente
gov.br GIOVANE DO NASCIMENTO
Data: 25/03/2024 11:19:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CLARETH GONCALVES REIS
Data: 25/03/2024 20:20:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Clareth Gonçalves Reis (Orientadora)
Doutora em Educação (Universidade Federal Fluminense - UFF)

Documento assinado digitalmente
gov.br ERICA TEREZINHA VIEIRA DE ALMEIDA
Data: 25/03/2024 19:46:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Érica Terezinha Vieira de Almeida (Coorientadora)
Doutora em Serviço Social (Universidade Federal Fluminense – UFF)

AGRADECIMENTOS

Ao que me mantem, me guia, me protege e me deu o sopro da vida, trazendo-me até este lugar e este momento para que eu pudesse honrar minha ancestralidade, espiritualidade, e todos/as que vieram antes de mim para seguir firme em mais uma etapa do percurso acadêmico, que só foi possível pela confiança daqueles que me nutriram.

Agradeço à minha família, minha mãe, Carmelita da Silva Morais e ao meu pai, Jair Caxias Morais, pelas orações, aos quais honro e celebro, por tanto se dedicaram para que eu pudesse chegar até aqui. Aos meus irmãos, Romerito da Silva Morais e Rildon da Silva Morais, e à minha cunhada Leonor Emanoelly, por vibrarem comigo a cada conquista, sendo também apoio emocional e financeiro: Vocês são meu chão para que eu siga o caminhar em busca dos meus sonhos.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis e minha coorientadora Profa Dra Érica Terezinha Vieira de Almeida, que abraçaram a mim e a esta escrita, fortalecendo-me, incentivando, confiando e lembrando-me da minha capacidade e da importância e valor desta pesquisa, contribuindo para o melhor desempenho desta dissertação.

Também ao quilombo de orientação coletiva, em especial à Samara Moço, Carem Cristina, Lauriane Teixeira, Laryssa Gonçalves, Esthér Severiano, e ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEABI- UENF - pela acolhida e escuta, por viverem o real sentido do aquilombar-se. Acolhendo uns aos outros em irmandade.

Ao Programa de Políticas Sociais e à UENF, pelo suporte concedido sempre que necessário, bem como pela oportunidade de ter tido o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - para a realização deste mestrado, suporte que me permitiu dedicar-me exclusivamente a esta pesquisa. Torço para que este apoio possa ampliar-se garantindo para além da bolsa.

Às cooperadas das cooperativas *Nova Esperança* e *Renascer*, por inspirarem e terem aceitado colaborar com esta escrita, compartilhando suas histórias de vida. Histórias grandiosas, sensíveis, fortes e admiráveis que precisam ser ouvidas, narradas e compartilhadas, dado o tamanho da importância de suas protagonistas. Vozes, corpos e mentes, sem as quais esta dissertação não seria possível, meu muito obrigada!

Ao meu companheiro Cláudio Gonçalves, por ter sido meu porto seguro nessa jornada, acolhendo-me, acalmando-me, alimentando-me e também indo ao campo de pesquisa junto comigo. Agradeço pelo cuidado e pelo afeto que possibilitaram que eu não me perdesse ou desistisse em meio aos desafios e aos conflitos cotidianos.

Finalmente, aos amigos/as, Pauline Ildefonso, Gabriel Tisse, Letícia Evangelista, Larissa Guimarães, Caroline Delgado e Marcyo Balthazar, pela amizade, apoio, boas risadas e incentivo, fazendo-me acreditar e por suportarem comigo a loucura do dia a dia.

SUMÁRIO

MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA: PERCEBENDO-ME NEGRA 14
INTRODUÇÃO 19
CAPÍTULO 1 - PERCURSOS METODOLÓGICOS: EM BUSCA DE UM FAZER ACADÊMICO 33
1.1 Traçando um caminho: Convite a um posicionamento crítico reflexivo 34
1.2 Equipamentos de trabalho: O referencial teórico-metodológico 54
1.3 Travessias e andanças, constituindo o material da pesquisa 59
CAPÍTULO 2 - GUARUS NA PLANÍCIE GOYTACÁ 74
2.1 A Guarus dos Guarulhos resistentes 74
2.2 A margem "de lá" do Paraíba do Sul 87
2.3 Trajetórias negras e resistência: tecnologia ancestral 97
CAPÍTULO 3 - SUJEITAS CATADORAS E INTERSECCIONALIDADE NO ENFRENTAMENTO AO COTIDIANO 105
3.1 Nova Esperança e Renascer: Cooperativas de materiais recicláveis, protagonismo, luta e resistência 108
3.2 Catadoras de recicláveis e a feminização do trabalho pouco remunerado 121
3.3 Mulheres negras, reprodução Social, Maternidade, Infâncias negras e proteção social 139
CONCLUSÃO 171
REFERÊNCIAS 174
APÊNDICES 194
ANEXOS 197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Freguesias de Campos dos Goytacazes entre os períodos de 1785 -1799 80

Tabela 2 - Classificação de vulnerabilidade social por áreas da cidade de Campos dos Goytacazes 88

Tabela 3 - Porcentagem de pessoas cadastradas no CadÚnico em cada território de assistência social 89

Tabela 4 - População da Capitania do Rio de Janeiro (1789) 102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pai, mãe e eu 11
Figura 2 - Abdias Nascimento, Leci Brandão, Wilson Simonal, Ruth de Souza e os Oito batutas 20
Figura 3 – Sankofa nº2: Resgate (Adinkra Asante), 1992 22
Figura 4 - Carolina Maria de Jesus 24
Figura 5 - Neusa Souza, Maria Beatriz Nascimento e Lélia González 31
Figura 6 - Cheikh Anta Diop, laboratório IFAN, Dakar,1976 32
Figura 7 - Quilombismo (Exu e Ogum), 1980 / Abdias Nascimento 33
Figura 8 – Aula ministrada pelo professor Ironildes Rodrigues 37
Figura 9 - Dona Noinha Mestra do Jongo patrimônio imaterial de Campos em evento do NEABI na UENF – 2016 38
Figura 10 - Adinkra Sankofa 39
Figura 11- Obra “Anastácia Livre”, do artista Yhuri Cruz 40
Figura 12- Pontes sob o rio Paraíba do sul em Campos dos Goytacazes 43
Figura 13 - Vídeo de introdução às questões da entrevista no escritório/cozinha da cooperativa Nova Esperança 44
Figura 14 - Bastidores da entrevista com Camélia e Dália 45
Figura 15 - Bastidores da entrevista com Margarida 51
Figura 16 - Planície Campista às margens do rio Paraíba do Sul – 2019 52
Figura 17- Campos dos Goytacazes em 1928 57
Figura 18- Urubus e pessoas no lixão da Codin 59
Figura 19 - Carolina de Jesus em 1958 na favela do Canindé, às margens do rio Tietê 73
Figura 20 - Compilado de algumas Igrejas Evangélicas atuantes em Guarus 68
Figura 21 - Escultura tradicional ghanesa de madeira de ébano – Sankofa 87
Figura 22- Urubus e pessoas convivendo com o lixo 98
Figura 23- Carolina de Jesus e os filhos na catação 98
Figura 24- Catadores lixão da CODIN 98
Figura 25 - Carolina de Jesus catadora 103
Figura 26 - Catadores das manifestações das “jornadas de junho” 2013 105

Figura 27 - Reuniões de discussão e formação da Cooperativa Nova Esperança, na Terra Prometida, 2015 – 2016 107
Figura 28 – Cooperativa Renascer, na sede da Usina de Triagem de Santo Amaro, baixada de Campos dos Goytacazes 108
Figura 29 - Audiência Pública que teve como tema *Política Municipal de Coleta Seletiva* - setembro 2023 110
Figura 30- Mirtes Renata Santana de Souza e Miguel Otávio 118
Figura 31- Laudelina de Campos Mello lidera mulheres domésticas em Campinas em 1936 120
Figura 32 - Aline passando a faixa presidencial para Lula em posse de seu 3º mandato 140
Figura 33 - *Mãe Preta* - Óleo sobre tela de Lucílio de Albuquerque – 1912 141
Figura 34 - Casa de Carolina Maria de Jesus. Um barraco feito de tábuas, coberto com lata, papelão e tábuas, na então Favela do Canindé 155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Reciclagem global de resíduos sólidos no Brasil, 1999-2008 (%) 111
Gráfico 2 - Trabalhadoras domésticas por tipo de atividade no Brasil 122
Gráfico 3 - Perfil das cooperativas de catadores de Campos 130
Gráfico 4 - Perfil por sexo das cooperativas de catadores de Campos 131
Gráfico 5 - Perfil por Estado Civil das cooperadas de Campos 140
Gráfico 6 - Atlas da Violência – 2021 156
Gráfico 7 - Dados da pesquisa Visível e Invisível -2023 161
Gráfico 8 - Déficit Habitacional no Brasil por região (2016-2019) 165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Norte do Rio de Janeiro 76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
DGPAM – Departamento Geral de Proteção à Mulher
ERER – Educação Para as Relações Étnico-Raciais
FNPEATI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNU – Movimento Negro Unificado
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NETRAD – Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais
RNF – Região Norte Fluminense
SECONSERVA – Secretaria Municipal de Conservação
TEN – Teatro Experimental do Negro
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFF – Universidade Federal Fluminense
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
VIGISAN – Vigilância da Segurança Alimentar Nutricional

RESUMO

A referida pesquisa de mestrado tem por objetivo analisar histórias de vida de 4 mulheres ex-catadoras de lixão e atualmente, cooperadas nas cooperativas de materiais recicláveis *Nova Esperança* e *Renascer* em Campos dos Goytacazes/RJ. A escrita dá relevância para o percurso metodológico no campo em busca de responder "*Como as histórias de vida das catadoras de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes evidenciam os cotidianos e conflitos experienciados a partir da intersecção de gênero, raça e classe no contexto do capitalismo neoliberal e suas novas formas de produção de subjetividades?"* Através das entrevistas, pudemos dialogar com as categorias de trabalho, maternidade, arranjo familiar, amor, infâncias, cuidado, reprodução social, proteção e política social, território e resistência. O texto ainda faz de maneira respeitosa e honesta um convite a uma reflexão crítica sobre a forma como historicamente a universidade vem fazendo e considerando o que venha ser ciência. Frente ao desafio de uma escrita sob o prisma dos subalternos, procuramos olhar a cidade de Campos dos Goytacazes a partir dos resistentes e marginalizados. Metodologicamente, utilizamos a abordagem do tipo qualitativa, fazendo uso de história oral e revisão bibliográfica como métodos investigativos. Entrevistas de histórias de vida, observação participante e conversas qualificadas como instrumentos de coleta. No corpo do texto, há a presença de Carolina Maria de Jesus, que além de referência, age também como metáfora visual nas interações com as histórias das entrevistadas. Em consonância à convocação de Abdias Nascimento para um fazer acadêmico que valorize e priorize vozes negras, utilizamos da *amefricanidade* de Lélia Gonzalez e da *Interseccionalidade,* como ferramenta analítica. Como embasamento teórico, priorizamos perspectivas e epistemes que dialoguem com as perspectivas dos estudos decolonial, anticolonial, contra-colonial. Estas foram as primeiras nas nossas escolhas, contudo, não significa dizer que excluímos outras vozes vindas de outras e diferentes direções na hora de compor este texto.

Palavras-chave: Catadoras de materiais recicláveis; Histórias de vida; Resistência; Interseccionalidade.

ABSTRACT

The aforementioned master's research aims to analyze the life stories of 4 women who were former landfill collectors and currently cooperated in the Nova Esperança and Renascer recyclable materials cooperatives in Campos dos Goytacazes/RJ. The writing gives relevance to the methodological path in the field in search of answering How the life stories of the recyclable materials collectors in Campos dos Goytacazes highlight the daily lives and conflicts experienced from the intersection of gender, race and class in the context of capitalism neoliberal and its new forms of production of subjectivities? Through the interviews we were able to talk about work, motherhood, family arrangement, love, childhood, care, social reproduction, protection and social policy, territory, and resistance. The text also respectfully and honestly invites critical reflection on the way in which the university has historically done and considered what constitutes science. Faced with the challenge of writing from the perspective of subalterns, we seek to look at the city of Campos dos Goytacazes from the perspective of the resistant and marginalized. Methodologically, we used a qualitative approach, using oral history and bibliographic review as investigative methods. Life story interviews, participant observation and communicative conversations as collection instruments. In the body of the text there is the presence of Carolina Maria de Jesus, who in addition to being a reference, is also a guiding thread for interactions with the interviewees' stories. In line with Abdias Nascimento's call for academic work that values and prioritizes black voices, we use Lélia Gonzalez's Americanism and Intersectionality as an analytical tool. As a theoretical basis, we prioritize perspectives and epistemes that dialogue with the perspectives of decolonial, anti-colonial and counter-colonial studies. These were the first in our choices, but this does not mean that we excluded voices received from other and different specifications when composing this text.

Keywords: Collectors of recyclable materials; Life stories; Resistance; Intersectionality.

MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA: PERCEBENDO-ME NEGRA

> Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências absurdas além de ser constrangida com expectativas alienadas. Mas que é também a experiência de comprometer-se a resgatar e recriar potencialidades (Neusa Souza).

Ao nos deparamos com os rumos tomados pela escrita sentimos necessidade de localizar o leitor a respeito de quem escreve este texto e de como se relaciona com a temática debatida no estudo em questão. Neste propósito é feito um retorno ao próprio passado e o texto é narrado em primeira pessoa por Gizelya da Silva Morais. A autora busca sintetizar um pouco da própria trajetória de vida dando destaque para o processo de "descoberta" quanto uma sujeita negra. Imaginando que, dessa forma, talvez possibilite ao/à leitor/a compreensão de como ocorreu sua ligação com a temática das relações étnico-raciais e as políticas sociais com foco na população negra.

O trecho de Neusa Souza que abre esta parte do trabalho é retirado de "Tornar-se Negro". Uma leitura que me encontrou e passou a acalentar-me, após uma ocupação universitária em 2012, trazendo sentido para as ideias que não se encaixavam sobre mim até aquele momento. Nasci e cresci na Amazônia paraense, sou a neta mais velha por parte de mãe e filha do meio de mais dois irmãos. Meu pai homem negro, aposentado. Foi agricultor e posteriormente trabalhador braçal de uma serraria de extração de madeira, filho de um indígena com uma mulher negra. Nascido e crescido nas matas da Amazônia maranhense no ano de 1949, nunca frequentou o ambiente escolar tradicional. Aprendeu a ler e a escrever, e a matemática básica, sozinho, já adulto através de programas de rádio a pilhas.

Minha mãe, uma mulher de pele clara, a mais velha de seis irmãos, é empregada doméstica, filha de nordestinos. Frequentou a escola até a segunda série primária, o suficiente para aprender a ler e a escrever o nome, e a fazer as quatro operações básicas da matemática. Teve que abandonar a escola aos 8 anos de idade para cuidar dos irmãos mais novos, assim como meu pai também é líder evangélica há quase quarenta anos.

Figura 1 – Pai, mãe e eu



Fonte: Arquivo Pessoal (1993).

O destaque para a escolaridade dos meus pais é um fator importante, pois sempre viram na educação possibilidades de mudança social, mas ao mesmo tempo inalcançável. Por não terem tido acesso ao ensino escolar formal, sempre buscaram incentivar e apoiar os filhos diante da oportunidade de obter um diploma de ensino. Dessa forma, cursei toda a vida escolar, até o presente momento, em instituições públicas de ensino sendo a primeira pessoa da família (tanto de pai quanto de mãe) a cursar um ensino superior e consequentemente a fazer um mestrado.

Quando você vem de um lugar com a predominância de grupos indígenas e de pessoas “brancas” demais para serem consideradas negras e negras demais para serem consideradas brancas, uma espécie de “limbo” racial é uma constância. Adicionado a isso o fator religioso cristão, construir uma ideia sobre si e formular uma identidade torna-se uma tarefa desafiadora.

Uma das primeiras observações veio do material de estudo bíblico. Não havia nas aparências das ilustrações do material do estudo bíblico infantil nada que se assemelhasse a minha tonalidade de pele, textura do cabelo, cor dos olhos, formato do nariz, boca, queixo. Jesus era ilustrado como branco de olhos claros, então “como sou a imagem e semelhança desse deus se eu não me pareço com ele e nem ele comigo?”

No ensino fundamental a professora de História falando sobre a formação do Brasil, citou a categoria pardo. Usou a si como exemplo, quando falou do cabelo, do nariz, da cor da pele e apontou um colega “fulano é branco”, “tú és índio”, “tú és pardo”, “preto”, “mulato”, “pardo”, e eu gritei: “E eu professora?”, Ela me olhou e disse: “Parda”, depois trouxe um monte de revistas e jornais, livros e pediu para recortar figuras de pessoas que se parecessem com cada categoria que ela citou.

Pronto! Eu me encaixava na descrição, eu me parecia com os outros “pardos” apontados, pois, então eu era parda?, “mas pardo não era o papel que a professora trouxe para colar os recortes do trabalho?”. Eu não me parecia com ele e continuava com dúvidas. Na fase da adolescência os adjetivos de “preta”, “pretinha”, que já carregava da família, somaram-se aos de “morena”, “moreninha”, mas nunca “parda” ou “pardinha”. Para minha mãe eu ainda era branca, apesar do apelido que a mim destina seja *“Preta”*.

No período da universidade diante do contato com o movimento estudantil, encontros científicos e acadêmicos, e a aproximação com movimentos sociais (como MST e de mulheres contra barragens). Houve o encontro com literaturas diversas e os debates envolvendo sociedade, meio ambiente, educação, política, gênero, raça exploração do trabalho, desigualdades, pobreza, entre outros, colocaram em conflito as questões religiosas alicerçadas desde que nasci.

Já formada e no exercício do magistério, na militância sindical e agora como uma mulher nortista, recém-formada, morando no Sudeste, trabalhando em comunidades e no centro da cidade. Nesse ir e vir entre centro e periferia, mais os estudos dos temas raciais, a ocupação secundarista de escolas públicas em 2016[1], em Macaé/RJ[2] proporcionou trocas, discussões e melhores e outras compreensões envolvendo as relações étnico-raciais no contato com coletivos negros.

Essas vivências caminhavam de mãos dadas com a docência na rede de ensino público e no privado, no exercício da função de professora de Língua

---

[1] Segundo levantamento da Exame, em 2015 mais de 1100 escolas foram ocupadas em 22 estados brasileiros (mais o Distrito Federal). O maior foco de ocupações foi o estado do Paraná, onde 850 instituições foram tomadas por secundaristas (Disponível em: https://www.politize.com.br/ocupacoes-de-escolas-entenda/)

[2] https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/04/alunos-pedem-melhoria-no-ensino-e-ocupam-escola-estadual-em-macae.html

Portuguesa e Literatura. Ao mesmo tempo observava um currículo engessado, conteudista, sem muita crítica, pouco reflexivo, além da não aplicação da Lei 10.639/2003[3], e o racismo e suas manifestações como “normalidade”.

A frustração com a ausência da presença de heróis negros, negras, indígenas, diferentes povos, contando suas versões da história, com a falta de referências robustas e negras nos clássicos da literatura na composição do currículo do ciclo básico, motivou a volta aos estudos mais profundos que de alguma pudessem me auxiliar nesse fazer pedagógico.

A partir da obra de Carolina Maria de Jesus e suas histórias de vida em *Quarto de despejo: o diário de uma favelada*, após especialização feita no Instituto Federal Fluminense - campus Campos Centro- sou orientada a continuar os estudos na área das relações étnico-raciais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro -UENF - pois encontraria melhores orientações para continuar os caminhos pesquisados.

Na UENF e sob a orientação da Profa. Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis, e coorientação da Profª Drª Érica Terezinha Vieira de Almeida[4] Desenvolvemos esta escrita na linha 1 de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Sou bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e também faço parte do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), o qual tem sido verdadeiro farol nessa trajetória de escrita e, principalmente, desta permanente “descoberta” do ser negra.

Esta escrita parte do reconhecimento de um desejo, este desejo fala do anseio por refletir, significar e transformar as formas pelas quais as questões da educação para as relações étnico-raciais atravessaram, atravessam e atravessarão as histórias que são contadas, repassadas, oficializadas. Diferentes povos da

---

[3] Lei No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639).

[4] Após participação na banca de qualificação do projeto, a professora Érica Almeida foi convidada e aceitou tornar-se coorientadora da produção da dissertação. Também foi próximo ao período que a orientadora Clareth Reis teve sua ida para Brasília após cessão para o MEC.

população afro-brasileira e indígena tem o direito de se reconhecer através de histórias contadas por outras pessoas que se pareçam consigo.

Não como uma história de derrotados e cativos, como sempre foi contada, mas como de heróis e heroínas da resistência, aqueles que aqui já habitavam e dos que atravessaram o atlântico em diáspora[5]. Espoliados e tratados como mercadoria meu povo, em meu país vivenciou um apagamento histórico na sua religião, língua, saberes, identidades, memórias e culturas em geral durante séculos.

Diante disto, não me é permitido chegar aqui desautorizada, silenciada e não marcar este lugar de partida. Chego mediada e autorizada por vozes circunscritas a partir de um lugar de respeito, responsabilidade, memória e de possibilidades na busca por vozes que a muitos dos meus foi negada, silenciada, subalternizada, desacreditada e desautorizada.

Não me faltam, portanto, motivações ou implicações, nesse sentido, a maior preocupação está no controle dos excessos na ânsia de pôr na palavra aquilo que minha geração e eu pudemos colher. Somos parte dos/das que puderam colher frutos de vitórias históricas que nossos pretos e pretas velhos/velhas de maneira hábil e corajosa, semearam através das tangentes da história.

É evidente que enquanto mulher, negra, nortista e jovem nem sempre seja possível traçar uma reta, lógica e racional dos passos que me conduziram até este caminho. Todavia, assim como meus pais, ainda que espaço de disputa e ambiente de reprodução de diferentes tipos de opressões, acredito que a educação ainda é um dos meios mais acessíveis para mudança sociais.

É importante salientar que este desejo de pesquisa parte de uma construção que não é sonhada só, é na coletividade e partilha de conhecimentos, histórias e vivências que estão e seguem de pé quando ouvidas, contadas e compartilhadas. Acima de tudo é um convite a você que está prestes a iniciar a leitura desse trabalho a vir contribuir e caminhar conosco na busca por outras formas de ver e sentir a história seus desdobramentos e impactos, pois é tudo para ontem.

---

[5] Segundo Zélia Amador de Deus (2011, 0.4) a diáspora africana no continente americano, decorre do processo do colonialismo europeu e, em particular, do tráfico transatlântico e do sistema de escravidão.

INTRODUÇÃO

As histórias importam.
Muitas histórias importam.
(Chimamanda Ngozi Adichie)

Em *AmarElo: é tudo para ontem*[6], o filósofo brasileiro Emicida[7] nos provoca a olhar para o passado e ver a história do povo negro no Brasil de uma outra forma, como um movimento de resgate. O autor nos leva a entender, com sons e imagens, que no Brasil não existe uma única viga, coluna, estrada, ou poste que não tenham sido construídos por pessoas negras. Mãos negras construíram o Brasil, é explícito e notório a influência africana enraizada na sociedade brasileira, manifesta-se nos costumes, na música, na dança, na religião, na culinária, na política, nas relações e na manutenção do país.

Contudo, o protagonismo negro não foi devidamente refletido na história oficial do país, consequentemente não estão no imaginário coletivo e poucos estão presentes nos monumentos públicos que homenageiam os heróis das cidades. Poucos estão em nomes de ruas, avenidas, escolas, literatura, academias, na História que dizem ser a do Brasil. Ao nos apresentar as trajetórias vividas pelos Oito Batutas, Wilson das Neves, do Movimento Negro Unificado -MNU-, de Lélia Gonzalez, Leci Brandão, Wilson Simonal, Abdias do Nascimento e Ruth de Souza, o filme de Emicida (2019) faz ressoar poderosas vozes.

---

[6] AMARELO: é tudo pra ontem. Direção: Fred Ouro Petro. Produção de Evandro Fioti. São Paulo: Netflix, 020. Disponível em: https://www.netflix.com. Acesso em: 20 jun. 2022.

[7] É o nome artístico de Leandro Roque de Oliveira, nascido em São Paulo, em 1985. Cantor, compositor, produtor musical e desenhista. Emicida estabelece um diálogo bastante profícuo entre a tradição do rap nacional – marcada pela abordagem de temas sociais – e a emergência de linguagens e propostas estéticas exteriores a esse universo. Ele é formado em desenho pela Escola Arte de São Paulo. O apelido é a fusão da sigla MC com a palavra homicida, pois os colegas consideram que Leandro “assassina” seus concorrentes nas batalhas de freestyle. O apelido se transforma em nome artístico que também funciona como sigla: E.M.I.C.I.D.A (Enquanto Minha Imaginação Compor Insanidades Domino a Arte). Produz, de maneira caseira, 300 cópias do single da música Triunfo, que repercute na internet e lhe dá projeção para além de São Paulo. Todos esses dados foram retirados da Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2023).

Figura 2 - Abdias Nascimento, Leci Brandão, Wilson Simonal, Ruth de Souza e os Oito Batutas



Fonte: AmarElo é tudo para ontem (2019).

Com esse movimento, o autor destaca trajetórias de vidas subalternizadas, especialmente de pessoas negras, a fim de mostrar o quanto ganhamos enquanto sociedade brasileira. Sociedade esta que de sua totalidade populacional de 203.080.756 (IBGE, 2022) habitantes, mais da metade se autodeclara como negra[8]. Sendo 45,3% da população se identificando como pardas e 10,2% como pretos. Totalizando 55,5% da população brasileira como negra (IBGE, 2022).

Contudo, esta grossa camada ainda não se encontra no centro das representações como protagonista em histórias narradas e cantadas como grandiosas. O autor de *Amarelo: É tudo para ontem,* chama nossa atenção para a importância de narrar histórias com protagonismo negro. Emicida encerra o filme com a filosofia contida no provérbio Yorubá dizendo que *"Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que jogou hoje lançando"*.

Neste entendimento, o poeta/cantor lança um convite para voltarmos ao passado do povo negro ainda antes da diáspora, e resgatar o que ficou para trás no momento da ruptura ocasionada pelo sequestro e escravização dos povos de África. Para Muniz Sodré (2017), dessa sentença é aceitável extrair uma busca no presente

[8] Critério de classificação populacional utilizado pelo IBGE nas pesquisas dos Censos Demográficos.

à chave motriz das ações desencadeadas no passado, ou seja, essa capacidade de reverter ações já realizadas é um contraponto à lei ocidental de progresso.

Para esta conversa o professor brasileiro Abdias Nascimento em 1992, utiliza da simbologia *Adinkra*[9] contida na figura do pássaro *Sankofa*[10] presente na filosofia dos povos Akan cujo significado está em "retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro".

Figura 3 - Sankofa nº 2: Resgate (Adinkra Asante), 1992.



Fonte: © Museu de Arte Negra/Ipeafro.

O sentido está no movimento de voltar ao passado e resgatar aprendizados, conhecimentos, tecnologias, ferramentas e metodologias que possam continuar auxiliando o povo negro no tempo presente[11]. A simbologia contida neste adinkra

[9] Conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios. O adinkra, dos povos acã da África ocidental (notadamente os asante de Gana), é um entre vários sistemas de escrita africanos, fato que contraria a noção de que o conhecimento africano se resuma apenas à oralidade. Na verdade, a grafia nasce na África com os hieróglifos egípcios e seus antecessores. Diversos outros sistemas de escrita percorrem a história africana em todo o continente. Assim, o conceito de escrita expande-se para além da noção ocidental restrita apenas à letra grafada (IPEAFRO, 2023).

[10] É um dos símbolos mais conhecidos em todo o mundo e é muito comum em móveis, esculturas e tatuagens. É representado por meio de um pássaro, que faz parte da tradição e da crença do povo akan. A ave voa para frente, mas mantém a cabeça voltada para trás e carrega em seu bico um ovo. O símbolo, juntamente com o provérbio, ensina sobre o retorno às raízes para a compreensão do presente e como avançar para um futuro melhor. O ovo representa o futuro de uma pessoa, de um grupo ou de um povo que aprende com o conhecimento dos que vieram antes, ou seja, ancestrais. O ovo é, portanto, a herança cultural (Carvalho, 2022 disponível em https://chc.org.br/artigo/para-o-alto-com-sankofa/).

[11] Para o pensador François Dosse, o conceito de “tempo presente” não diz respeito apenas ao recorte temporal próximo, mas sim, em seu sentido amplo, “ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo" (Dosse, 2012, p.11).

justifica as buscas empreendidas na dissertação apresentada. A compreensão de que priorizar, pesquisar, narrar, sentir, valorizar histórias vividas, e se apropriar do pensamento filosófico negro que foi invisibilizado e rebaixado é como consertar erros do passdo.

Adotando os sentidos evocados por essa imagem, que poderia facilmente dialogar com a noção de “história a contrapelo”, de Walter Benjamin[12], assumimos a consciência de que todo retorno ao passado deve ser realizado com vistas ao presente e ao futuro. Assim, dialogar com histórias vividas guardadas na memória e colhidas através de entrevistas é uma forma de retornar ao passado e colher elementos que possam recriar outro futuro[13].

Diante das possibilidades proporcionadas pela filosofia contida em Sankofa e através de Carolina Maria de Jesus e seus relatos sobre o cotidiano em *Quarto de despejo diário de uma favelada (1960),* surgiu a questão "Como as histórias vividas pelas catadoras de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes evidenciam os cotidianos e conflitos experienciados a partir da intersecção no contexto do capitalismo atual e suas novas formas de produção de subjetividades?”

Dessa forma, e para não nos distanciarmos da questão de pesquisa, estabelecemos como objetivo geral analisar histórias de vida de mulheres catadoras de materiais recicláveis das cooperativas Nova Esperança e Renascer, em Campos dos Goytacazes/RJ. A fim de verificar, por meio de trajetórias vividas, como a realidade é experienciada a partir da intersecção de gênero, raça e classe social.

Na busca por atingir nosso objetivo, nos pareceu necessário, antes de tudo, traçar um caminho que nos levasse a um fazer acadêmico que dialogasse com os saberes e a produção de conhecimento elaborada pelo povo negro. Posto isto, o primeiro objetivo específico foi de priorizar na seleção para a composição do arcabouço teórico-metodológico autores e autoras negros, negras, indígenas,

---

[12] No projeto benjaminiano, há um compromisso com o silêncio dos vencidos, que podem ser redimidos pela história escovada a contrapelo. Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre aqueles que jazem por terra Lõry, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

[13] Importante destacar que em filosofia africana passado e futuro são sempre circulares, para anunciar que a palavra falada move a língua e assim é carregada de força e de poder. O Adinkra Sankofa faz lembrar que as formas circulares permeiam a história da vida do homem e da mulher. Pode-se falar que é um retorno daquilo que permanece e incomoda (Santana, 2020, p. 22).

pensadores e pensadoras africanos/as com destaque para epistemes do Sul global[14].

Isso não significa dizer que ao priorizar os estudos referidos tenhamos excluído, anulado ou desconsiderado outras produções do conhecimento vindas da Europa Ocidental e da América do Norte. Nessa compreensão, os entendimentos dos países centrais do planeta sobre como fazer ciência, apesar de servirem de base em estudos de diversas naturezas, não dão conta de debates relacionados às questões imateriais presentes nas questões de outros povos historicamente desconsiderados. Portanto, no ato das escolhas teóricas apenas nos reservamos

> [...] o direito de definir quais daqueles postulados podem ser válidos para nós, bem como o direito de conceber e desenvolver princípios alternativos com base em nossa própria experiência, metodologias e formas de conhecimento (Nascimento *et al.*, 2019, p. 321).

Ou seja, nos permite uma tentativa de desenvolver em diferentes campos (e por que não nas políticas sociais?) modos alternativos de ler e compreender o mundo a partir dos excluídos e desconsiderados. Propomos, então, um suleamento[15] do modo de pensar, olhando sob o prisma da Filosofia e da Cosmo Percepção Africana, que nos (re)orienta nessa caminhada em busca de (re)pensar o mundo.

Através de encruzilhadas entre diferentes estradas do conhecimento em diálogo com a realidade atual do povo brasileiro, é um caminho a ser percorrido. Além disso, esse movimento permite a possibilidade de empoderar, visibilizar e respaldar vozes silenciadas no intuito de descolonizar olhos e mentes e transpor fronteiras.

---

[14] As Epistemologias do Sul são intervenções epistemológicas que rompem com o silêncio e a invisibilidade dos saberes e dos conhecimentos subalternizados. São enfrentamentos que produzem um diálogo horizontal entre as diversas formas de produção do conhecimento (Santos; Meneses, 2009, p. 5). Segundo Jardim (2015) é um conceito não-geográfico, relativo ao empoderamento dos Estados do Sul Global como sujeitos históricos e atores importantes no cenário internacional; o termo envolve identidades comuns forjadas por interações entre os atores que compõem o Sul Global e respaldadas pelas suas similaridades históricas, como o passado colonial, o anseio por reforma do sistema internacional e a sua inserção internacional político, econômica, periférica, e pelos seus desafios comuns, como o subdesenvolvimento e a marginalização na construção da agenda internacional. JARDIM, Amorim Camila. Understanding the concept of Global South: an initial framework. 2015. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2015/11/11/understanding-the-concept-of-globalsouth-an-initial-framework-por-camila-amorim-jardim/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

[15] Para maior aprofundamento sobre o termo ver: CAMPOS, Marcio D'Olne. A Arte de Sulear-se. In:SCHEINER, Teresa Cristina (coord.). Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental, Rio de Janeiro: TACNET Cultural/UNIRIO, 1991.

Feita essa marcação simbólica e concreta sobre as escolhas da fundamentação teórica, nosso segundo objetivo específico preocupou-se por localizar o território[16] sobre o qual e de onde falamos e dialogamos. Na intenção de situar o/a leitor/a sobre o respeito das dinâmicas do território de Guarus em Campos dos Goytacazes/RJ a fim de auxiliar na compreensão a respeito das entrevistadas e suas histórias de vida[17]. O terceiro, e último objetivo específico, buscou contribuir para polemizar sobre as políticas de proteção apresentadas às catadoras de materiais recicláveis no município.

Achamos importante explicar a presença de Carolina Maria de Jesus no decorrer da leitura. O/a leitor/a desta dissertação cruzará com a figura de Carolina Maria de Jesus com certa frequência. Além de nos inspirar e guiar pelos caminhos da pesquisa, foi através de Carolina de Jesus que iniciamos a interlocução que nos aproximou das entrevistadas. No texto, as imagens exercem também a função de recurso complementar apoiado nos conceitos de metáfora conceptual[18].

As imagens nos auxiliam na interação com as histórias de vida das entrevistadas e da própria Carolina de Jesus que em determinados momentos parece até confundir-se com as histórias das entrevistadas, dada a semelhança entre o vivido. Assim, consideramos rico para o texto o entrelaçar de usos dos recursos verbais e dos visuais para a construção das mensagens, e da comunicação visual. As metáforas estão cada vez mais presentes nas práticas textuais e discursivas de diferentes textos que circulam pela sociedade.

---

[16] Representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (Brasil, 2008, p. 54).

[17] A história de vida é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa. O termo História de Vida, traduzido de historie (em francês) e de story e history (em inglês), tem significados distintos. O sociólogo americano Denzin propôs, em 1970, a distinção das terminologias: life story (a estória ou o relato de vida) é aquela que designa a história de vida contada pela pessoa que a vivenciou. Nesse caso, o pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando. Quanto à life history (ou estudo de caso clínico), compreende o estudo aprofundado da vida de um indivíduo ou grupos de indivíduos. Inclui, além da própria narrativa de vida, todos os documentos que possam ser consultados, como dossiês médico e jurídico, testes psicológicos, testemunhos de parentes, entrevistas com pessoas que conhecem o sujeito, ou situações em estudo (Bertaux D. L'approche biographique: sa valité méthodologique,ses potentialités. Cahiers int sociol 1980; 69: 197-225).

[18] Kress e van Leeuwen (1996, p. 3) relatam que: Os significados que podem ser expressos pela língua e pela comunicação visual demonstram que certas coisas podem ser expressas verbalmente e visualmente. Outras podem ser ditas, apenas, visualmente, e outras, somente verbalmente.

Em meio a tantas imagens que compõem o retrato do nosso país, escolhemos a figura de Carolina Maria de Jesus, pois entendemos ser a que melhor dialoga com as sujeitas e a temática. Assemelhando-se nas histórias compartilhadas, nas estratégias adotadas para enfrentar o dia a dia, na imagem rígida da resistência diária, assim como na do afeto que humaniza enquanto mãe, mulher, catadora de lixo, moradora de periferia, mentora de estratégias e técnicas criativas de sobrevivência frente a realidade vivida.

Figura 4 - Carolina Maria de Jesus



Fonte: Folha da Noite (1958).

Carolina de Jesus e sua contribuição na dissertação serve também para lembrar que o texto literário dialoga e poetiza a história social, embora nunca a reproduza fielmente. Para entender o fenômeno das relações étnico-raciais, do racismo, escravidão e das desigualdades baseadas na discriminação, presentes na sociedade, é importante a compreensão das representações concretizadas no imaginário ficcional.

Como relevância, é bom relembrar da dívida histórica que este país tem com a população negra brasileira. Negar que exista uma dívida histórica (com a escravidão) é simplesmente negar a vergonhosa História, esquecer ou fingir que não existiu um passado que nos liga a uma escravização por 400 anos e ainda é presente na sociedade atual de diferentes maneiras. Uma delas é o próprio racismo (Viana, 2018, p. 6).

Lilia Schwarcz (2018, p. 8) vai além e nos diz que o Brasil tem mais do que uma dívida histórica e monetária, é também ética e cultural, pois para essa população escravizada, lhes foi negado o direito a se alfabetizar, cultuar suas

próprias religiões entre diversos outros pontos. criou-se então uma relação de poder que tem consequências diretas ao que se vive hoje no Brasil.

É importante que o programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, por possuir a linha 1 de pesquisa direcionada à educação, à cultura, à política e à cidadania, atente-se para esse debate que tem custado caro ao povo negro brasileiro. Que considere no desenvolvimento das pesquisas e estudos realizados essa dívida histórica e em como contribuir para a solução deste problema.

Relacionar as histórias de vida de mulheres que vivem à margem na função de catadoras de materiais recicláveis com as políticas sociais dentro da linha 1 de pesquisa, nos permitiu propor pontes e conexões com as necessidades reais, inclusive as mais básicas, como moradia, alimentação e acesso a saúde, transporte e lazer, por exemplo. Afinal, para Machado e Kyosen (1998), as políticas sociais são aquelas responsáveis pelas necessidades básicas da população.

Ou seja, quando as mulheres narram que retiravam literalmente do lixo o alimento que iria para matar a fome dos filhos, ou os materiais de construção de suas moradias, elas escancaram a falha do Estado em garantir, por meio de ações, a assistência social, a saúde, educação, segurança etc, função da política social, de levar o melhor bem-estar aos/as cidadãos/ãs (Machado, Kyosen 1998).

Então, essa é a visão adotada do que se entende por políticas sociais nesta escrita: garantidora das necessidades básicas da população. Um mínimo de proteção social é necessário aos seres humanos, assim como são indispensáveis os vínculos afetivos que lhe dêem possibilidade de construir suas identidades e desenvolver um sentido de pertença social. As histórias das mulheres catadoras e sobre o futuro que almejam gira em torno de seus afetos e vínculos familiares.

Por isso, a importância de ênfase em políticas sociais que valorizem e fortaleçam os vínculos familiares e as necessidades plurais, garantidora de direitos individuais de identidade e afetividade a cada cidadão/ã, o que, no final das contas, possa garantir também o bem-estar e o progresso humano coletivo e do grupo familiar.

É necessário despertar, portanto, o pensamento crítico na população, fazendo-a entender o papel do estado e que os benefícios não são frutos da boa vontade daquele/a que está no poder, mas, sim, um direito social garantido por lei. E

a literatura pode ser um ótimo caminho que leve a esse despertar, além de dialogar com mulheres catadoras, e suas necessidades básicas no trabalho informal, mal remunerado, em ambientes insalubres e precarizados.

No mais esta pesquisa poderá contribuir para que cada vez mais as discussões que permeiam as relações étnico-raciais estejam presentes em diferentes estudos e que um quantitativo maior de pessoas conheça cada vez mais, compreenda, respeite e reconheça outras e diferentes formas de pensar o mundo, vivendo em confluência e respeito mútuo, usufruindo do há de melhor destas elaborações em benefício do todos os povos e do meio ambiente.

Durante as escolhas metodológicas muitas questões surgiram e estão presentes no corpo deste texto, todavia, já adiantamos aqui que não pretendemos responder todas elas nesta dissertação. Para algumas temos respostas temporárias e, para outras, ainda estamos à procura. De toda forma, a leitura traz um convite a um fazer acadêmico crítico reflexivo como um ato de arar o chão e traçar um caminho para um antirracismo acadêmico[19] cuja opressão estrutural marginaliza grupos racialmente e etnicamente.

Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa qualitativa que, segundo Gil (2010), é um tipo de investigação que estuda o ambiente da vida real, possibilitando, então, capturar a riqueza da vida das pessoas mostrando como enfrentam, e prosperam nesse ambiente. Para tanto, elegemos a história oral como método investigativo aliada à *revisão bibliográfica,* a fim de que nos possibilitasse desenvolver este estudo sem desconsiderar nossas motivações e implicações.

Trazendo uma ilustração de como utilizamos nossos referenciais teóricos-metodológicos, temos mais ou menos, a seguinte organização: 1) Uso da abordagem do tipo qualitativa por entendermos que ela privilegia a interpretação dos fenômenos sociais. Sem, todavia, abrir mão de mecanismos típicos da pesquisa quantitativa (como dados estatísticos, tabelas, gráficos, mapas etc.), que nos auxiliaram sobremaneira, principalmente em relação à cidade de Campos e o território de Guarus e no tratante ao perfil das entrevistadas 2) Nos utilizamos da

[19] Trata da incorporação nos currículos, nas práticas educacionais, metodológicas e epistemológicas, saberes emancipatórios produzidos pela população negra e sistematizados pelo movimento negro, “trata-se de uma maneira de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade assinalada pela vivência da raça numa sociedade racializada e direcionada da população negra ao longo da história” (Gomes, 2017, p. 67-68).

história oral aliada à revisão bibliográfica como métodos investigativos, tendo observação participante, diário de campo, entrevistas de histórias de vida e conversa qualificadas como técnicas investigativas.

Elegemos história oral, pois além de apresentar caráter interdisciplinar, sendo utilizada em diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, mantém também uma estreita relação com a tradição oral, memória, biografia e narrativas. Além disso, a oralidade dialoga com os saberes africanos, sendo segundo Amador de Deus (2009) uma das maneiras como africanos trazidos escravizados para as Américas mantiveram-se alinhados à sua história, memória, respectivas civilizações e com as ancestralidades.

Foram escolhidas, como ferramentas de coleta de dados, entrevistas de histórias de vida porque nos aproxima do nosso objetivo geral. Afinal, a técnica apresenta como centro de interesse o próprio indivíduo na história. Incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (Alberti, 2004, p. 37-38).

A observação participante aliada ao diário de campo nos auxiliaram sobremaneira em reflexões geradas antes e outras que vieram depois do campo e do contato com as entrevistadas e suas histórias de vida. As entrevistas seguiram um roteiro semi estruturado, segundo Minayo (2010), com questões adequadas e sequencialmente mais compreensíveis utilizada pelo/a entrevistador/a, facilitando a abordagem que será feita pelo/a pesquisador/a de uma maneira flexível, com possibilidades de se realizarem novas perguntas, caso seja necessário.

Nesse intuito, o processo de trabalho seguiu duas etapas: A primeira parte teve como objetivo, através de revisão bibliográfica, realizar uma seleção de autores e autoras que pudessem embasar a escrita dentro do que foi proposto no primeiro objetivo específico (outrora citado). Autoras e autores utilizados na disciplina *Educação, Relações-Étnico-Raciais e Políticas Sociais*[20], serviram como bases fundamentais na discussão sobre racismo e suas faces. Entre eles Silvio Almeida

[20] Ofertada pelo programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da UENF e ministrada pela professora Maria Clareth Gonçalves Reis.

(2017), Aníbal Quijano (2005), Neusa Souza (1983), Clareth Reis (2021), Achille Mbembe (2004), Grada Kilomba (2019), Lélia González (1980).

No tratante à cidade de Campos para responder ao segundo objetivo específico, autores locais como e Lamego (1945), Faria (2003), Feydit (2004), Pedro (2005), Malheiros (2008), Gomes (2014), Carvalho, (2019), Alvarenga (2020). Um destaque para a contribuição dos estudos da professora Érica Terezinha Vieira de Almeida tanto no relativo à cidade de Campos dos Goytacazes quanto em relação à luta e resistência das catadoras.

A segunda etapa está mais relacionada com a pesquisa de campo, que foi dividida em dois momentos: O primeiro, diz respeito ao levantamento dos ambientes das cooperativas, o objetivo era conhecer as quatro cooperativas de materiais recicláveis existentes na cidade de Campos dos Goytacazes oriundas do antigo lixão da CODIN[21]: Reciclar, Cata-sol, Nova Esperança e Renascer.

Foi quando tivemos acesso às lideranças das quatro cooperativas através da professora Érica Terezinha em reunião de trabalho na Universidade Federal Fluminense - UFF em Campos dos Goytacazes. Nesta oportunidade foi informado o nome da pesquisadora, o título e o objetivo da pesquisa, além de outros detalhes como o nome da Instituição responsável. Trocamos contato e passamos, através de comunicação via aplicativo do *WhatsApp, a tentar* marcar visitas aos galpões de trabalho das cooperadas para que conhecêssemos cada local.

Das quatro cooperativas de materiais recicláveis: Reciclar, Nova Esperança e Renascer foram as que aceitaram nossas visitas. A cooperativa *Cata-sol* não retornou nosso contato, além do mais, por também não apresentar no corpo de trabalhadores o perfil que buscamos, sendo composta por uma geração de catadores majoritariamente masculina e jovem, então a deixamos de lado.

Durante o processo de ida às cooperativas, após duas visitações tivemos que retirar a Reciclar do nosso radar investigativo. As facções que disputam o controle do território de comércio de drogas onde está localizada a cooperativa entrou em guerra, nos impossibilitando de continuar as investigações no campo da pesquisa.

[21] Segundo Almeida (2014), Funcionando como vazadouro municipal desde 1987, o lixão da CODIN, depois, aterro controlado da CODIN, constituía a única fonte de renda para centenas de trabalhadores que exerciam a atividade de catação de recicláveis, alguns deles, desde a infância.

Essa interrupção abrupta nos deixou um tanto frustradas, uma vez que a Reciclar foi a primeira cooperativa a ser fundada após o movimento organizado das ex-catadoras do lixão. Dado a importância histórica, era de nosso interesse lançar mais observações entre as cooperadas desta experiência.

Contudo, já havíamos avançado em observações e em relações de familiaridade com a Nova Esperança e Renascer (que dividem o mesmo galpão, ao lado do aterro do antigo lixão). No segundo momento, após familiaridade e aproximação com as cooperadas, lançamos convite às entrevistadas. Como critérios de seleção estabelecemos que fossem: mulheres que tiveram experiência de trabalho no lixão, que participaram da pesquisa do NETRAD (2021-2022)[22] se autodeclarando negra e mãe, ocupando função de liderança ou não nas cooperativas.

Após observações e convívio, aceitaram o convite de nos dar entrevistas 2 trabalhadoras da Renascer e 2 da Nova Esperança, com idade entre 23 anos a mais nova e 74 anos a mais velha. Uma vez que em seus depoimentos há elementos que conflitam e envolvem relações de poder, seja por denúncias contra os poderosos locais, ou o narcotráfico que comanda os locais de moradia e trabalho, além da ética, adotamos os nomes de Camélia (74 anos), Dália (38 anos), Violeta (38 anos) e Margarida (23 anos) para nos referirmos a elas.

Como dinâmica e com intenção de duração de aproximadamente 60 minutos, considerando a disponibilidade de cada uma. Iniciamos com um vídeo[23] de 15 minutos a respeito da vida de Carolina de Jesus, a fim de aproximar e introduzir as perguntas que nos levasse para uma entrevista. As entrevistas foram colhidas no próprio galpão de trabalho das cooperativas Nova Esperança e Renascer.

É importante frisar que, durante as etapas do trabalho de campo realizado, os/as entrevistados/as eram direcionados inicialmente a assinar um termo de

[22] São os dados mais atuais a respeito do perfil das quatro cooperativas de materiais recicláveis Reciclar, Cata-sol, Nova Esperança e Renascer. Pesquisa realizada por meio da aplicação de 44 formulários para os cooperados das quatro cooperativas de materiais recicláveis, realizada entre dezembro de 2021 e maio de 2022, obtendo uma amostra de 74,57%. Realizada pelo NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022 e 2023.

[23] Caminhos da Reportagem | Carolina de Jesus, a escritora além do quarto.TVBrasil disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEo&t=1009s.

consentimento, que autoriza a utilização da entrevista realizada nos resultados da dissertação. Além de tal informação, ao início de cada entrevista elas eram alertadas a respeito da gravação de suas falas, através do celular para o processo de análise dos dados, realizado posteriormente.

Porém, após colher as primeiras entrevistas foi necessário utilizar uma ferramenta complementar para colher as que faltavam. Dessa forma foi adicionado à caixa de ferramentas investigativas a técnica “conversas qualificadas,” do professor Cardin (2006), (2007), (2013). Utilizada na tríplice fronteira com trabalhadores informais, tal qual as catadoras de materiais recicláveis.

Ao finalizar essa etapa de coleta dos dados através de áudios foram devidamente transcritos e organizados. Para a realização desta etapa foi iniciada a análise das informações, por meio da análise de conteúdo baseada em Bardin (1977). De acordo com essa autora, tal análise possui diferentes fases, como a pré-análise dos dados, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

Sob o prisma da interseccionalidade como uma ferramenta de análise - elaborada por mulheres negras - que vem sendo utilizada em pesquisas acadêmicas na busca por dar conta da necessidade de pensar a raça no continente, o gênero em um cenário de guerra informal em expansão e o caráter permanentemente colonial do Estado. Adotamos as brasileiras Lélia González (1982 e Carla Akotirene (2019), e as norte-americanas Kimberlé Crenshaw (1987), além de Patrícia Hill Collins e Sirma Birge (2002), e Angela Davis (2019).

A partir das entrevistas nos debruçamos sobre as categorias de análise: reprodução social, maternidade, infância, violência doméstica, extermínio e exploração de corpos negros. Buscamos polemizar sobre as políticas sociais em conversa com Faleiros (1980), (1991), (2006) e Machado, Kyosen (1998).

Para finalizar, a presente dissertação conta com três capítulos de discussão. O primeiro é intitulado como “Percursos Metodológicos: Em busca de um fazer acadêmico”, nele damos relevância aos caminhos metodológicos no campo da pesquisa, desde os primeiros contatos, valorizando as experiências como pesquisadora, além das observações para além dos relatos, evidenciando a questão de pesquisa em diálogo com o debate teórico-metodológico que nos orienta.

O segundo capítulo é intitulado como “Guarus na Planície Goytacá” discutimos sobre sua constituição quanto um território de trabalhadores, empobrecidos, precarizados e expropriados do campo (colonos e moradores) que passaram a viver nas margens da cidade, sobretudo a partir dos anos de 1960/1970. Guarus como um território resultante de aspectos/determinações econômicas, sociais, raciais, de falta de acesso a recursos simbólicos, críticos, de acesso à própria história (Almeida, 2021). O debate permite articular as resistências históricas deste território com as resistências do cotidiano atual.

No terceiro e último capítulo nos debruçamos mais profundamente sobre os dados colhidos em articulação com as categorias de análise selecionadas. Estabelecendo conexões com os demais capítulos trazendo as histórias de vida das catadoras em associação entre sujeitos- resistência- território e políticas de proteção social. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

CAPÍTULO 1 - EM BUSCA DE UM FAZER ACADÊMICO: PERCURSOS METODOLÓGICOS

Estrada é uma coisa, o caminho é outra coisa
(Cidinha da Silva)

Durante a construção dos nossos percursos metodológicos, principalmente a partir da ida ao campo, junto ao mergulho nas águas de uma teoria negra, as palavras da personagem de Cidinha da Silva ecoaram em nossas mentes a cada encruzilhada, pontes e caminhos tomados e atravessados. Dando fala à Exú Tranca Rua, a premiada autora mineira nos diz que “estrada é uma coisa e o caminho é outra coisa. A estrada é uma via, uma picada no mato, um cortado no chão e é muita. O caminho é quando ocê escolhe uma estrada pra seguir e chegar no seu lugar[24].”

Desta forma, a primeira parte deste capítulo é dedicada ao ato de riscar um chão, e traçar um caminho. Pareceu-nos essencial para justificar nossas escolhas de orientação teórico-metodológica, das categorias, dos caminhos tomados e da forma de análise dos nossos resultados. Na segunda parte, dedicamo-nos especificamente a descrever/apresentar as entrevistadas, como deu a escolha e seleção das sujeitas que contribuem para esta pesquisa com suas histórias de vida.

Considerando a manifestação do desejo por construir, não uma picada no mato, dispersa, efêmera, mas de experimentar caminhos que nos transportasse para uma construção além da textual, que nos permitisse, inclusive, chegar ao nosso lugar. Assim, diante das estradas e dos caminhos tomados, das pontes, das encruzilhadas, compreendendo que há pontos que devemos ter cuidado ao pisar.

Com a devida saudação ao Senhor dos caminhos, e da comunicação, nos cabe nesta parte do trabalho ponderar sobre as encruzilhadas teórico-metodológicas desta pesquisa. Que este ebó preparado e assentado na sabedoria do pensamento

[24] Prefácio de “Cada tridente em seu lugar”. SILVA, Cidinha da. 3ªEd. Editora Mazza, 2010.

negro afrodiásporico e no *exuzilhar*[25] com outras vozes nos alimente e nutra. *Laróyè, Exú*[26]*!*

1.1 Traçando um caminho, buscando um fazer crítico reflexivo

Na busca por construir um caminho que fosse nosso, e por tratar de uma pesquisa que parte da valorização de vozes invisibilizadas vindas da margem da história única, na busca pelo conjunto teórico que sedimenta nossas discussões, o fizemos tomando como prioridade estudos que questionem as narrativas oficializadas e a configuração eurocêntrica como uma história totalizante do mundo, Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

Leituras, perspectivas, e contribuições epistêmicas que dialoguem com estudos contra-coloniais, anticoloniais e decoloniais foram as primeiras de nosso interesse nessa seleção. Porém, é importante salientar que isso não significa dizer que tenhamos nos fechado apenas nesses estudos. Havendo também pontes e conexões com outros/as autores/as, perspectivas não necessariamente do sul global, conforme dito na introdução.

Adotamos essa postura e coadunamos com as formulações e estudos desenvolvidos por estudiosos/as em humanidades, principalmente do nosso continente Latino-Americano e do Continente Africano e seus saberes diaspóricos. Surgidos como uma maneira de resistência e crítica aos modelos europeus e da América do Norte que, por séculos, foram determinados a partir do olhar do colonizador.

Como marco na ruptura, como pesquisadoras, que tentam a cada dia enegrecer o pensamento, descolonizar o eu, a língua e o conhecimento, encaramos o pensamento negro como território de (re)existência, agenciamento político, dispositivo e máquina de guerra contra toda forma de opressão.

---

[25] O neologismo exuzilhar pode ser entendido como a ação de aproximar culturas distintas, os saberes populares e a ciência “moderna”, as tradições e as contemporaneidades. Na intenção de privilegiar as diferentes epistemologias em vez de apenas priorizar epistemologias hegemônicas, principalmente do centro global do planeta. O termo cunhado por Cidinha da Silva, para explicar a ideia de exuzilhamento foi criado a partir da fusão entre o nome Exu, e a ideia de encruzilhada (Moura, 2018).

[26] A expressão “Laroyê, Exú”significa “Salve, mensageiro!” É uma saudação Yorubá ao Orixá Esù. O princípio criativo do mundo na cosmogonia africana (Neto, 2006).

A exemplo disto, em termos de gênero/mulher (categoria importante para a discussão aqui travada), consideramos a filósofa nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997), que nos oferece uma outra maneira de compreender o papel social da mulher a partir de referências africanas, especificamente da cultura Yorubá. Discorrendo sobre as possibilidades de outras formas de análise que nos levam a considerar outros sentidos e conceitos.

A pensadora africana, afirma que por ser baseada somente no sentido da visão, as sociedades ocidentais tendem, sobretudo, a usar somente esse sentido ao lançar sua compreensão sobre o outro. Entendendo, então, o "lugar" do outro na sociedade a partir do seu próprio olhar sobre si e seus semelhantes, e só esse olhar importa. É uma reflexão importante que traz essa questão para criticar o comportamento de que os conceitos e categorias ocidentais, que são tomados e tidos como "universais", são apenas ocidentais.

Para tratar da colonialidade, María Lugones (2008) toma como referência Aníbal Quijano (2005, 2014), apesar de a filósofa considerar a teoria de Quijano incompleta, por não abordar aspectos específicos da questão de gênero, na análise do sistema colonial/moderno. Lugones (2008), acrescenta, então, nessa discussão a *colonialidade do gênero* (Lugones, 2008, p. 73) para discorrer acerca das relações coloniais e pós-coloniais na América Latina.

> Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (Lugones, 2014, p. 936).

Em outros termos, significa que a ligação de todas as mulheres entre si através da identificação de gênero (e que isso bastava, como entendiam as feministas brancas), era questionável. Já que as mulheres colonizadas e não-brancas não cabiam dentro desse conceito "universal" de "mulher", utilizado pelos feminismos hegemônicos, por exemplo. Já que possuíam representações sociais diferentes, certo?

No Brasil, a pensadora Lélia González (1988), foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres negras e indígenas ao patriarcado. O seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento atuando como "forasteira de dentro" (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins (1986). Além de não reivindicar-se quanto feminista, contestava a generalização em torno de *mulher* adotada em Beauvoir.

> [...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais (González, 1988, p.2).

A pensadora brasileira conclui “já que não se nasce mulher, mas se torna” (Gonzalez, 1988d, p. 2), também é verdade que o processo de construção social e cultural não será o mesmo para todas as mulheres. Outros fatores, como o racismo, irão interferir no rumo das trajetórias dos sujeitos em questão. Em Neusa Souza (1983), esse *“tornar-se negra”*, citado por Lélia Gonzalez, está relacionado com um processo social de construção de identidades e de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro, rompendo com o embranquecimento.

> [...] significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo (Cardoso, 2014, p. 973).

Ou seja, frente a essa discussão feita, a recuperação da história (olhar para o passado - sankofa) junto com as mulheres negras catadoras de materiais recicláveis, nos colocou em uma primeira encruzilhada. Ao tratarmos de *mulher/gênero, que direção e postura adotar?* Frente a possibilidades que nos levassem a percorrer um caminho que fosse nosso.

Em termos de *gênero/mulher,* adotamos a forma brasileira de compreensão a respeito dessa categoria, pensada por Lélia Gonzalez (1980). Ao falar sobre como mulheres desempenharam papéis tão importantes quanto os homens, em diferentes sociedades não europeias, entre elas indígenas e africanas González (1988), nos oferece o conceito mulher *amefricana* e lança exemplos históricos:

> Como sabemos, nas sociedades africanas, em sua maioria, desde a antiguidade até a chegada dos islames e dos europeus judaico-cristãos, o lugar da mulher não era de subordinação, ou da discriminação. Do Egito antigo aos reinos dos *ashanti* ou dos *yorubás*, as mulheres desempenharam papéis sociais tão importantes quanto os homens (González, 1988, p. 2).

A autora acrescenta que a opressão racial e social faz da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão, e esquecer isso é negar toda uma história feita de *resistência* e de lutas, onde a mulher negra tem sido historicamente protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral.

Por conseguinte, para Lélia González (1988), as construções que giram em torno dessa categoria, quando vistas pelas lentes amefricanas são consideradas "complexas" para o capitalismo. Isso acontece, pois sendo o sistema patriarcal, este não consegue explicar as construções de gênero referentes às mulheres negras, indígenas, àquelas que estão nas margens. Pois falta incluir outro tipo de discriminação, tão grave como aquela sofrida pela mulher, nos levando a perceber a intersecção das opressões ao acrescentar em suas análises o caráter racial, assinala que

> [...] No seu pensamento, racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas (González, 1988, p. 139).

Assim dizendo, raça e gênero estruturam a sociedade, e a sociedade se mantém e se alimenta da exploração dos grupos pertencentes a esse grupo, contudo mulheres negras e mulheres brancas experienciam de lugares diferentes. A pensadora brasileira, inclusive, antecipou o debate sobre a "universalidade" da categoria *mulher* e as relações de gênero decorrentes desta concepção.

Ao sobreluzir a existência de uma dimensão para além do gênero, a autora evidencia as proporções que a interseção dessas categorias - gênero e raça - tomam quando estão diante de violência e exclusão. Os resultados dessas investigações acabam por colocar em xeque o "universalismo" da modernidade ocidental.

Nesta compreensão bell hooks (2019, p. 45), polemiza, inclusive, com as feministas brancas. Para a pensadora interseccional norte americana, para que a opressão sexista deixe de existir é necessário desafiar a atual noção de *poder* e de

dominação. É preciso mexer nos pilares que sustentam a sociedade capitalista, sem isso não haverá transformação real para toda a sociedade, não apenas para as mulheres, pois a união vem de ver as diferenças e da tomada de consciência de classe, raça e gênero.

Sojourner truth muito anterior em 1851, em um discurso histórico feito de improviso na *Conferência de Direitos das Mulheres de Ohio*[27], já apontava para a invisibilização das mulheres não brancas dentro da discussão sobre gênero. Apontando para a necessidade de adicionar outras lentes na compressão sobre o que é ser mulher, inclusive, lentes que levassem em consideração as questões raciais (Davis, 2016, p.71).

Diante das palavras das autoras e do público entrevistado na pesquisa, não nos restava dúvidas que as lentes a serem tomadas a respeito de mulher e questões de gênero nesta escrita, deveriam ser estas: Da impossibilidade de enxergar gênero sem também enxergar *raça e classe* de maneira interseccionada.

O peruano Aníbal Quijano (2005), usa a formulação a respeito do conceito de *colonialidade do poder* para referir-se a situações parecidas com essas coadunadas pelas pensadoras citadas. Isso consiste na existência de uma estrutura de dominação que subjugou os continentes Africano, Asiático e a América Latina, a partir da “conquista” dos europeus em suas jornadas além-mar. Tornando-se uma realidade do sistema-mundo colonial-moderno construído a partir da colonização das Américas.

Essa concepção colabora demonstrando como a dominação baseada na exploração racial do trabalho e de recursos e produtos das Américas, utilizou *raça* como uma categoria de diferenciação, inventada pela modernidade para legitimar a exploração colonial. Todavia, ainda que uma ficção, isso não elimina a dominação e as explorações legitimadas por essa falsa ideia. Elas são reais e carregam consigo sequelas materiais e subjetivas de subjugação de pessoas que foram inferiorizadas.

Na qual “[...] raça foi construída na dicotomia branco-europeu racional-civilizado *versus* subalterno-irracional/natural-não-civilizado-não-humano, sendo os *subalternos* os negros, índios, amarelos, oliváceos” (Quijano, 2000, p. 3).

---

[27] Para saber mais https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/

Ou seja, a criação da ideia de diferenciação de *raça* foi pedra fundamental da construção da modernidade e do pensamento eurocêntrico.

Para Achille Mbembe (2014, p. 25-28), inicialmente, a r*aça* não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genérico, a *raça* não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo.

Nesta esteira o próprio Movimento Negro Unificado - MNU - na década de 1970, entre outros teóricos ressignificaram o conceito de *raça* como uma construção social forjada nas tensas relações entre brancos, negros e indígenas. Muitas vezes simulados como harmoniosos, não tinha relação com o conceito biológico de raça criado no século XIX, e que hoje está superado (Reis *et al.*, 2021).

Assim, o conceito de *raça* usado nesse contexto, segundo Petronilha Beatriz Silva (Brasil, 2003) tem uma conotação política. É utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

Kabengele Munanga (2010), reforça que a realidade da raça não é mais biológica, mas sim histórica, política e social, em que a palavra (raça) continua sendo usada como uma categoria de análise para entender o que aconteceu no passado e o que acontece no presente. Em suas experiências com o colonizador, o martinicano Frantz Fanon acrescenta que a violência assume uma íntima relação com a ideia de raça. Uma vez que, a partir de tal ideia, em seu aspecto imediato, o mundo colonial passa a ser dividido entre os que pertencem ou não a determinada raça (Fanon, 2009, p. 34).

Dessa forma a *colonialidade do poder* assentada sobre a divisão baseada na ideia de *raça* subestima, desconsidera e reprime qualquer modo de produção de conhecimento, saberes, mundo simbólico e imagens do colonizado etc, impondo novos dispositivos a fim de controle e dominação. Operacionalizando, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, assim como a marginalização epistêmica do outro que não seja europeu, e até mesmo a própria negação e o esquecimento de processos históricos não europeus.

O que nos leva a considerar outra categoria complementar da colonialidade, e está relacionado com as questões e implicações sobre conhecimento, sua produção e validação: A *colonialidade do saber* que se relaciona com a colonialidade exercida sobre o conhecimento. E a *colonialidade do ser*, que consiste na expressão da colonialidade vivenciada cotidianamente, definidas por Restrepo e Rojas como:

> [...] Se refiere al efecto de subalternización, folclorización o invisibilización de una multiplicidad de conocimientos que no responden a las modalidades de producción de „conocimiento occidental" asociadas a la ciencia convencional y al discurso experto". (Restrepo, Rojas; 2010, p. 136).

Assim dizendo, a colonialidade alicerçada sob o racismo anula, diminui, elimina, subalterniza a partir da ideia de raça e naturaliza no imaginário essas concepções. Nesse bojo, histórias de vida de pessoas que foram categorizadas como pertencentes a determinados grupos acabam por ser abafadas, diminuídas e esquecidas.

A exemplo disto, basta relembrarmos que tanto o martinicano Frantz Fanon (1925-1961), quanto o brasileiro Abdias Nascimento (1914-2011),não tiveram inicialmente em seus países o reconhecimento que têm hoje. Não contemplaram ainda em vida suas produções e histórias de vida sendo anunciadas como exitosas, conforme algum branco colonizador. Ou seja, o reconhecimento nacional veio tardio, assim como Beatriz Nascimento, Neusa Souza e Lélia González no Brasil.

Figura 5 - Neusa Souza, Maria Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez



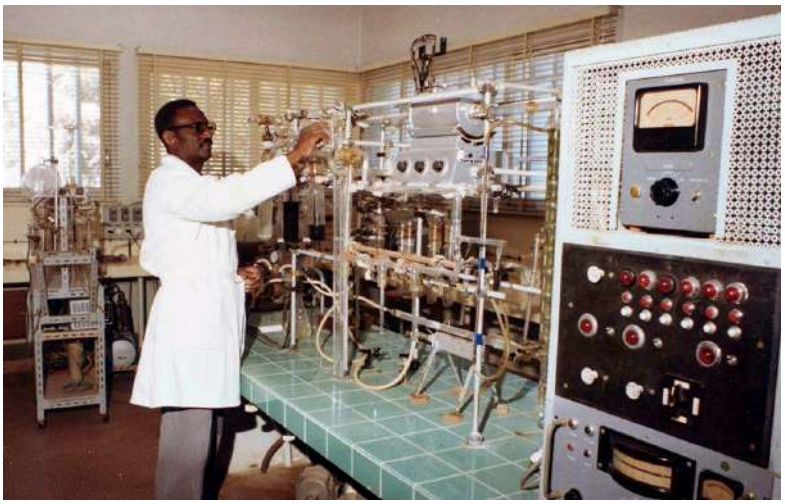
Fonte: Neusa Souza (Acervo pessoal/ sem data)/ Beatriz Nascimento (arquivo nacional/sem data) / Lélia Gonzalez (BBLA/2020).

Essas mulheres, assim como Carolina de Jesus (durante muito tempo esquecida), Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Guerreiro Ramos, Milton Santos, Edison Carneiro, Antônio Bispo dos Santos, Conceição Evaristo, Mãe Bernadete, são apenas alguns nomes da extensa lista de pensadores negros brasileiros.

Contudo, se pensarmos nas universidades como espaços de produção de conhecimento, ainda é muito comum que um estudante deixe o ensino superior brasileiro sem conhecer, e/ou sem ter lido nada desses/as pensadores/as em seus cursos ou ementas (Geledés, 2013). A título de exemplo, podemos citar os estudos fundamentais a nível mundial de Cheik Anta Diop (1923-1986) e o conjunto de possibilidades investigativas que estes estudos abrem no campo epistêmico.

Quais desses estudos são utilizados e como são utilizados nas universidades? Além de profundos estudos sobre filosofia e o modo de compreender o mundo como uma questão epistêmica fundamental, é graças às investigações de CA-Diop e muitos dos seus discípulos, entre eles, Theóphile Obenga, que existe atualmente comprovações científicas de que o Egito em suas dinastias era negro (Oliva, 2011).

Figura 6 - Cheikh Anta Diop, laboratório IFAN, Dakar, 1976



Fonte: Jake Scott, imagem de uso justo (1976).

Afinal, por todo período colonial escravista houve a negação da capacidade intelectiva das populações africanas e seus descendentes. A imagem acima de um homem negro no papel de cientista, era inaceitável, assim como a ideia de que houvesse uma filosofia baseada em África. Mesmo com os textos de antigos filósofos da Grécia se referindo às escolas de saber no *Kemet (*Egito) como fontes de primeiras buscas e saberes. Para Machado (2019, p.92) “[...] Existe um vasto conteúdo de conhecimentos e avanços tecnológicos alcançados pela civilização egípcia, porém há uma projeção da história que esconde, nega essa verdade”.

No Brasil, o rigoroso trabalho desenvolvido por Renato Nogueira e Katiúscia Ribeiro[28] impulsionam bons avanços nas pesquisas acadêmicas em se tratando de filosofia africana. Entretanto, se formos refletir o contexto brasileiro, e o comportamento das Ciências Humanas dentro dele, esta até se mostra relevante e compromissada com a produção do conhecimento diverso. Ainda é notório a resistência, e uma certa indisposição melindrosamente transformada em “problema epistemológico”.

Não há o devido valor, a inclusão e/ou referência ao pensamento de intelectuais negros e não brancos como produtores e articuladores do saber e de possibilidades múltiplas do pensamento crítico em nossos centros de estudos e pesquisas, laboratórios, seleção de pesquisas e pesquisadores, e consequentemente, na produção científico-acadêmicas. Silva (2017) aponta que

> [...] a referência a um pensamento intelectual negro esbarra em uma série de contrapontos questionados por segmentos intelectuais que não enxerga diferença alguma na forma de produzir conhecimento. Para esses segmentos não se deveria falar em intelectuais negros e brancos. O que, sem dúvida, continuaria a garantir certo monopólio e exclusividade em relação ao conhecimento produzido na esfera social a grupos hegemônicos que representam uma pedagogia das classes dominantes (Silva, 2017, p. 72).

Ou seja, conforme a citação acima, isso escancara o racismo “à brasileira”, deixando em evidência que quando se trata de intelectuais negros em diferentes locais e esferas do que é considerado “produção crítica do conhecimento”, o

[28] É importante destacar a importância dos estudos de Katiúscia Ribeiro para a filosofia. No tratante aos estudos de gênero a autora propõe uma alternativa aos estudos feministas, ao reivindicar o Mulherismo, pois em sua compreensão “o Mulherismo Africana não está ancorado nas discussões de gênero que, pensando assim, não dão conta de pensar o racismo como um todo” (Ribeiro, 2019).

componente racial marca uma diferença que é central, é nítido, mas que teima em se escamotear.

Todas essas reflexões nos levaram a alguns questionamentos, dos quais já dissemos não termos resposta para todos, e outros que ainda estamos em busca de respostas. No tratante a alguns aspectos acerca da construção e consideração de epistemologias e metodologias. Reforçamos a preocupação para uma extrema urgência de, além de questionarmos, também reposicionarmos o sentido de legitimidade construído sobre ciência.

É comum perguntarmos “o que se deve e pode ser estudado?” Ou “a serviço de quê ou de quem estão as nossas pesquisas? Ou “de que maneiras ou quem pode conhecer/reconhecê-las?, que/ quais/quantas ferramentas de pesquisa estão a serviço do povo negro brasileiro, pensadas pelo povo negro? Como estão ao nosso dispor e podem ser utilizadas e aplicadas como metodologia na pesquisa? São/serão “aceitas”?

Diante disso, e levando em consideração as formas como as relações sociais posicionam e agrupam os indivíduos na realidade, após algumas idas ao campo da pesquisa, novas e outras questões surgiram. Por exemplo, como pesquisadores/as e pesquisados/as entram neste jogo levando em consideração o “distanciamento” pilar fundamental na pesquisa acadêmica? Ou, quando o campo não responde aos métodos tradicionais sobre a forma de fazer pesquisa, o que fazer?

Sem perder de vista nossas motivações e implicações, nos encontramos diante de outras encruzilhadas sendo uma que muito nos inquietou em relação à elaboração da metodologia. Quais operações teórico-metodológicas são necessárias, ou melhor, se adequam a este tipo de estudo? Ou, como conduzir uma pesquisa científica “séria” sabendo de minhas motivações e implicações com a forma como historicamente a academia tem conduzido seus estudos?

E do ponto de vista metodológico, como assegurar que utilizamos corretamente os instrumentos de pesquisa e que os resultados que produzimos são válidos? Quem/como valida o conhecimento? É bem verdade que sobre esse último consideramos Grada Kilomba (2019) ao afirmar que:

> [...] as estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida” são controladas por acadêmicas/os

> brancos/as. Ambos homens e mulheres que declaram suas perspectivas como condições universais. Enquanto posições de autoridade e comando na academia forem negadas às pessoas negras e *People of Color* (PoC) a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo "propriedade" exclusiva e inquestionável da branquitude. Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações de poder e de raça (Kilomba, 2019, p. 53).

Patrícia Hill Collins (2019) coaduna com Grada Kilomba (2019), para a autora grupos de "conhecimento subjugado", como o pensamento das mulheres negras, devem se desdobrar a mais para convencer uma comunidade acadêmica hegemônica: homens, brancos, de elite e que se declaram héteros. Acrescenta ainda críticas a um dos baluartes da questão epistemológica que trata da exigência de um "distanciamento" entre "sujeito" e "objeto".

Beatriz Nascimento (1942-1995), se junta a essa discussão no tratante à recusa à subjetividade, particularmente da emoção, por parte da academia e do intelectualismo acadêmico. Para a autora brasileira é totalmente possível compor pesquisas, trabalhos acadêmicos, e reflexão intelectual, produzir ciência com emoção e subjetividade. Conforme fragmento abaixo:

> [...] A experiência (pessoal e coletiva), que também deveria ser afastada dessa arena, é constitutiva dos saberes das mulheres negras e de outros grupos, seja em dimensão coletiva ou individual, em formas inscritas no corpo ou no espaço (Nascimento, 1942-1995 organizado por Ratts, 2021).

Outra questão apontada por Ratts (2021), é o reforço de que o espaço acadêmico, a exemplo de outros espaços sociais, é marcado por quadros assimétricos, cujos processos são compostos por vários mecanismos em que um deles é [...] A recusa ou desqualificação do saber militante ante o saber acadêmico/intelectual. Outro é a deslegitimação da produção negra, com exceção de alguns autores que ganham prestígio nacional e internacional (Ratts, 2021, p. 19 e 20).

Sueli Carneiro na tese "A construção do outro como não ser como fundamento do ser" (2005), procura demonstrar que esse comportamento não é aleatório na sociedade brasileira. Ao dissertar sobre a existência no Brasil de um "contrato racial" que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros. A filósofa ressalta que:

> É o filósofo afro-americano Charles Mills quem propõe no livro *The Racial Contract* (1997), que devemos tomar a inquestionável supremacia branca

> ocidental no mundo como um sistema político não-nomeado, porque ela estrutura “uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume”. Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternização racialmente recortadas (Carneiro, s.p., 2014).

Esse racismo que organiza e estrutura racialmente, citado por Mills no fragmento acima, também está no pensamento de Silvio Almeida (2019). O jurista brasileiro em suas elaborações reflete sobre como o processo de colonização marcou profundamente nosso país, entranhou-se em suas estruturas durante sua formação e funcionamento. Assim, ele afirma que:

> O racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade (Almeida, 2019, p.20).

Ou seja, a “normalidade” atribuída à falta de acessos econômicos e sociais, de representatividade, de subalternização, negação e extermínio não trata de atos individuais, mas de uma estrutura não aleatória, mas pensada para funcionar dessa forma. A partir da concepção de racismo estrutural[29], o autor desdobra dessa perspectiva, três concepções de racismo derivadas das relações.

Racismo e subjetividade, racismo manifestado na concepção individualista, considerada uma espécie de patologia ou anormalidade; racismo e Estado, desdobrada na concepção institucional, representada no funcionamento das instituições; racismo e economia, revelada na concepção estrutural, decorrente da própria estrutura social. Todas essas questões são levantadas pelo autor.

Esse racismo estrutural é o que legitima desigualdades, dificuldade por acessar empregos com melhores remunerações, anular e apagar o protagonismo do povo negro, rebaixar a intelectualidade, matar e violar corpos negros e jovens nas

[29] Na obra Racismo Estrutural, escrita pelo Professor e Jurista Doutor Sílvio Almeida, foi publicada pela Editora Pólen, em 2019, e compõe a coletânea Feminismos Plurais, organizada pela filósofa Djamila Ribeiro. Nessa obra, a tese central apresentada pelo autor é a de que o racismo é estrutural e tem suas raízes e seus desdobramentos históricos na formação social brasileira. Essa tese ancora-se em dois pressupostos indissociáveis: a impossibilidade de compreender a sociedade em curso, sem os conceitos de raça e racismo; o adensamento do conceito de racismo em sintonia com o estudo da teoria social (Geledés, 2020).

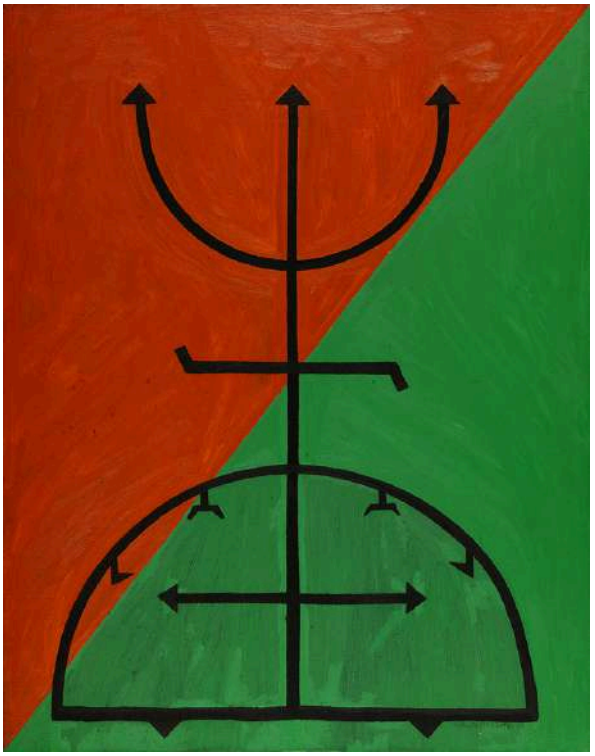
periferias através da violência institucional. Que além de massacrar corpos, aniquila também as vozes e esconde as histórias.

Entendendo que esse racismo que estrutura a entranha a sociedade inevitavelmente nos contamina também, nos pegamos refletindo sobre como não tornar a reproduzir em nossa pesquisa científica os pilares que alicerçam o racismo e a discriminação? E nos encontramos a procurar por caminhos que levasse esta pesquisa a refletir sobre buscas, epistemes e metodologias exitosas a serviço do povo negro no Brasil pensadas pelo povo negro e que estejam acessíveis a eles.

Nessa busca é inevitável citar Abdias Nascimento (1914-2011) e a oferenda que ele nos deixou através do seu memorável manifesto *Quilombismo.* Concebido como uma plataforma geral, não apenas para o Brasil, mas para toda a Diáspora Africana nas Américas e mesmo para além dela, ao propor, a partir dele, o movimento pan-africanista de nível intercontinental.

Nesta convocação, Abdias Nascimento lança a todos/as, principalmente, a nós pesquisadores/as afro-brasileiros/as, a tarefa de priorizar por epistemologias e metodologias que culminem em uma ciência que seja útil e a serviço da população afro-brasileira, àqueles/as que formam mais da metade da nação deste país, quase 57% da população (IBGE, 2022).

Figura 7 - Quilombismo (Exu e Ogum), 1980 / Abdias Nascimento



Fonte: Acervo IPEAFRO (1980).

A exemplo disso, um poderosíssimo ebó[30] de metodologia no campo da educação antirracista que Abdias nos deixou foi o Teatro Experimental do Negro - TEN. Muito antes de a Lei n.º 10.639, de janeiro de 2003, fazer com que fosse obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, em 1944 o *Teatro Experimental do Negro* - TEN - surgiu como uma ação que propunha a resgatar positivamente a herança da Cultura Afro-Brasileira e trabalhar pela valorização social do negro no Brasil através da Educação, da Cultura e da Arte (IPEAFRO, 2014).

Figura 8 - Aula ministrada pelo professor Ironildes Rodrigues

[30] Mais informações em https://lisa.fflch.usp.br/node/418.



Fonte: Acervo IPEAFRO (1944).

O Teatro Experimental do Negro - o TEN - foi a própria manifestação de *Sankofa*. Essa ferramenta promoveu não apenas peças, textos teatrais, e formação teatral, o TEN realizou, ainda, palestras, congressos, concursos de artes plásticas, concursos de beleza e fundou o jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* (1948-1950). Através do TEN também foram formadas duas organizações de mulheres: a *Associação de Empregadas Domésticas* e o *Conselho Nacional das Mulheres Negras* (IPEAFRO, 2014).

> [...] um intenso trabalho de alfabetização, a partir da figura de Ironides Rodrigues, educador pioneiro daquilo que, posteriormente, se nomeou como *educação popular.* O TEN formou operários, cozinheiras, desempregados, costureiras e, outros setores das amplas massas negras e populares desprovidas (Rizzo, 2021, p. 51).

Concordamos com Rizzo (2021), Abdias foi um verdadeiro baluarte da luta antirracista através da denúncia do apagamento das contribuições das antigas civilizações africanas egípcias. Com crítica feroz à teoria biológica da superioridade da raça branca e suas consequências, assim como das teses eugênicas e todas as formas do racismo científico da ciência eurocêntrica.

Assim como suas histórias e trajetórias de vida, Abdias Nascimento dedicou toda uma vida de esforços de pesquisa e ativismo contra toda essa forma do fazer/ser ciência no Brasil e seus fundamentos, para ele:

> Os parâmetros convencionais do trabalho acadêmico são eurocentristas em sua concepção e aplicação e, portanto, sua validade para qualquer comunidade africana está sujeita a questionamentos. A chamada "neutralidade científica" funciona como máscara para o preconceito eurocêntrico exatamente como o chamado "universalismo" tem sido um disfarce para a imposição do sistema de valores europeus sobre outros povos do mundo (Nascimento *et al*., 2019, p.320, 321).

Abdias nos apontou mais de um caminho a seguir, mas o principal deles tem a ver com o reconhecimento e a exaltação das contribuições do povo negro para o Brasil. A busca pela exaltação de trajetórias subalternizadas, resgate de saberes desconsiderados e reconhecimento das contribuições de homens e mulheres que fizeram e continuam fazendo esse país. Assim como as catadoras de recicláveis Carolina de Jesus e as catadoras campistas.

Para chegarmos até aqui, é importante olharmos para o passado, e embora ainda, em meio a estradas cheias de buracos, pedregulhos, cactos e espinhos, o povo negro regido pela sabedoria de Exú[31] abriu caminhos nessa jornada para que aqui nos colocássemos de pé, inclusive, para fazer apontamentos e denúncias. Os/as nossos/as mais velhos/as aqui chegaram a sangue e suor criando estradas, roçando o mato, arando a terra, regando o solo, e assentando ebós de palavras, ritmos e movimentos.

Como não há uma espécie de “manual acadêmico metodológico” que possa guiar jovens negros/as pesquisadores/as interessados/as neste ideal de ciência e de como fazê-la, acreditamos que a cada geração cabe uma tarefa a cumprir frente a seu tempo, com as ferramentas que lhes estão disponíveis em cada campo.

Este desafio é uma construção dada em nosso tempo e em outros que virão na busca por outra sociedade menos desigual, racista e excludente, afinal, *Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que jogou hoje (sabedoria Yorubá).* No entanto, para Aílton Krenak (2017), aqueles, que como nós, estão arando o chão da academia só será possível mudar esse espaço e a própria sociedade se:

---

[31] A presença de Exú aqui é entendida como um saber praticado na diáspora. Exu-orixá é lido como um princípio explicativo de mundo, assente na cultura iorubana e transladado na diáspora. Em pesquisa realizada em terreiros de Niterói/RJ em 2016, Rufino apurou segundo as narrativas de alguns praticantes do candomblé que Exu compreende-se como o linguista e tradutor do sistema mundo senhor da comunicação e abridor de caminhos. É concedido a ele a proeminência de toda forma de enunciação e diálogo. Segundo as sabedorias versadas nos terreiros de candomblé, a dimensão ontológica do orixá se traduz na expressão: Exu é o princípio dinâmico do universo (Rufino, 2016).

> [...] fizer uma crítica epistemológica às nossas formas de conhecimento, meios tecnológicos, e principalmente a maneira como operamos patrimônio. Pois, de geração a geração, os moldes coloniais seguem os mesmos: desperdiçamos a chance de intervir na realidade do país e do povo dispondo de nossos espaços de maneira autoritária, repetidamente nos "recolonizando" (Krenak, 2017).

Todavia, é importante lembrar que assim que entramos na academia somos logo bombardeados/as (pelo menos nas ciências sociais e humanas) pelas leituras dos "clássicos", depois somos levados aos "críticos", mas que geralmente continuam no campo tradicional eurocêntrico. Sem falar também na escassez, onde nem sempre podemos dispor de professores/as brancos atentos ao custo desta perspectiva de abordagem em pesquisas. Ou com apoio de professores negros/as, ainda muito ausentes nos programas de pós-graduação no país e que poderiam nos colocar em melhores condições para trilhar este caminho.

É bem verdade que nesta empreitada não estivemos totalmente desguiadas, além de Exú, a disciplina *Educação, Relações Étnico-Raciais e Políticas Sociais* ministrada pela professora Dra. Clareth Reis nos serviu como farol ao tatear esse percurso através de leituras de suma importância, onde nos banhamos e nos descolonizamos a cada encontro. Muitos destes clássicos embasam esta escrita.

O que nos leva a refletir sobre a importância e a urgência de levarmos em consideração o que nos propõe o professor Carvalho (2018), quando nos convida a considerar a urgência de ações e práticas antirracistas. Ele aponta "*cotas epistêmicas"*[32] como um caminho para a refundação étnica, racial e epistêmica das universidades.

Ao falar sobre o fomento do *Encontro de Saberes* suas palavras parecem ir ao encontro da práxis adotada pelo *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* - NEABI do qual fazemos parte e esta pesquisa encontra-se fortemente relacionada. Ao trazer os/as mestres/as dos saberes, como por exemplo, a jongueira Dona

---

[32] O professor José Jorge de Carvalho da Universidade e Brasília propõe intensificar a inclusão de docentes negros e indígenas nas universidades. Propõe que cotas epistêmicas devem ser implementadas paralela e complementarmente às cotas étnicas e raciais, e oferece a experiência do projeto "Encontro de Saberes", iniciado também na UnB em 2010, como um caminho para a construção de um novo currículo pluri epistêmico e descolonizado. Confiando que estas duas frentes de cotas possam finalmente promover a superação e a eliminação das bases eurocêntricas e coloniais das nossas universidades, as quais sustentam, em última instância, o imaginário excludente que alimenta a reprodução do racismo acadêmico (Carvalho, 2022, p. 6). Disponível em https://www.scielo.br/j/mana/a/PSNMmnvKsFYcTkQBc4pNnHR/abstract/?lang=pt.

Noinha do Jongo, e as comunidades quilombolas, o povo de terreiro, do samba do Morrinho, da capoeira, da dança, e todas as representações de distintos saberes afro-brasileiros e indígenas para próximo da universidade, o NEABI-UENF proporciona um verdadeiro *Encontro de Saberes*.

Figura 9 - Dona Noinha Mestra do Jongo patrimônio imaterial de Campos



Fonte: Arquivo NEABI-UENF (2016).

Porém, para além das ações promovidas pelo NEABI, quantos/as mestras e mestres populares, oriundos/as do povo foram/são convidados/as para uma prática de docência compartilhada na universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro nesses 30 anos de sua existência? Ou para ministrar uma Aula Magna? Quais e quantos cursos e de quais programas ofertam disciplinas (com créditos para composição curricular) mediante a titulação de notório saber?

> [...] Cotas étnicas e raciais nas universidades sem o *Encontro de Saberes* conduziriam, ainda que não intencionalmente, a uma *desqualificação epistêmica das nações indígenas e das comunidades afro-brasileiras,* como se elas não tivessem saberes importantes para projetar. Afinal, apesar de sua importância fundamental, as cotas restritas à discência podem passar a mensagem sub-reptícia de que agora naturalmente os jovens negros e indígenas terão a oportunidade de aprender com os brancos o saber que importa, ou o único saber válido de fato: o saber eurocêntrico. Dito de outro modo, *cotas étnico-raciais sem cotas epistêmicas afirmam pela segunda vez e pelo avesso a ideologia da superioridade do saber eurocêntrico moderno*.
> (...) Na leitura colonizada dessa política [ações afirmativas], portanto, as cotas não acolhem os negros e os indígenas como sujeitos de um outro saber, distinto do eurocêntrico. Assim, para muitas pessoas, negros, indígenas e quilombolas deveriam ocupar apenas o lugar de aprendizes. Por outro lado, em uma perspectiva descolonizadora, *a ruptura provocada*

> *pelas cotas tem que ser completa: entram os jovens negros e indígenas na condição de discípulos e entram também os mestres negros e indígenas na condição de professores.* A essa plataforma político-científica de dupla inclusão podemos dar o nome de *cotas epistêmicas* (Carvalho, 2018, p.91-92, grifos nossos).

O autor em um diálogo franco e respeitoso, com outras teorias, altivez e assertividade, tece sua crítica no intuito de apontar para uma compreensão acerca da urgência de nos entendermos além da nossa própria condição de colonizados. Convida-nos a revisitar nossos lugares de memória, voltar às nossas raízes (afro-brasileiras), às próprias narrativas, inclusive, até mesmo a revermos as práticas de resistências adotadas.

Ou seja, voltar os olhos para o passado, tal qual o pássaro mítico *Sankofa,* e pegar com nossos mais velhos e mais velhas o que já produziram, com os pés fincados naquilo que as gerações atuais têm feito em nosso próprio solo e tempo. É olhar para Carolina de Jesus ao focalizar as catadoras de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes.

Figura 10 - adinkra Sankofa



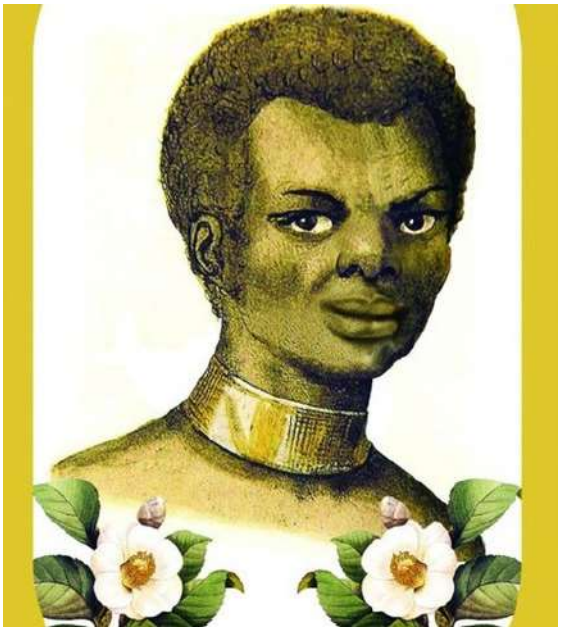
Fonte: DancaAdinkra (2014).

Portanto, o arcabouço teórico selecionado parte desta posição: Da compreensão do racismo como estrutural e fundante das diferenças baseadas na discriminação por raças que privilegia a raça branca em detrimento de outros povos, agindo para a anulação, rebaixamento e subalternização do protagonismo, valorização, e uso da intelectualidade do povo negro, matando seus corpos e ensandecendo suas mentes.

Propomos o desenvolvimento de estudos e reflexões que levem em consideração histórias de vida e saberes de sujeitas de grupos considerados subalternos, conforme compreensão de Simionatto (2009) e Yazbek (2014) cuja subalternidade é uma categoria política e, portanto, faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração social, econômica e política. Supõe, como complemento, o exercício do domínio ou da direção por meio de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

É também (e por que não?) um exercício de enfrentamento ao processo sistêmico do racismo institucional que teima incansavelmente, desde a colonização, solapar e silenciar nossas vozes e bocas, acorrentar nossas mãos e ensandecer nossas mentes. Quando avançam sobre nossas produções intelectuais, a fim de deslegitimar e inferiorizar o acúmulo teórico de gerações inteiras de pessoas negras, e não brancas, pesquisadores/as intelectuais que têm subvertido e transgredindo as "normatividades" científicas, causando um significativo impacto a partir do enfrentamento ao regime de autoritarismo do discurso.

Figura 11 - Obra "Anastácia Livre", do artista Yhuri Cruz



Fonte: Divulgação google (2019)

Contudo, é importante dizer que ainda que asfixiada pela máscara do colonizador, como Anastácia, mesmo sendo sufocada, nossas vozes historicamente

escaparam por entre os pouquíssimos furos nos quais o ar é difícil de ser aspirado. Além do mais, nós temos Exu, o verbo pleno que se manifesta para além da fala, se manifesta também em nossos corpos, quebrando a maldição do silenciamento colonial.

E, ainda que nossa voz e nossa maneira de utilizá-la, seja não “reconhecida”, historicamente temos utilizado de nossos corpos, discursos, histórias de vida, memórias, trajetórias, atabaques, ritos e outros dispositivos e tecnologias ancestrais e sofisticadas, que formam a tradição herdada, e que sempre causou verdadeiro pavor ao colonizador: Nós temos nossas próprias linguagens e epistemes.

Elas nos colocam de maneira única no mundo, pois antes mesmo da diáspora já tínhamos aprendido com *Exú* a enunciar e elaborar discursos. Priorizamos o pensamento intelectual negro e periférico, e entendemos conforme (Kilomba, 2019, p. 59) “de forma que só vozes negras são capazes de produzir, um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico”. Um discurso que é tão político, quanto pessoal e poético.

Foi, portanto no *exuzilhar*[33] das pluriepistemologias que nos banhamos, e nas águas atlânticas do pensamento negro diaspórico que matamos nossa sede, nos descolonizando a cada leitura. É desejando que as contribuições dessas, e outras, e tantas, e inúmeras vozes, cujos pensamentos ecoam desde antes de diáspora, causem, minimamente, igapós e igarapés, alagando o chão seco e infértil da ciência hegemônica chancelada em nossas universidades. Nossos passos vêm de longe, é tempo de *Palmares*!

1.2 Os equipamentos de trabalho, o referencial teórico-metodológico

Diante de toda a explanação feita anteriormente acerca da preocupação com a produção de uma ciência voltada para buscas investigativas que passem por

[33] Exuzilhar pode ser entendido como a ação de aproximar culturas distintas, os saberes populares e a ciência “moderna”, as tradições e as contemporaneidades. Na intenção de privilegiar as diferentes epistemologias em vez de apenas priorizar epistemologias hegemônicas, principalmente eurocêntricas. O termo cunhado por Cidinha da Silva, para explicar a ideia de exuzilhamento foi criado a partir da fusão entre o nome de um orixá, no caso Exu, e a ideia de encruzilhada (Moura, 2018).

novas e outras metodologias e epistemologias que estejam a serviço do povo negro no Brasil, pensada pelo povo negro e para o povo negro, população esta majoritária da nação, conforme discutido anteriormente.

Ao pensar nos interesses que nos trouxeram até aqui, nas intenções e tentativas de diálogos junto às nossas implicações e motivações, nos colocamos outra vez diante de uma nova encruzilhada, ante a escolha da nossa caixa de ferramentas de trabalho e dos nossos equipamentos teóricos-metodológicos de pesquisa.

Falamos a respeito de refletir sobre estudos, epistemes e metodologias que dialoguem com as vozes subalternizadas, que subvertem a chancela acadêmica, e na hora das escolhas metodológicas e das ferramentas para a execução desta pesquisa voltamos à lógica acadêmica tradicional e sua formalidade estrutural que tantos questionamos na busca pelo tal “rigor” e “validade” científica?

Audre Lorde (2019) nos adverte que apenas algumas vezes somos abençoados com a possibilidade de escolher o momento, a arena e a forma da nossa revolução, mas mais frequentemente temos de travar a batalha de onde estamos. Diante disso, apoiamo-nos nas palavras de Abdias Nascimento na compreensão de que eleger uma visão que priorize vozes negras e subalternizadas não descarta todos os postulados da matriz europeia, mas que nos reserva o direito de “[...] definir quais daqueles postulados podem ser válidos para nós, bem como o direito de conceber e desenvolver princípios alternativos com base em nossa própria experiência, metodologias e formas de conhecimento” (Nascimento *et al.*, 2019, p.3).

Feito este direcionamento, nos empenhamos, então, a buscar por lentes e ferramentas que nos aproximassem de nossos objetivos, interagissem com a questão de pesquisa, a respeito de Como as histórias de vida das catadoras de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes evidenciam os cotidianos e conflitos experienciados a partir da intersecção de gênero, raça e classe no contexto do capitalismo neoliberal e suas novas formas de produção de subjetividades?

Para tanto, elegemos a história oral como método investigativo aliada à revisão bibliográfica, a fim de que nos possibilitasse desenvolver este estudo sem desconsiderar nossas motivações e implicações. Trazendo uma ilustração de como utilizamos nossos referenciais teóricos-metodológicos, teríamos, mais ou menos, a

seguinte organização: 1) Uso da abordagem do tipo qualitativa. Sem, todavia, renunciar a mecanismos típicos da pesquisa quantitativa (como dados estatísticos, tabelas, gráficos, mapas etc.); 2) Nos utilizamos da *história oral* aliada à *revisão bibliográfica* como métodos investigativos, tendo *observação participante*, *diário de campo*, *entrevistas de histórias de vida e conversa qualificada* como técnicas investigativas.

Elegemos história oral (Alberti, 2004, p.18), pois além de apresentar caráter interdisciplinar, sendo utilizada em diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, mantém também uma estreita relação com a tradição oral, com a memória, biografia, métodos qualitativos, dentre outros. Dando prioridade para a realização de entrevistas com pessoas que participaram de eventos ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas e compartilharam visões de mundo.

Além do que a estreita relação entre *história oral* e *tradição oral* também nos interessa, pois acreditamos dialogar com nossas implicações, ao conversar sobre o reconhecimento da oralidade africana, por exemplo, como fonte legítima de conhecimento histórico. Amadou Hampaté Bâ (2010) trata a oralidade como uma grande escola da vida que trabalha todos os aspectos da condição do ser humano no universo e suas interações.

Neste contexto, é interessante observar como a tradição oral engloba o todo da existência humana no universo, tornando-se uma referência fundamental para quem deseja aproximar-se da matriz africana, sua cosmogonia e todos os processos civilizatórios que ocorreram a partir da diáspora, e outras que levaram diferentes povos para diferentes lugares do mundo, inclusive ao Brasil.

Além disso, a oralidade tornou-se uma das maneiras como os africanos através da diáspora mantiveram-se alinhados à sua história, memória, às respectivas civilizações e com as ancestralidades. Constituíram os diferentes grupos étnicos, sendo a oralidade uma das características fundamentais da cultura africana (Amador de Deus 2009). O que nos levou a compreender como a circulação oral possibilita a compreensão da sobrevivência, a visão de mundo, e a memória individual e social.

A história oral (Alberti, 2004) se mostrou importante neste trabalho de pesquisa, pois ao mesmo tempo, que investigamos, também pudemos exercer outro

aspecto da história oral pouco explorado, mas que lhe é indissociável: A escuta. Não pode haver oralidade sem escuta, ambas se complementam, e esse saber é profundamente faltante em sociedades colonizadas.

Nas palavras da pensadora indígena Célia Xakriabá (2020), “[...] para explorar uma boa oralidade, é preciso escutar muito” (Xakriabá, 2020). Para ela, a sociedade colonizada desenvolveu ao longo de sua história, uma profunda incapacidade de escuta, só as suas vozes importam, já que “[...] as sociedades brancas carecem principalmente de uma escuta disposta a abrir espaço ao diferente, ao diverso.

Mello e Vogel (2002, p.11), acrescentam que contar e ouvir histórias “[...] não é uma eventualidade facultativa. Histórias são para serem contadas e ouvidas”. Ou seja, nenhuma história é meramente informativa, destinada apenas a tornar-se conhecida, a ser publicizada, passada adiante.

Além da história oral, a revisão bibliográfica foi outra forte aliada, principalmente em relação ao campo da pesquisa, sua formação e dinâmicas. Para isso, buscamos nos apoiar em estudos que melhor nos amparassem em relação à formação da cidade de Campos dos Goytacazes e a ocupação da margem esquerda do rio Paraíba do Sul (Guarus), território de localização das cooperativas de trabalho e moradias das entrevistadas. A fim de situar o local de investigação e fazer o/a leitor/a deste trabalho estabelecer conexão entre o surgimento do lugar e seus habitantes, assim como o tratamento existente até hoje.

Para tanto, os trabalhos que melhor responderam nossas buscas consiste nos diálogos sobre o processo de urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes e como se deu a colonização do território. Encontrados nos escritos de Lamego (1945), Feydit (2004), Faria (2003), Assis (2016), Malheiros (2008) e Gomes (2014). Eles trazem um relato dos primórdios do território em estudo, até então, denominada capitania de São Tomé, e das inúmeras e frustradas tentativas de sua colonização até a dominação portuguesa, e a conformação da urbanização tal qual conhecemos hoje, a fim de entender Guarus dentro do contexto do campo de pesquisa.

Em relação ao desenvolvimento das relações de trabalho na região, o local de trabalho e moradia e o perfil das sujeitas entrevistadas, sobre as cooperativas Nova Esperança e Renascer nos utilizamos de dados da: (1) Pesquisa de Iniciação Científica, intitulada “Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do

Capitalismo: a Região Norte Fluminense como cenário"[34], e (2) RELATÓRIO DO ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL - O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes.

Ambos da professora e pesquisadora Drª Érica Terezinha Vieira de Almeida que há 10 anos se relaciona com a temática que envolve trabalho e mulheres catadoras de recicláveis no Norte Fluminense. Optou-se pelos presentes trabalhos, por estes apresentarem: *1*. Pesquisa bibliográfica sobre a temática; *2.* Pesquisa hemerográfica realizada no Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho (2000-2012) e online (2012-2019), em Jornais; *3*. Construção de Cartografia de Ação Social baseada no Observatório dos Conflitos do IPPUR/UFRJ da Região Norte Fluminense.

No tratante às escolhas para a produção dos dados da investigação proposta, nossa primeira seleção foi pelo uso da *entrevista de histórias de vida.* Além de nos aproximar dos nossos ideais, essa técnica apresenta como centro de interesse o próprio indivíduo na história. Inclui sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (Alberti, 2004, p. 37-38).

As trajetórias das mulheres que trabalham com o material reciclável, personagens importantes para a história local frente ao protagonismo de luta na relação com o trabalho pouco remunerado são testemunhas importantes "[...] por causa da própria história de seus atores a *história de vida* é uma mensagem viva e vibrante que vem de "lá" (Becker, 1993, p. 111). É importante salientar que tradicionalmente nesse tipo de técnica deve-se levar em conta as trajetórias dos sujeitos procurando selecionar elementos relevantes de acordo com os objetivos (Reis, 2017).

Como ferramenta adicional, em meados das entrevistas (falaremos mais sobre isso no tópico seguinte), tivemos que adicionar à nossa caixa de ferramentas de pesquisa: *conversas qualificadas,* conforme Cardin (2007), junto à observação participante. Enquanto técnica utilizada em investigação, é mister realçar que os seus objetivos vão muito além da pormenorizada descrição dos componentes de

[34] Essa pesquisa foi orientada e coordenada pela Profa. Dra. Érica Terezinha Vieira de Almeida, da UFF/Campos. Financiada pela FAPERJ (2017-2019) e desenvolvida no Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD/UFF Campos).

uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento (Spradley, 1980, p.1). Aliada ao diário de campo Weber (2009), fechando assim nossa caixa de instrumentos de trabalho.

Embora, ainda desfalcadas de armas metodológicas que em sua afrobrasilidade respondam às nossas ânsias e desejos na busca pela ciência que Abdias Nascimento nos convoca, lançamos mão das ferramentas que temos hoje, e diante da encruzilhada da construção dos discursos, assentamos o nosso ebó de palavras.

1.3 Travessias e andanças, constituindo o material de pesquisa: sobre as sujeitas entrevistadas e as entrevistas

Diante do desafio de adentrar a um campo que para nós era desconhecido, utilizamos para esta parte da escrita anotações feitas no diário de campo a partir de nossas observações, e do apanhado através do relatório científico pós-doutoral da professora Érica Terezinha de Almeida (2021).

Nestas travessias e andanças, foram cinco pontes cruzadas, diferentes caminhos e transportes tomados (moto táxi, carro de aplicativo, ônibus e a pé). Aconteceu durante os meses de julho de 2023 a setembro de 2023, para observações, conversas e posteriormente entrevistas. Feitas 2 vezes por semana, na busca pela produção dos dados e na interação com o campo da pesquisa.

Figura 12 - Pontes sob o rio Paraíba do sul em Campos dos Goytacazes



Fonte: Jornal da Folha da Manhã (2018-2022).

Nessa jornada e a partir de *histórias de vida,* pudemos investigar elementos amplos, pertencentes à feminização do trabalho pouco remunerado; reprodução social; maternidade; infância, violência doméstica; extermínio e exploração de corpos negros no cotidiano de quatro mulheres negras catadoras de recicláveis. Os dados nos fizeram perceber como Thompson (1992, p.20), que a história de vida é uma técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social.

De natureza igual, as histórias de vida, nos auxiliaram na compreensão dos aspectos que marcaram as trajetórias de quatro mulheres catadoras de recicláveis em Campos dos Goytacazes. Especialmente aqueles aspectos que se referem à produção de subjetividade crítica. Fruto da resistência do cotidiano, construção de maternidade, de identidades e conflitos, experienciados pelo prisma da intersecção de opressões, frente às políticas de proteção social[35] por elas acessadas.

Nesse sentido, optamos por gravar e transcrever literalmente todas as entrevistas, buscando observar os momentos relevantes em suas vidas, quando se emocionam, choram, silenciam… Além do mais,

> [...] os acontecimentos apreendidos pelas entrevistas contribuem para a ampliação de conhecimentos sobre um ou mais assuntos que se busca pesquisar. Além disso, o confronto entre os diferentes pontos de vista e vivências individuais reveladas pelas entrevistadas com a teoria acumulada sobre o tema pode nos possibilitar uma maior compreensão da sociedade em que vivemos (Reis, 2017, p. 49).

Para Monteiro (apud Reis, 2017), esse empreendimento requer a aplicação da sensibilidade interpretativa do investigador. Dessa forma, a escolha das sujeitas desta investigação priorizou critérios qualitativos, em que as experiências vividas ganham significado primordial para a construção de suas próprias trajetórias e construção de suas identidades.

É importante destacar que a opção por critérios de gênero, raça/cor e classe das entrevistadas também foi fundamental, dado os objetivos, a questão de

[35] Os sistemas de proteção social geridos, administrados e financiados pelo Estado, que emergiram no final do século XIX e consolidaram-se no pós-guerra, assumem as funções de reprodução social, sendo analisado por Heller (1987) como um processo de desfuncionalização da família, onde o Estado ocupa-se de tudo, mas isso não tem significado, que este lhe subtrai deveres que antigamente lhe eram próprios, mas que se torna um de seus interlocutores e ao mesmo tempo um parceiro forte (Cronemberger, 2015, p. 133).

pesquisa e todos os motivos anteriormente apresentados. Os dados mais recentes a respeito desse grupo são do NETRAD (2021-2022), pesquisa realizada em contexto de pandemia. Foram primordiais para chegarmos ao perfil das entrevistadas.

A princípio, planejamos trabalhar com cinco entrevistas. Não obstante, no decorrer da pesquisa de campo, percebemos que a busca pela quantidade nos impediria de nos dedicarmos e apreciarmos com qualidade os depoimentos que já havíamos coletado. Quatro entrevistas (4) foram suficientes para realizar as articulações necessárias e responder nossa questão de pesquisa.

Destarte, a quantidade de entrevistas não foi algo determinado com rigidez, foi ao longo do trabalho de campo, visitando diferentes cooperativas, nos aproximando e conversando com diferentes pessoas nos galpões, durante a realização do trabalho de campo, durante o café, em audiências públicas, na interação do dia a dia que percebemos quais sujeitas permitiam nos aproximarmos para conversar, ouvir sobre elas, até o convite para a entrevista.

Assim, foram realizadas quatro entrevistas de acordo com o perfil previamente estabelecido, ou seja: mulheres negras catadoras que tiveram a experiência com o lixão da CODIN e hoje estão em cooperativas em posição de lideranças ou não. A escolha do número de entrevistas também foi orientada por critérios qualitativos.

O olhar da professora Érica Terezinha a partir da banca da qualificação do projeto, e posteriormente, tê-la como coorientadora nesta escrita, nos possibilitou expandir, repensar, e remodelar a pesquisa levada para o campo. Tal qual Exú, abriu caminhos, indicou novas estradas e oportunidades, auxiliando no encontro da melhor trilha a ser percorrida.

Dessa forma, em discussão com ela, decidimos chegar até as entrevistadas através de uma reunião realizada na Universidade Federal Fluminense - UFF, cujo intuito era firmar uma parceria entre a empresa Petrobrás e as cooperativas de reciclagem *Cata sol, Nova Esperança, Renascer e Reciclar,* através do Programa Pró-catador[36]. Ali também teríamos a oportunidade de apresentar as intenções do

[36] O Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular foi instituído pelo Decreto nº 11.414/2023, assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 13/02/2023. A minuta do decreto de recriação do antigo Programa Pró-Catador foi elaborada no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico (GTT), coordenado pela Secretaria-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República, que contou com a participação de representantes das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e do setor

projeto para as lideranças das cooperativas e ex-trabalhadoras do lixão da CODIN e estabelecer contatos. Dessa forma, apresentamos o projeto, estendemos o convite, elas aceitaram nos receber em seus galpões.

Na semana seguinte, estávamos no galpão da cooperativa *Renascer e Nova Esperança*, as primeiras a abrirem as portas. Outro parceiro fundamental nesta empreitada foi o *diário de campo*, Weber (2009). O diário se tornou uma ferramenta importante para todo o processo de observação, assim como também serviu para a autoanálise. Mesmo não sendo um texto completo, serviu como um material de análise da pesquisa, cujas anotações foram consideradas durante a análise dos dados. O diário aliado à *observação participante* nos ajudou a constituir nossos primeiros passos no campo, e após ele.

Ao tratarmos das observações no “campo de pesquisa” é importante salientar que não houve, nessa perspectiva, uma hierarquia a priori entre os lugares e as interações formais ou informais em que produzimos a pesquisa. Foram estas, por exemplo, reuniões, audiências públicas, enquanto reviram o lixo, durante o café, no dia a dia no galpão, ou durante as entrevistas, e conversas com as participantes etc.

> Quando fazemos o que nós chamamos de pesquisa de campo, nós não estamos “indo" ao campo. Já estamos no campo, porque já estamos no tema. O que nós buscamos é nos localizar psicossocialmente e territorialmente mais perto das partes e lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema onde as práticas discursivas se confrontam e, ao se confrontar, se tornam mais reconhecíveis (Spink, 2003, p. 36).

As observações de campo foram iniciadas na primeira semana de julho (2023) e foram até final de setembro (2023). As entrevistas foram colhidas entre final de agosto (2023) e setembro (2023). Para isso adotamos a elaboração de um *roteiro de observação de campo* e *roteiro de entrevistas*. Após visitas às cooperativas *Nova Esperança, Reciclar e Renascer*, fechamos uma agenda de idas aos galpões em dias de funcionamento (quartas e sextas-feiras). Nos dirigimos para lá, algumas semanas pela parte da manhã, outras semanas pela parte da tarde.

---

empresarial que atua na política de logística reversa (Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/programa-pro-catadores).

A cooperativa *Cata sol* não retornou nosso contato, além do mais, por também não apresentar no corpo de trabalhadores o perfil que buscávamos (mulheres que vivenciaram a experiência com o lixão), sendo composta por uma geração de catadores majoritariamente masculina e jovem (NETRAD, 2021) a deixamos para lá.

Após as primeiras visitações a *Reciclar* também foi retirada do nosso radar investigativo. Além de uma logística diferente das demais em termos de acesso (embora ainda na região de Guarus) a escassez do perfil buscado, majoritariamente composta por mulheres brancas, mais o bairro (localidade da cooperativa) estar (naquele período) passando por disputa entre facções de narcotráfico com tudo parado e fechado, nos impossibilitou de adentrar ao local para fazer as observações etc.

Além do tempo que não tínhamos, também já havíamos encontrado na *Nova Esperança e Renascer* os elementos que precisávamos, e familiaridade com nossa presença, sendo possível conversas mais descontraídas, risos, menos olhares de estranhamentos. Ideal para colher o que gostaríamos, já havia uma relação de melhor receptividade e menos desconfiança, conforme Tourtier-Bonazzi (2000),

> É indispensável criar uma relação de confiança entre informante e entrevistador. Disso depende o sucesso. Essa necessidade de estabelecer certos vínculos explica por que alguns entrevistadores preferem interrogar as testemunhas individualmente, tornando mais fácil a intimidade através de um diálogo. Não se falam as mesmas coisas numa conversa a dois ou a três. Outros preferem que sejam dois, distribuindo as perguntas ou fazendo com que um se responsabilize pela parte técnica e outro pela intelectual. Essa relação de confiança exige do entrevistador uma grande disponibilidade e, portanto, parece indispensável ter um primeiro encontro com a testemunha, preparar o esquema da entrevista e voltar alguns dias depois para gravar (Tourtier-Bonazzi, 2000, p. 234).

Seguimos os conselhos do fragmento acima. Após observações realizadas de julho (2023) a setembro (2023), 2 vezes por semana, geralmente quarta-feira ou sexta-feira - as cooperativas dependem do caminhão que recolhe os resíduos despejados para elas. Eles não fazem isso todos os dias, geralmente é na quarta-feira ou na sexta-feira.

Após visitas constantes e familiarizada lançamos o convite às pessoas que se encaixavam nos seguintes critérios: a) Ter participado da pesquisa do NETRAD (2021 - 2022) e ter se declarado negra; b) Ter trabalhado no lixão da CODIN; c) Ser

mãe d) que aceitassem conceder entrevistas. O convite na Nova Esperança foi feito após o café da manhã. Duas aceitaram participar (Dália e Camélia).

Na Renascer, as lideranças que conversaram conosco, já no primeiro contato (ainda na apresentação do projeto), aceitaram participar como entrevistadas (Violeta e Margarida). Importante destacar que Margarida não participou diretamente do trabalho no lixão, era criança à época. Contudo, vivenciou através da mãe (Violeta) outro tipo de experiência, tanto na relação com o lixão, quanto na experiência de liderança de cooperativa.

Margarida representa a segunda geração de mulheres catadoras na família e na trajetória de luta do movimento de catadoras em Campos dos Goytacazes. Mulher jovem, mãe, liderança frente a defesa do território fruto da luta da mãe Violeta que vivenciou de fato o lixão. Dessa forma, nos pareceu pertinente adicionar essa voz geracional no texto. As entrevistas aconteceram na própria cooperativa *Nova* Esperança e Renascer, entre 22 de agosto e 25 de setembro de 2023. Outro aspecto a destacar sobre o perfil das catadoras entrevistadas refere-se à idade delas, ou seja, encontram-se na faixa entre 23 e 74 anos. Destarte, apresentamos, abaixo, as catadoras entrevistadas com suas características e respectivo nome fictício atribuído[37]:

- *Violeta:* É natural da cidade do Rio de Janeiro, mulher autodeclarada negra, bissexual, tem 38 anos, 4 filhos e 3 netos. É a terceira de cinco filhos de uma família de nordestinos cearenses, sua mãe era doméstica e o pai pedreiro, ambos alcoólatras. A mãe de Violeta morreu de cirrose aos 39 anos, deixando os 5 filhos quando Violeta tinha apenas 9 anos de idade. Estudou pouco, saiu da casa do pai com 12 anos para morar com o namorado (de 14 anos) prometendo nunca mais voltar para lá devido violência e humilhação. Aos 13 anos pegou a irmã mais nova para criar e veio para Campos dos Goytacazes, aos 20 anos de idade, fugindo do domínio das milícias no território de antiga moradia. Já trabalhou como doméstica, catadora do lixão, catadora de rua,

[37] Com exceção de Violeta, todas as outras entrevistadas mostraram-se receosas por exibirem os nomes e os rostos. Elas autorizaram através de termo de consentimento o uso dos dados para a dissertação desde que não revelasse seus nomes e rostos. Em conversa com a orientadora Clareth Reis a respeito dessa situação, ela sugeriu o uso de nomes fictícios de flores. Passei a sugestão para as entrevistadas, elas concordaram e deixaram por conta da pesquisadora a escolha. De sorte que a escolha foi por Violeta, Margarida, Dália e Camélia, feitas de forma aleatória.

manicure, cabeleireira e até auxiliar de pedreiro. Também foi uma das lideranças dos catadores do lixão da CODIN e ajudou a fundar três, das quatros cooperativas de reciclagens de Campos dos Goytacazes. Hoje, Violeta é auxiliar de serviços gerais na UENF e auxilia na cooperativa Renascer como conselheira. Seu maior sonho é terminar de criar os filhos e ver as cooperativas que ajudou a fundar, cumprindo sua função;

- *Camélia:* É campista natural de Guarus, tem 74 anos, se declara negra, é mãe de 4 filhos (2 homens e 2 mulheres, todos adultos) e mora na Terra Prometida em Guarus. Estudou até os 12 anos quando o pai, que era cortador de cana, a tirou da escola para trabalhar como doméstica em casa de família. Além de empregada doméstica, também trabalhou como gari, catadora de materiais recicláveis na rua, catadora do lixão da CODIN, e atualmente é cooperada na *Nova Esperança*. Não tem religião, gosta de ficar em casa na folga (sábado), e seu maior sonho é se aposentar;
- *Dália:* É natural de São Fidélis, tem 38 anos, se declara mulher negra, é mãe de quatros filhos (2 adolescentes e 2 crianças), casada há 12 anos. Também é evangélica da igreja Assembleia de Deus, moradora do Parque Eldorado (Guarus). Tem o ensino fundamental I completo, não terminou porque fugiu da casa dos pais aos 14 anos de idade para morar com o namorado, e pai do seu primeiro filho, ambos eram trabalhadores do lixão. Conheceu o lixão da CODIN através dos pais, trabalhadores do corte de cana. Sua mãe veio da região de São Fidélis para o lixão junto com os 8 filhos (sobreviventes dos 16 que gestou). Hoje aos 65 anos a mãe ainda trabalha como empregada doméstica. Além do lixão, Dália já trabalhou como garçonete e como gari na Vital Engenharia Ambiental. Atualmente é cooperada na Nova Esperança e seu maior sonho é fazer um curso de informática.
- *Margarida*: Se autodeclara mulher negra, tem 23 anos de idade, tem 3 filhos, é natural de Jacarepaguá (Rio de Janeiro), mora no Suvaco de Cobra (Guarus). É a filha mais velha de Violeta (também entrevistada), e a segunda geração de mulheres catadoras na família. Conheceu o lixão aos seis anos de idade quando a mãe passou a trabalhar lá e ela era responsável pelos irmãos mais novos em casa, e a levar o almoço para a mãe no lixão. Estudou até o

> 9º ano, quando engravidou do primeiro filho e deixou de estudar. Já trabalhou como empregada doméstica e manicure. Atualmente é presidente da cooperativa Renascer, função que ocupa desde os 18 anos de idade. O maior sonho de Margarida é poder viver e criar os filhos dignamente com o trabalho da cooperativa, e fazer faculdade de Serviço Social.

É necessário frisar que das quatro entrevistas, três delas foram colhidas dentro do galpão das cooperativas selecionadas, com exceção da entrevista de Violeta. Por estar desempenhando outra função de trabalho, e prestes a mudar-se da cidade de Campos dos Goytacazes, tivemos que “atropelar” nosso roteiro de campo Violeta nos concedeu a entrevista dentro da UENF, em um quartinho.

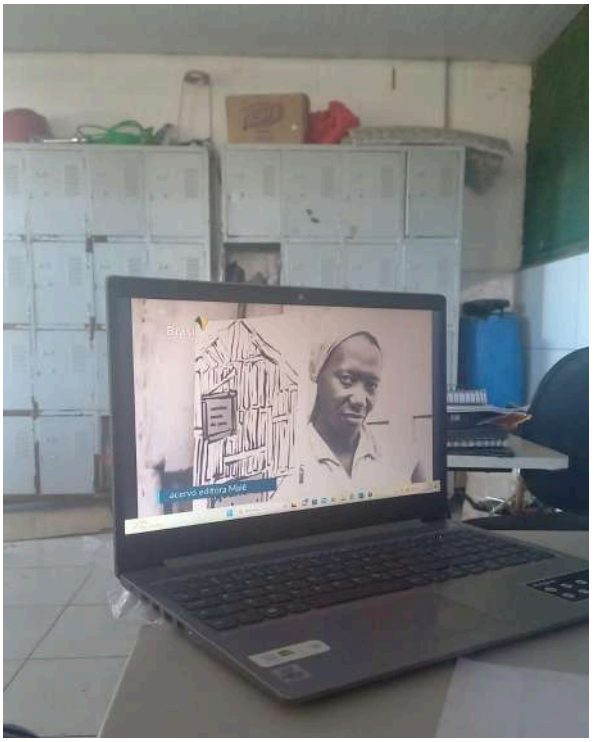
O quartinho era semelhante ao de despejo citado por Carolina de Jesus, estávamos ali para que a fiscal do serviço não nos encontrasse, caso a entrevista ultrapasse o horário do almoço. Para essa entrevista não foi possível utilizar o vídeo introdutório, e já partimos logo para a conversa qualificada.

Dessa forma, pudemos entrevistar duas cooperadas que vivenciaram a vida no lixão como catadoras (sem a posição de liderança - Dália e Camélia), uma catadora na posição de liderança (com experiência de catação no lixão, na rua, e tendo participado da fundação de 3 cooperativas (Reciclar, Nova Esperança e Renascer - *Violeta),* e uma liderança atual, sendo a segunda geração de catadora na família - *Margarida.*

De maneira individual, antes de o trabalho começar, durante o café que preparamos para este encontro, tendo como dinâmica e com intenção de duração de aproximadamente 60 minutos, considerando a disponibilidade de cada uma das duas, iniciamos a coleta. Camélia foi a primeira, passamos um vídeo de 15 minutos a respeito da vida de Carolina de Jesus[38], a fim de aproximar e introduzir as perguntas que nos levasse para uma entrevista.

Figura 13 - Vídeo de introdução às questões da entrevista no escritório/cozinha da cooperativa Nova Esperança

[38]Caminhos da Reportagem | Carolina de Jesus, a escritora além do quarto.TVBrasil disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEo&t=1009s.



Fonte: Arquivo da pesquisa (2023).

Após acordo sobre o melhor momento para colher as entrevistas, no dia 25 de agosto pela manhã, depois do café da manhã (que é servido às 7h), nos dirigimos à cooperativa Nova Esperança. Chegamos mais cedo que as entrevistadas, esperei terminar o café, após o café houve uma oração e todas foram cada uma para sua função. Camélia não queria distanciar-se muito da esteira onde estava trabalhando. Não queria que demorasse muito, para não ser chamada de “morcega”, então nos sentamos por ali mesmo, abri o computador e tentei seguir o roteiro que havia estabelecido para colher a entrevista.

O barulho das máquinas interferiu no áudio da gravação e da entrevista e para ouvir o diálogo do vídeo que narra a história de Carolina de Jesus. E com um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado nas intenções de nossas investigações, conseguimos colher a primeira entrevista. Após, falou sobre o que achou do vídeo, o que foi interessante, o que mais chamou a atenção.

Foi solicitado que se apresentassem e falassem sobre si. As perguntas do roteiro de entrevista instiga desde a infância, adolescência, levando em consideração momentos marcantes em suas vidas e no cotidiano sendo mulher e

negra. Nesse sentido, o roteiro foi utilizado para direcionar melhor as entrevistas, a fim de não perder de vista os objetivos propostos.

Camélia era muito tímida, falava baixo, pouco, apenas dialogou com as perguntas do roteiro sem dar muitos detalhes, sem aprofundar, ficando apenas na superfície do que era perguntado. Foi uma interação rápida, levou 40 minutos, muito aquém do que gostaríamos de alcançar, gostaríamos de histórias robustas narradas com riqueza de detalhes, mas não aconteceu.

A segunda entrevistada, Dália também era tímida, mas conseguiu desenvolver melhor uma conversa sem precisar recorrer muito ao roteiro de entrevistas. Também foi realizada no galpão da cooperativa, e tivemos quase uma hora de interação. Entretanto, após as duas primeiras entrevistas feitas com Camélia e Dália e com o já observado, sentimos que não alcançamos as histórias com a profundidade que esperávamos. De alguma forma, mesmo com o roteiro de entrevistas, aquilo que foi colhido não parecia matar nossa sede dentro daquilo que esperávamos alcançar.

Ao elaborar o roteiro de entrevistas a intenção foi que fosse nosso guia, não nossa âncora, que as entrevistadas não se intimidassem com o aparelho gravador, que não dependessem de a entrevistadora recorrer ao papel (roteiro de entrevista) para fazer a próxima pergunta para que dialogassem conosco. Na figura a seguir as duas primeiras entrevistadas (Camélia e Dália), trabalhadoras da cooperativa Nova Esperança.

Figura 14 - Bastidores da entrevista com Camélia e Dália



Fonte: Arquivo da pesquisa (2023).

Além disso, e, ainda muito preocupadas em não nos distanciarmos da ciência que Abdias Nascimento nos provocava, voltamos a pesquisar por técnicas e ferramentas de coleta que respondessem a esses anseios. Enquanto seguíamos indo semanalmente às cooperativas. Continuamos com nossas observações, e também buscando e procurando reconhecer e separar aquilo que poderia ser válido para o que buscávamos, daquilo que não se encaixava em nossos estudos.

Recorrendo às anotações do diário de campo a respeito das observações no galpão das cooperativas Nova Esperança e Renascer. Além de percorrer os becos da memória notamos que, já familiarizados com a nossa presença, as conversas triviais do cotidiano e em tom de descontração era a melhor forma de interação, e as cooperadas se entregavam e falavam mais sobre si e suas histórias naturalmente.

Entretanto, essas conversas eram abruptamente interrompidas sempre que pegávamos o bloco de anotações ou o celular para registrar algo. Era comum que perguntassem: *“tá gravando?”*. Dessa forma, automaticamente ficavam em silêncio. Com isso percebi que as conversas além de nos levarem para caminhos não previstos, desafiavam também aquele modelo de ciência que acredita que o rigor está na previsão e no controle dos dados.

Sentimos, então, que esse “distanciamento” entre “pesquisador” e “pesquisado”, pilar da ciência hegemônica, essa separação entre entrevistadora

versus entrevistadas nos impossibilitava de adquirir melhores e outras histórias com mais riqueza de detalhes, atrapalhando, então, a coleta dos tão desejados dados.

O que reacendeu a discussão sobre como o modo tradicional, esse que conhecemos, cristalizado e reproduzido sobre produção conhecimento, baseado na separação entre sujeito que conhece *versus* objeto de conhecimento, não nos servia dentro daquilo que esperávamos alcançar. Foi aplicado de forma errada? Não houve tempo suficiente? Bom, ainda não tínhamos em nossa caixa de ferramentas algo que nos auxiliasse para esse fim sem renunciar àquilo que já havíamos utilizado.

Na busca por separar o joio do trigo dentro daquilo que nos poderia ser útil daquilo que não, nos deparamos com os trabalhos do professor Cardin (2006) e (2007), (2013). O uso de conversas qualificadas em pesquisas qualitativas realizadas na tríplice fronteira (Brasil, Uruguai e Paraguai). Realizada com trabalhadores de difícil acesso (Sacoleiros, “laranjas”, contrabandistas), em análise acerca da precarização do trabalho no capitalismo. Diálogo esse que também travamos ao falar sobre o trabalho das pessoas catadoras de recicláveis. Conversas qualificadas é uma técnica complementa que

> [...] correspondem a uma tentativa de desenvolver dentro da metodologia da história oral uma nova possibilidade de relação entre as partes envolvidas na produção da pesquisa. Contudo, as *conversas* não representam um rompimento radical com as demais técnicas de história oral, mas um esforço no processo de democratização e nivelamento dos sujeitos envolvidos na construção coletiva do conhecimento. Assim, alguns dos pressupostos básicos do trabalho com fontes orais precisam ser considerados ao longo do desenvolvimento dos trabalhos de campo. Entre estes se destacam: a) o estabelecimento de uma relação de confiança com os interlocutores; b) a manutenção das relações após as conversas; c) a busca da *saturação* dos assuntos abordados; d) o desenvolvimento das conversas em um lugar “neutro”; e) a aquisição de um conhecimento prévio do perfil dos sujeitos que compõem o universo de interesse; f) o estabelecimento das conversas firmadas em núcleos comuns e; g) a preservação da oralidade durante as transcrições (Cardin, 2007, p.8).

Conversas qualificadas nos serviram exatamente dentro daquilo que buscávamos. Algo que dialogasse com a metodologia da história oral adotada, e que não rompesse ou entrasse em conflito com a técnica da história de vida. Porém, que de alguma forma auxiliasse a potencializar a união dessas ferramentas e nos proporcionasse alcançar o desejado. Como ainda nos faltava colher mais duas

entrevistas, das catadoras da cooperativa Renascer, Violeta e Margarida, recalculamos a rota.

Repensamos nossa atuação com as primeiras entrevistadas, ouvimos as gravações, relemos nosso diário de campo e resolvemos adotar conversas qualificadas para colher as outras entrevistas que faltavam. Margarida, conforme figura abaixo, recebeu-nos para conversa dentro do galpão da cooperativa Renascer. A conversa foi pré-agendada por telefone, só poderia ser pela manhã, pois pela parte da tarde ela teria uma reunião escolar. Aconteceu no dia 08 de setembro de 2023.

Figura 15 - Bastidores da entrevista com Margarida



Fonte: Arquivo da pesquisa (2023).

A dinâmica para essa entrevista não precisou ser modificada. Iniciamos da mesma forma como agimos na coleta das entrevistadas Camélia e Dália, passamos a reportagem sobre Carolina de Jesus[39]. Antes de iniciar avisamos sobre a gravação em áudio da conversa. Essa parte não modificamos, pois era importante manter a história de Carolina Maria de Jesus, ela ainda era nossa porta voz. Era através dela

[39] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-IoYEo

e de sua imagem que as catadoras prendiam o interesse na conversa que viria depois do vídeo.

Margarida emocionou-se durante vários momentos, concordou com alguns trechos gestualmente, demonstrou surpresa em outros. O vídeo acabou e naturalmente ela começou a falar sobre as semelhanças com as histórias de Carolina e sua própria história, começou falando do sonho de Carolina de escrever e do seu próprio sonho: ser assistente social, mas ninguém acredita em ambas (nela e na Carolina de Jesus).

As conversas qualificadas (Cardin, 2007) permitiram capturar histórias de diferentes naturezas, sem necessariamente recorrer ao roteiro elaborado. Um assunto foi puxando outro. Falamos sobre infância, família, escola, trabalho, maternidade, serviços oferecidos pelo governo, sonhos, moradia, diversão etc. A ponto de esquecermos do tempo e assim, a conversa que se iniciou às 9h da manhã foi até quase 11h.

Além de proporcionar histórias narradas com diferentes entonações, situações, riqueza de detalhes, descrições, referências etc., as conversas qualificadas deixaram a entrevistada mais à vontade, relaxada e receptiva para o diálogo. Nos rendeu quase duas horas de dados coletados.

Com Violeta, na semana seguinte (25 de setembro de 2023), não foi diferente em termos de aquisição de dados com qualidade em termos de riqueza de detalhes, e diversidade de histórias. Na conversa após o almoço falamos sobre temas que abarcam desde a infância passando pela experiência de trabalho, maternidade, relações amorosas, construção de identidade, formulação de pensamento crítico.

Com Violeta, dada a dinâmica adotada, não conseguimos passar o vídeo de Carolina de Jesus. A salinha em que nos escondemos para ter nossas conversas qualificadas não possuía tomadas acessíveis, e o computador não ligava sem a fonte de energia direto na tomada. Mandei o link do vídeo para que ela pudesse ver em outra ocasião, e conversamos sobre as questões do roteiro de entrevista.

Ela tinha pouco tempo, pois tinha apenas 1h para o almoço. Já havia almoçado, feito duas unhas (usa a hora do almoço para fazer o serviço de manicure na UENF), e precisava bater o ponto depois da nossa conversa, que durou quase 1

hora e 30 minutos. A amiga ficou cobrindo seu turno para que terminássemos a conversa com calma.

De todas as entrevistas colhidas, a de Violeta é a que contém maior riqueza e a que melhor forneceu dados. Temas relativos às categorias de trabalho, maternidade, resistência, criação de consciência política, liderança, trajetória de organização, enfrentamento à violência doméstica, de gênero e de raça estão presentes nas histórias vividas relatadas.

CAPÍTULO 2 - GUARUS NA PLANÍCIE GOYTACÁ

O mundo é diferente da ponte pra cá
(Os Racionais MC's)

Este capítulo é dividido em três tópicos. Nos dois primeiros, fizemos um resgate sobre a formação do território de Guarus a partir do que temos oficialmente registrado. A volta ao passado é na intenção de discutir a respeito da constituição de Guarus quanto um território de trabalhadores empobrecidos, precarizados e expropriados do campo que passaram a viver nas margens da cidade.

Sobretudo um território não homogêneo resultante de aspectos/determinações econômicas, sociais, raciais, de falta de acesso a recursos simbólicos, críticos, inclusive à própria história (Almeida, 2021). É utilizado na intenção de articular as resistências históricas deste território com as resistências do cotidiano atual em diálogo com a questão de pesquisa. Para as compreensões a respeito de território Milton Santos (1997), (2007), Corrêa (1996) e Valença (2010) são alguns dos nomes que descortinam a compreensão adotada.

No terceiro tópico o texto discute sobre a forte presença da resistência em toda a planície campista, com destaque para o território de Guarus com os povos goytacá, guarulhos, puris e os aimorés. A discussão caminha para a resistência negra como uma tecnologia ancestral acessada em diáspora de diferentes maneiras. Fazendo com que o povo negro continuasse existindo, apesar da constante tentativa de seu extermínio.

Para essa discussão as formulações de Clóvis Moura (1981), Lélia Gonzalez (1988), Amador de Deus (2011), Morena Mariah (2021) são algumas das vozes que permeiam essa reflexão, permitindo interação entre sujeito-resistência-território e cotidiano.

2.1 A Guarus dos Guarulhos resistentes

Para tanto, e na busca por ler com outras lentes a história contada, assim como no provérbio africano "Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os

caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça". É também devido à escassez de outros registros e de outras versões da história contada.

Dessa forma, *a*s leituras que auxiliaram nesse processo foram consideradas, então, a partir dos estudos tradicionais de Lamego (1945), Faria (2003), Feydit (2004), Malheiros (2008), Gomes (2014) e Assis (2016), cujas investigações são baseadas em estudos desde os primórdios da invasão colonizadora no território. Vozes atuais proporcionando uma outra leitura, sob as lentes do antirracismo, como a da socióloga Simone Pedro que resgata a Campos dos Goytacazes dos resistentes, a Campos dos abolicionistas, de José do Patrocínio, Cherubina, Mercedes Batista e Zezé Motta também foi utilizada no corpo do texto.

Nesta incursão é importante destacar que compreendemos cidade[40] como corolária das relações sociais de produção capitalista. Cuja materialização política e espacial segundo (Iasi, 2013, p.41) se encontra na base da produção e reprodução do capital. O que a faz a forma transformada das relações, das políticas, dos antagonismos e a torna espaço de unidade de contrários que lhes são próprias não apenas pelas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e do seu resultado.

Nesta demanda, os antagonismos, protagonismos e conflitos como mediadores das relações sociais na cidade de Campos dos Goytacazes configuram de maneira interessante para o campo e linha desta pesquisa. As catadoras de materiais recicláveis e seus cotidianos são, portanto, lidas como sujeitas protagonistas dentro dessa forma transformada das relações, não apenas no que diz respeito às desigualdades, mas também às suas próprias trajetórias de vida.

Sendo, então, a cidade palco de relações sociais e de uma grande diversidade de ações que nela atuam segundo interesses diversos, é possível pensar que ela não é homogênea sob vários aspectos. E, portanto, seus vários lugares não devem ser tratados da mesma forma. Desse modo, para Koga (2003, p.33), deve-se compreender a cidade enquanto um território múltiplo, como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva.

[40] É a "expressão da produção social, da dinâmica de transformação e uso do território e dos recursos naturais na realidade vivida" (Penna; Ferreira, 2014).

Figura 16 - Planície Campista às margens do rio Paraíba do Sul – 2019



Fonte: Prefeitura de Campos dos Goytacazes, 2018.

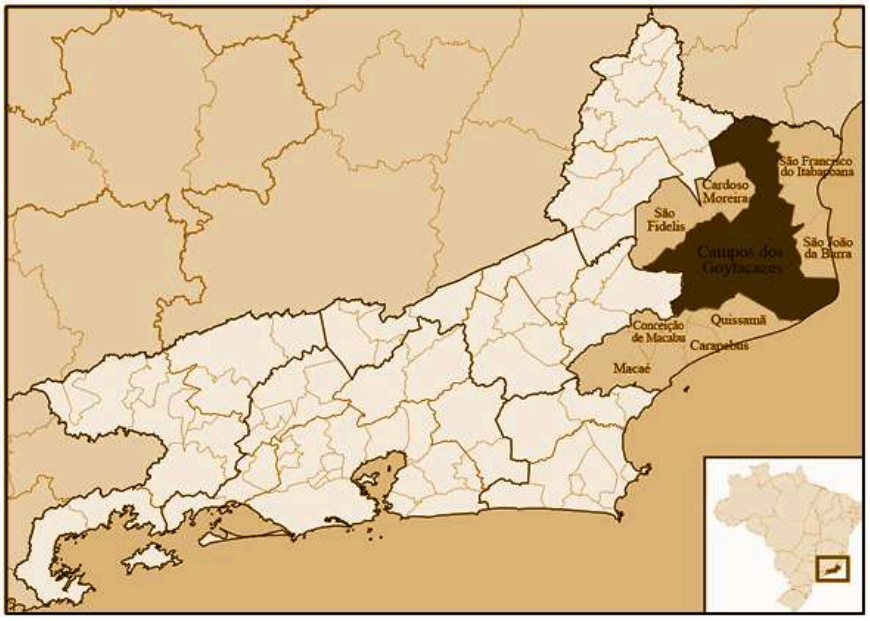
No que diz respeito à dinâmica territorial, adotamos a concepção de Santos (1997) quando afirma que o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando é considerado a partir de seu uso, ou seja, a partir do momento em que é pensado juntamente com os atores que o utilizam. Ao pensar o território de Guarus junto às vozes das catadoras nos pareceu uma boa oportunidade para a perspectiva de Milton Santos.

Sposati (2008, p. 9), auxilia com a ideia de que o território é dinâmico, pois, para além da topografia natural, constitui uma “topografia social”, decorrente das relações entre os que nele vivem e das relações destes com os que vivem em outros territórios, ou seja território não é gueto, possui mobilidades, dinâmicas e homogeneidade, como Guarus no conjunto de forças e dinâmicas que nele operam.

Nosso interesse por Guarus acontece por ser esse território dinâmico, com desenvolvimento próprio, que evidencia as diferentes especificidades dos conflitos sociais de cada um dos lugares que o compõem. Assim como, de seus reflexos no restante da cidade que evidenciam as diferenças agudas existentes entre os indivíduos pobres e os não pobres. Entre os centrais e os periféricos.

Guarus localiza-se em Campos dos Goytacazes, este é o município de maior extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, com seus 4.032,487 km² de extensão territorial, com uma população de 483.551 pessoas (IBGE, 2022). É uma planície localizada em local estratégico, na mesorregião Norte Fluminense. É formada hoje pela união de nove municípios (Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã) agrupados em duas microrregiões: Campos dos Goytacazes e Macaé, conforme mapa 1.

Mapa 1 – Região Norte do Rio de Janeiro



Fonte: Produzido pelas autoras com base em IBGE (2022).

Todos esses e outros fatores contribuem para fazer de Campos dos Goytacazes um interessante e rico campo de estudo em relação a diferentes e variados temas e aspectos. Sua própria formação histórica, e a versão oficializada dela, contada e registrada, por exemplo, apresenta ricos elementos e substratos para análises e estudos relacionados às questões da história, da memória, resistência, luta de classes, gênero e relações étnico-raciais, temas sob os quais procuramos interagir nesta escrita.

As lentes aqui adotadas compreendem a cidade de Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense como sendo fruto da invasão colonizadora portuguesa em sua incursão marítima, cujos métodos de dominação passavam pelo extermínio e

subjugação dos povos indígenas habitantes da região. E a escravização de povos africanos que foram sequestrados de Angola, Moçambique e Sul do Congo, Soares (2019), sendo trazidos para realizar trabalhos forçados em pastagens e canaviais.

Os registros utilizados oficialmente para contar a história da cidade partem da perspectiva do colonizador, como é possível ver nos estudos do pesquisador Lamego (1945), cujos primeiros documentos que citam a referida região deram-se a partir do estudo das cartas da família Pêro de Góis - datadas por volta de 1545 – trata-se de relatos desde as primeiras expedições ao Brasil na tentativa de colonização da região que nomearam de Capitania de São Thomé.

Em seus estudos, Lamego (1945) aponta registros de seguidas expulsões feitas pelos povos originários que já habitavam o litoral. Evidenciando não apenas que eles já existiam, como também a bravura e a resistência destes em defesa dos territórios já habitados. Lamego traz que a família Góis tentou por duas gerações a colonização da região sofrendo duros e inúmeros fracassos, que não passavam nem do litoral, sendo expulsos constantemente.

Destarte e não conseguindo o domínio sobre as terras “doadas” pelo rei, regressam à Europa fazendo com que os povos que habitavam o território em disputa ficassem conhecidos nos registros da época como *bárbaros, selvagens e ferozes (Lamego, 1945)*. O que evidencia como em relações de poder, como essas, por exemplo, travadas entre colonizadores e colonizados, europeus e nativos, os estereótipos se tornam mecanismos de sustentação do pensamento dominador.

Estes estereótipos, não aleatoriamente feitos, nada mais são do que deturpações da imagem dos povos originários das terras invadidas, construídas pelo colonizador feitas no sentido de fabricar e sustentar a ideologia que se pretende ser dominante. Para isso os sujeitos dessa relação precisam ser desqualificados, caracterizados como inferiores em detrimento da imagem criada de si e sobre si pelo colonizador, marcado pela ideia de superioridade e hegemonia do dominador tendo como critério *raça* (Bhabha, 2003, p.11).

Assim, foi somente a partir de 1619 (Lamego, 1945) que a violência civilizacional da cultura ocidental, amparada pelos instrumentos de violência e da tese da moral cristã-ocidental, utilizando-se da brutalização, pilhagem e assalto aos povos não ocidentais, arrancando-os das suas raízes, por meio da invasão atroz

(Fanon, 1961), que o colonizador conseguiu, finalmente, adentrar o litoral e instalar-se na margem direita do rio Paraíba do Sul.

Foi através de argumentos civilizatórios e moralizadores, como *salvar a alma dos pecados,* por exemplo*,* que as portas para a invasão das terras de diferentes povos, inclusive os povos goytacá, foram abertas. Conforme Lamego (1945), foi por meio de padres, conversões forçadas, e aldeias para colocar os nativos “catequizados”, enquanto avançavam com muita violência sob as terras, os corpos, a cultura e as riquezas da planície e seus habitantes, que os primeiros colonizadores se instalaram na região.

Em relação aos avanços de povoamento da parte norte do rio, em seus estudos Feydit (2004), encontrou que os *Guarulhos* (povos que habitavam o lado esquerdo) eram descritos como sendo mais bravos e "ferozes", do que os habitantes da parte Sul. Logo, a expansão nessa direção (Guarus) foi demorada e se deu somente no final do século XIX e início do XX "[...] para o norte o colono primitivo encontrou um matagal fechado e intransponível, infestado de Puris e de Aimorés" (Lamego, 1945, p. 176).

É interessante notar novamente como o colonizador constrói a imagem do outro a partir da degradação. Ao descrever os habitantes encontrados como ‘selvagem’, ‘bruto’, ‘bárbaro’ sob um ponto de vista hegemônico. Corroborando com Mbembe (2014, p. 25) quando em suas conclusões sobre *raça* aponta que esta mantendo o terror, pratica o alterocídio. Isto é, constitui o Outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador. Do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total.

Assim, os primeiros documentos a respeito de Campos evidenciam que o sistema colonial não apenas constrói, como também perpetua estereótipos. Na intenção de subordinar o outro ao poder hegemônico e assim estabelecer o controle. Dessa forma, o que foge do padrão hegemônico é o diferente, o anormal, degenerado, inferior.

Com isso, ao referir-se aos habitantes originários das terras invadidas como sendo uma infestação, sobressai o olhar desumanizador lançado sobre os primeiros habitantes, tidos apenas com entraves para a dominação portuguesa. O trecho

exemplifica bem o que já denunciava constantemente o psiquiatra Frantz Fanon (1961, p.30) “[...] a linguagem do colono é uma linguagem zoológica”. em sua compreensão o martinicano disserta sobre como a desumanização levada ao extremo pelo colonizador utilizava-se também da palavra.

Tais avanços sob os territórios, sua exploração e redução gradativa foi feita a custo de muito sangue, diante de inúmeros conflitos entre os povos originários e os invasores colonizadores. Evidenciando que os primeiros povos não foram vencidos facilmente, não apresentando aquela relação pacífica com “troca de terras por espelhos”, como consta nas narrativas oficializadas da história do Brasil em sua “descoberta”. Houve muita resistência e luta em defesa do território, como aponta Clóvis Moura em seus estudos.

Dessa forma, os registros apontam a criação da *Vila de São Salvador de Campos (1677)* à margem direita do rio Paraíba do Sul. Para Alliprandi (2017), foi o cultivo de cana de açúcar o principal responsável pela consolidação do povoado, do desenvolvimento do espaço urbano, e a importância dada à região, tidos como fatores determinantes para elevar a vila à condição de cidade.

Até então, a urbanização e povoamento da margem esquerda do rio - Guarulhos/ Guarus - pelos estudos de Malheiros (2008), temos que os primeiros colonos que foram levados para estas novas terras constituíram, inicialmente, estabelecimentos relacionados à produção agrícola. Em seus estudos baseados em Couto Reis, Friedman (2007), elaborou um quadro a respeito da divisão das freguesias em Campos dos Goytacazes.

O conteúdo traz evidências que ainda no século XVIII, na então freguesia de *Santo Antônio dos Guarulhos* já havia propriedades rurais, arrendamentos e até engenhos e engenhocas com uma composição populacional, naquele período, de maioria de escravizados. Sendo 2061 versus 1138 de população livre. Conforme a Tabela 1 explicita.

Tabela 1: Freguesias de Campos dos Goytacazes entre os períodos de 1785 -1799

Freguesias	Propriedades rurais	Arrendamentos	Engenhos e engenhocas	Escravos	População livre
São Salvador	218	485	129	6072	4407
São Gonçalo	161	269	68	5157	3945
Sto. Ant. Guarulhos	52	104	31	2061	1138
N. S. Dest. Capivari	03	20	07	923	1005
N. S. Neves e S. Rita de Macahe	11	37	02	3640	1691
Total	445	915	237	17853	12186

Fonte: Friedman, 2007.

Ou seja, foi com esse número expressivo de pessoas escravizadas no território de Campos dos Goytacazes em meados do século XIX, se utilizando dessa mão de obra escravizada de povos sequestrados de África, trabalhando intensamente, que a cidade transformou à época em referência urbanística, populacional e econômica. Importante lembrar que:

> No século XIX, tivemos um alto índice de escravizados na região para abastecer o mercado de trabalho, principalmente na produção açucareira, que foi a responsável pelo crescimento econômico da nossa cidade naquele período. Nessa época, a população negra era bem superior, o que gerava também medo nos grandes produtores rurais, que reprimiram os escravizados com muita violência (Machado, 2022).

Almejando destacar-se e atrair investimentos, munidos do espólio da mão de obra escravizada, relatores da história apontam que a cidade passou por um processo de grandes construções. Podemos destacar como principais: 1) Instalação de luz elétrica (1883), sendo a primeira cidade da América Latina a receber luz elétrica, cujo ato inaugural foi presidido pelo próprio Imperador D. Pedro II; 2) A Construção do canal Campos-Macaé (1861-1872), sendo considerada a maior obra de engenharia do país no século XIX; 3) Ponte Barcelos Martins (1873); 4) Estrada de ferro (1910), além de um sistema de água e esgoto (1901) (Faria, 2005).

Contudo, nenhuma dessas “grandes obras” foi pensada levando em consideração o desenvolvimento da margem esquerda do rio (Guarulhos/Guarus), essa população seguia esquecida de investimentos financeiros e sociais. Todavia, a ponte ferroviária é tida como um marco não só para o modelo de urbanização implantado, mas também para a consolidação de um núcleo urbano mais linear em Guarulhos. O que possibilitou que as linhas férreas existentes — a que ligava

Campos a Macaé, presente na margem direita, e a que ligava Campos a Cachoeiro de Itapemirim e Vitória no Espírito Santo, na margem esquerda — pudessem se comunicar (Estações Ferroviárias do Brasil, 2019).

Dessa forma o surgimento de um povoamento mais robusto em Guarulhos (Guarus) se desenvolveu nas margens da história e ao longo das margens dos trilhos da estrada de ferro. Mesmo não sendo construída nenhuma estação ferroviária no trecho que atualmente é Guarus.

Figura 17 - Campos dos Goytacazes em 1928



Fonte: IBGE autor desconhecido (1928).

A partir de 1901, o plano urbanístico do sanitarista Saturnino de Brito aprofunda ainda mais o distanciamento entre as margens do rio e a subalternização do “lado de lá da ponte”. É quando os registros começam a apontar para uma elaboração envolvendo a urbanização para este lado do rio (Faria, 2005). Entretanto, os planos do engenheiro sanitarista herdeiro e neto de Saturnino Braga, possuíam caráter higienista. Onde dentro do projeto estético elaborado por ele não cabia nada daquilo que à época relacionavam aos mais pobres e era tido como “desordem”.

Dada à dinâmica das cidades nesse período, somos levadas a imaginar que a valorização das áreas centrais, associada aos melhoramentos urbanos, não combinava com jogatina, biroscas, prostituição, leitura de mão, feitiçarias, batuques e capoeiras. Ruas dadas à safadeza, repletas de mulheres de vida airada que andavam na companhia de vagabundos, e moleques que buliam com quem

passava. Não coadunavam com o fluxo de bondes que levavam os homens de chapéu e sapato, cidadãos de bem.

Além da perseguição a grupos específicos que não se enquadram no novo modelo e outras manifestações tidas como fora do padrão determinado, como quitandas, cortiços, bordéis, feiras também tiveram que sair de seus pontos habituais nessa nova configuração pensada de maneira hostil. Cortiços inteiros foram demolidos, entre outras regras de comportamento (Faria, 2005).

> Dessa forma, anuncia-se o embrião do fenômeno de diferenciação socioespacial no município de Campos, definido por dois aspectos interdependentes: o sobrevalor da área com incremento de ações públicas voltadas à garantia da lógica burguesa de desenvolvimento e progresso e o desvalor das áreas periféricas, pela falta de investimento e ocupação progressiva das classes pobres. Além disso, as áreas mais afastadas eram determinadas para a construção de presídios, cemitérios, hospitais especializados em doenças de caráter epidêmico e contagioso (tuberculose, por exemplo), assim como os matadouros (FARIA, 2005, p. 4784).

Ou seja, Guarus nasce do descaso e da segregação, processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros (Villaça, 2001, p. 142). Lembrando que diversos e diferentes agentes atuam na produção do território urbano entre eles os interesses do setor imobiliário, do Estado e daquela parcela da população que possui maior poder, seja ele político e/ou econômico, com influência sobre os dois anteriores. Para Caldeira (2000), pode ser tanto social quanto espacial e joga os dissidentes para fora dos centros (para as margens) sendo

> [...] uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (Caldeira, 2000, p. 211).

Essa diferenciação social dentro do que apontam Faria (2005) e Alliprandi (2017) indicam que o novo planejamento urbano jogou a população de menor renda que não conseguia manter-se na área central, para fora, obrigando a procurar locais que pudessem pagar. Formando então bairros informais, sem infraestrutura a fim de abrigar essa parcela da população nas margens da cidade.

Almeida (2018) reforça que em Campos esse processo de modernização foi forjado “pelo alto” conduzido a um projeto de desenvolvimento extremamente elitista

e excludente. Segregador não apenas de territórios urbanos, mas também de direitos trabalhistas, condições de trabalho, e ao que se refere à democratização e participação na produção de uma esfera pública.

Ou seja, a sociabilidade formada na periferia por seus habitantes (excluídos e marginalizados) expressou-se como uma parcela importante da classe trabalhadora, principalmente a parcela mais vulnerável e empobrecida. Neste diálogo é importante considerar estudos recentes como os da socióloga Simone Pedro Vieira.

A pesquisadora coloca os desdobramentos da vergonhosa escravização colonial, inclusive a abolição da escravatura como ponto central na discussão sobre a conformação de Campos e seus territórios, considerando que no pós Lei Áurea (1888), na planície campista não foi nada diferente do restante do Brasil.

Em que a grande população de negros libertos que não tendo para onde ir, foram buscar moradia em regiões precárias e afastadas dos bairros centrais das cidades, abrigando-se nas margens dos rios, mangues, pântanos, morros e alagados etc, onde não houve orientação ou preocupação com o destino daquela população que acabara de deixar as senzalas, tratando de uma triste realidade que reverbera até hoje, como aponta Simone Pedro Vieira (2022).

Em relação à Guarus, a pesquisadora reflete que os moradores deste território descendentes de escravizados negros e pardos, da zona rural e, ainda, indígenas, compunham o grupo de discriminados e expropriado da sociedade campista. A autora ainda tece críticas sobre como a região foi tocada pelas intervenções e planejamentos urbanos ao longo dos anos, coexistindo com os dilemas de infraestrutura e serviços que até hoje reforçam a imagem desta localidade como “abaixo dos padrões".

Figura 18 – Urubus e pessoas no lixão da Codin



Fonte: Folha da manhã – Diomarcelo Pessanha (2004).

Sendo as periferias de Guarus oficialmente a perpetuação de um projeto de expansão urbana marcado pela falta de investimento em infraestrutura e equipamentos e serviços públicos coletivos, sob um prisma de múltiplas deficiências no planejamento e gestão pública da cidade (Almeida, 2021). Em que a população menos favorecida é marcada pela posição subalterna na cidade segregada e racista,

> [...] por motivos óbvios, Guarus é deixada à margem do processo de 'modernização'; vivendo em condições precárias, ela se distribui pelas zonas mais distantes da cidade e onde os serviços de infraestrutura ainda não chegaram: a periferia da cidade onde ainda existem pântanos e alagadiços (Faria, 2000, p. 6 e 7).

Tanto Simone Pedro (2005), (2022) quanto Faria (2000), tocam em um ponto importante para essa discussão. Esse território periférico afastado do centro, à margem do processo de modernização da cidade, esquecido no quartinho de despejo das promessas políticas, feitas durante campanhas políticas eleitoreiras. De onde se vê as luzes da cidade, é um dos aspectos da organização do espaço feito pelo capital. Pois pensar em um país herdeiro da escravidão como o nosso, dentro de uma sociedade capitalista a favela acaba sendo

> [...] uma "instituição necessária" ao desenvolvimento do capitalismo, porque é onde se aloja uma grande parcela da classe trabalhadora. Na aparência há uma contradição entre a massa de riqueza gerada e a extrema penúria de uma grande parte dos trabalhadores. Na essência, o mesmo processo

> que propicia a produção da riqueza espolia o trabalhador até o limite máximo da sua força de trabalho, única riqueza que lhe restou e que vê esgotada dia a dia. A favela é então um dos aspectos da organização do espaço para e pelo capital (Rodrigues, 1988, p. 3).

Ou seja, como a cidade é palco de relações sociais e as favelas fazem parte da cidade e de uma grande diversidade de ações que nela atuam, segundo interesses diversos, é possível pensar que a cidade não é homogênea sob vários aspectos. Portanto, seus vários lugares não devem ser tratados da mesma forma. Desse modo, compreendemos a favela enquanto um território múltiplo, como o chão concreto das políticas sociais, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva.

A partir dos anos de 1940, (Cruz, 1992, p. 160-161) a cidade de Campos dos Goytacazes passou também pela chamada *modernização agrícola.* Nesse período, além da mecanização da lavoura, aliada à estagnação dos níveis de produção e de produtividade dela, junto ao processo de expropriação dos trabalhadores do campo, movimentaram a formação de uma grande massa de trabalhadores rurais em habitantes da zona urbana.

Na década de 1960 e começo de 1970, muitos fatores da dinâmica econômica do país influenciaram positivamente, para uma coesão regional acerca de discursos e projetos regionalistas, liderada pelas elites da agroindústria ligada ao açúcar. Almeida (2021) acrescenta que o movimento levou à extinção dos colonos, e na expulsão paulatina dos moradores até o término de 1970.

Com isso, o trabalhador rural passou a arcar com a sua moradia e serviços sociais a partir da venda de sua força de trabalho para quem pagasse e em condições nem sempre dignas. Assim, são empurrados para as margens da cidade, principalmente dos rios, das estradas de ferro e morros, fazendo crescer significativamente o número de favelas na cidade. O que nos faz lembrar o local de habitação de Carolina Maria de Jesus quando migra para São Paulo e passa a viver nas margens da cidade (Jesus, 2019, p. 20).

Figura 19 - Carolina de Jesus na favela do Canindé, às margens do rio Tietê.



Fonte: Arquivo Jornal Última Hora (1952).

A própria autora nos dá reflexões sobre como é viver nesse tipo de lugar, e como se sentia e se via dentro dessas condições. Quando escreveu que:

> […] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerada marginais. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto do lixo. Os homens desempregados substituíram os corvos" (Jesus, 1960, p. 55).

Foram sob essas condições que o homem e a mulher do campo, os sujeitos periféricos, passaram a dar a Guarus o formato que este subdistrito tem hoje (Cruz, 1992). Uma massa populacional desamparada pelo Estado na negação de terras e acesso à moradia, serviços urbanos etc., os únicos responsáveis por si e por suas famílias. Contudo, a família não pode constituir uma estratégia do Estado na transferência de responsabilidades.

2.2 A margem "de lá" do Paraíba do Sul

Com um orçamento estimado para 2024, em R$ 2,6 bilhões, Campos está entre os 47 municípios de maior arrecadação do país, é o que diz o Jornal *O debate Diário de Macaé* (2023) que acrescenta, *"*O município caiu quatro posições no ranking orçamentário, já que há dois anos figurava entre os 43 maiores do país, com uma peça orçamentária de R$ 1,9 bilhão" (O debate On, 2023). Entretanto, em

termos de investimentos na região de Guarus, levantamento feito por Gomes (2015), indica que os investimentos nessa área têm diminuído ao longo dos anos desde 2004 para cá, como é apontado em:

> O Setor Norte-Guarus, considerado área deprimida, historicamente se caracteriza como um grande maciço de pobreza, com precários investimentos públicos em infraestrutura básica, como água, esgoto e asfalto, onde predominam loteamentos populares e ocupações irregulares, às margens de ferrovia e rodovia, beiras de rios e lagoas etc. Este setor se mostra pouco atrativo para o mercado imobiliário (Gomes, 2015, p. 37).

Dessa forma, a desvalorização e falta de investimento do poder público nesta área da cidade acaba por incidir sobre os moradores do local tanto nas oportunidades diferenciadas, quanto nas dificuldades que enfrentam (Gomes, 2015), tais como de acesso a serviços básicos de saúde, bancos, programa de auxílio do governo, que são encontradas nos bairros que recebem os maiores investimentos do outro lado da ponte. Para exemplificar essa afirmação, Dália uma de nossas entrevistadas da cooperativa Nova Esperança, complementa

> Transporte, mais ou menos, mas depois que tirou as van piorou mais ainda. Para resolver a vida tipo um banco uma lotérica você morre na fila. Sexta-feira e a semana eu faltei porque eu fui mexer com o Bolsa Família dos meus filhos, né? A assistente social que acompanha a gente mandou ir lá e fiquei de 8:00 da manhã até 2:00 da tarde não consegui nada. Aí eu vou ter que voltar depois, é um dia de trabalho, né? (Dália, p. 7).

Não podemos também dizer que há falta total de investimentos. Lembrando que Guarus não é um território homogêneo, algumas partes do subdistrito receberam investimentos, como por exemplo, a criação do shopping Guarus; o Hospital Geral de Guarus (HGG) adquiriu novas alas e investimentos, contudo, o território da CODIN configura como apresentando maior número de vulneráveis, segundo dados do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O que nos leva a ver a segregação mesmo no território de Guarus. Conforme Villaça (2011), essa separação da população em diferentes classes sociais pode ser representada também com as áreas com maior vulnerabilidade social da cidade. A respeito disso, um estudo[41] realizado entre os anos de 2018 e

[41] Produzido pela secretaria de Desenvolvimento Humano e Social da prefeitura municipal, o Plano de Assistência Social, que tem como base os dados obtidos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e reúne os dados referentes às áreas sociais, ambientais, educacionais, econômicas e da saúde dos habitantes com cadastro no CadÚnico.

2021 sobre vulnerabilidade social na cidade de Campos dos Goytacazes, cujo intuito era:

> [...] desvelar em quais territórios há maior ocorrência das condições de vulnerabilidade e risco social, a partir das seguintes condições analisadas: a) famílias em extrema pobreza; b) pessoas que não sabem ler e escrever; c) pessoas com 25 anos ou mais que frequentaram até o ensino fundamental completo; d) pessoas no trabalho informal; e) pessoas com deficiência considerada grave; f) crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, p. 131).

Os dados desta pesquisa indicam que em Guarus e mais precisamente o território da CODIN configura como um território que apresenta maior número de vulneráveis cadastrados no SUAS da cidade de Campos.

Tabela 2 - Classificação de vulnerabilidade social por áreas da cidade de Campos dos Goytacazes

FOCOS DE ATENÇÃO SOBRE VULNERABILIDADES SOCIAIS NOS TERRITÓRIOS							
TERRITÓRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	FAMÍLIAS EM EXTREMA POBREZA %	PESSOAS QUE NÃO SABEM NEM LER NEM ESCREVER %	PESSOAS COM 25 ANOS OU MAIS QUE FREQUENTARAM APENAS O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO %	PESSOAS NO TRABALHO INFORMAL %	MÉDIA PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CONSIDERADA GRAVE %	CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO %	RANKING DA VULNERABILIDADE SOCIAL DOS TERRITÓRIOS %
GOITACAZES	15,03	16,68	17,36	16,53	14,50	4	84,10
URURAÍ	8,97	10,64	8,79	10,00	7,23	27	72,63
ESPLANADA	8,12	6,79	7,53	8,54	9,95	23	63,93
PQ GUARUS	10,18	9,29	10,01	10,89	11,10	5	56,47
CODIN	11,02	8,84	8,94	8,77	7,36	8	52,93
CUSTODÓPOLIS	7,80	6,76	7,33	8,20	6,52	12	48,61
TRAVESSÃO	6,79	9,4	7,14	6,50	6,02	8	43,85
JARD. CARIOCA	7,23	5,89	7,07	5,95	8,05	7	40,79
MORRO DO COCO	5,85	10,65	5,92	5,19	6,18	1	34,79
JOCKEY	6,54	5,41	6,31	6,48	6,23	1	31,97
CHATUBA	4,73	4,43	5,55	5,10	6,10	2	27,91
PENHA	4,28	3,22	4,83	4,79	6,52	0	23,64
MATADOURO	3,43	2,54	3,18	3,03	4,10	3	19,28

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 com base nas informações do CadÚnico 2017 e RMA CREAS 2017.

O território da CODIN, não à toa, é onde ficava o antigo lixão, área marcada também por conflitos territoriais de narcotraficantes. Segundo levantamento realizado por Alvarenga (2020, p. 112) o território conta com dez bairros e é uma das áreas mais ao norte do subdistrito de Guarus. Em conversa com os dados do Plano Municipal vai indicar que, "as famílias extremamente pobres estão mais presentes no território da CODIN (11,02%)" (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, p. 131).

Tabela 3 - Porcentagem de pessoas cadastradas no CadÚnico em cada território de assistência social

TERRITÓRIO	N° BAIRROS	N° HABIT.	N° FAMÍLIAS CADASTRADAS	PESSOAS CADASTRADAS	% PESSOAS INSCRITAS
Codin	10	24252	4606	14337	59,11
Ururaí	14	24585	4166	13363	54,35
Morro do Coco	13	17037	2670	7663	44,97
Custodópolis	12	26174	3602	11132	42,53
Travessão	15	24907	3204	10257	41,18
Guarus	13	39118	5079	15311	39,14
Jockey	11	26380	3003	9349	35,44
Goitacazes	28	62712	7035	21835	34,81
Esplanada	18	39770	4113	11410	28,68
Jardim Carioca	10	36677	3611	10471	28,54
Penha	10	25655	2331	7052	27,48
Chatuba	15	41705	2696	7631	18,29
Matadouro	12	39462	2141	4960	12,56

Fonte: Alvarenga (2020), com base nos dados obtidos no Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021.

Os dados em questão nos levam a entender as separações da população em diferentes classes sociais podendo ser representadas também com as áreas com maior vulnerabilidade social da cidade. Villaça (2011) propõe em seu texto, que a análise por regiões da cidade ou grupo de bairros, como utilizado no trabalho de Alvarenga (2020), permitiria a observação de determinados pontos com concentração dos melhores índices, assim como a concentração de baixos índices em outras.

Acumulando além das dificuldades de investimento e infraestrutura do poder público enfrentadas diariamente pelos moradores, Guarus também convive com o preconceito, a violência e com os estereótipos que também é reforçado pela mídia. Não há de se negar a presença da disputa de poder e domínio por parte de narcotraficantes, milícias etc pelo controle do território e mercado de drogas, que acaba por contribuir para aumento no número de violência e vulnerabilidade civil.

> [....] segunda-feira deu um tiro lá perto de casa. Não sei se foi tipo deles mesmo, que tem essa mania, aqui a gente tá com essa mania dos menino testando arma. Não sei, só sei que meu filho falou assim. Eu tava dormindo, sabe? Eu tenho ansiedade. Eu tenho literalmente, e sei quando ataca, eu fico assim de me acuar, eu tava cochilando já aí o meu filho ”ah! Escutei um páh”, aí meu filho é tiro, mãe, se abaixa, se abaixa! Porra, meu filho de 9 anos, já tá nessa realidade de saber onde mora, entendeu? Igual eu falei pra ele, filho não é bom (Margarida, p. 18).

Conforme relato da entrevistada Margarida, além do convívio com a violência, a ineficiência das políticas latentes na diferenciação e deficiência de atenção, cuidados e investimentos públicos direcionados a Guarus colabora para a paisagem marginal composta por bairros precários do lado esquerdo do rio. Para Carvalho 2019), Guarus é fruto da segregação socioespacial, de uma arquitetura higienista ao longo dos anos, dificultando e impactando o acesso da população de menor renda às políticas de infraestrutura urbana, transporte, educação etc.

Se Carolina Maria de Jesus via e enxergava as marcações de diferenciação entre centro e periferia da Paulicéia dos anos 1950, quando mencionava a *“sala de jantar"* cheia de luzes (para referir-se ao centro da cidade), e o *“quarto de despejo”* para falar da favela do Canindé onde morava às margens do rio Tietê, as entrevistadas Camélia e Margarida indicam a dificuldade de deslocamento como um marcador de periferia causado pelo distanciamento geográfico e falta de transporte público.

> A cidade não oferece o que precisa para ir para vir para acessar um hospital, um posto, se você quiser ir no médico tem que ir na área dos outros, para marcar tem que sair do bairro né? O transporte é pouco, é muito cheio, poderia ter mais horário por causa dos alunos, né? Para ir para o Colégio aí é muito cheio, entendeu, mas é meio complicado isso aí (Camélia, p.5).

> Aqui, meu filho, se teu filho passou mal onze horas da noite, não vai você pagar uber para você ver não. Porque não tem ônibus. O último é 11 horas tanto indo, quanto voltando do centro. Depois disso não tem mais ônibus, só

> 5 e 20 [horas] da manhã que passa o primeiro ônibus. Favela, né? (Margarida, p. 8).

É possível ver pelos olhos das entrevistadas a existência de uma Campos dos Goytacazes que se pode frequentar, mas não viver, que o transitar demanda um deslocamento com marcações concretas e/ou simbólicas que distinguem/estabelecem quem vem e quem vai, o que é centro e o que é margem. Marcações concretas e reais quando a entrevistada Dália fala sobre o "lado de lá da ponte" como o local de melhores condições de acesso, principalmente à saúde

> [...] Tem que ir para o lado de lá [da ponte], ou você dorme na fila. O postinho ali do Dourado você tem que dormir para você arrumar uma ficha, tem que dormir, aí como que você dorme em Guarus? Assim como tá perigoso à beça? Não é mais como antigamente, depois do tráfico, tem liberdade nenhuma de sair, antigamente você ficava na rua, ficava conversando, hoje não pode ficar nem no portão, mais, em termos de segurança, é precário (Dália, p. 6 e 7).

Diante das várias faces impostas pela segregação, a forma como mais se expressa na cidade de Campos dos Goytacazes é na marginalização e subalternização, baseada na separação racial com a maior parte da população preta e parda habitando em Guarus (IBGE, 2022), e servindo como mão de obra em serviços de pouca qualificação e baixa remuneração como trabalho doméstico informal. Destacamos as falas das entrevistadas Margarida e Dália que além da superexploração na execução de trabalhos fora da função contratada evidenciam também o poder de dominação da religião.

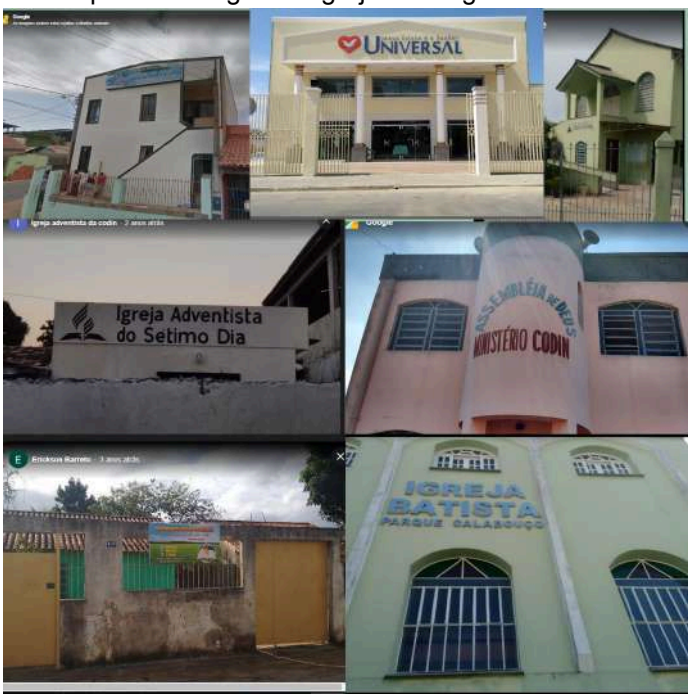
> [...] Eu saía de casa 5:30 e chegava em casa 10 horas da noite. Ali no Jardim São Benedito é tipo assim sem benefício nenhum. Ganhava um salário mais a passagem que ela [patroa] me pagava e só. E outra coisa você, ela queria que você fosse tudo, cuidasse de cachorro, cuidasse de casa, de quintal, cuidasse de velho porque tipo assim, você tinha que cuidar da mãe dela, a mãe dela tinha que limpar até a bunda, e cuidar do cachorro. Assim, por fora é por fora, você não tem que pegar a mãe e levar no médico, cachorro em pet shop eu fazia tudo e recebia o mínimo! Eu segurei por 3 meses porque meu esposo estava desempregado (Margarida, p. 4).

> [...] Eu trabalhei na *Vital*, trabalhei de garçonete no *Sangue Bom.* Trabalhei lá quatro anos, não tinha nem pandemia, hoje em dia ele me chama para trabalhar lá que eu era boa funcionária, mas depois que eu entrei na igreja não posso mexer com bebida essas coisas, então não posso (Dália, p.5).

Dália traz em sua fala questões que marcam fortemente Guarus e a vida de boa parte das trabalhadoras do material reciclável: A presença maciça de igrejas

evangélicas/neopentecostais, e sua atuação e controle sobre tais localidades periféricas e marginalizadas. Para Berger (1990), Durkheim (2001), Weber (2004) e Bourdieu (2007), a religião é um fenômeno social, portanto, coletivo, que representa uma poderosa força que, ao ultrapassar o indivíduo, termina por enquadrá-lo sendo um exercício de poder. Mesmo desejando um trabalho formal, “[...] aí tô pedindo para que Deus me abençõe com um serviço que tem carteira assinada” (Dália, p. 3). Em detrimento da religião, Dália renunciou a um trabalho formal e com carteira assinada.

Figura 20 - Compilado de algumas Igrejas Evangélicas atuantes em Guarus



Fonte: Arquivo da pesquisa (2023)

Para Dardot e Laval (2016), a presença das igrejas evangélicas nas favelas e periferias brasileiras responde a uma exigência de governo das populações dos territórios periféricos. Em um contexto em que a modernização e a neoliberalização da sociedade brasileira conduziram à formação de uma massa pobre de população urbana não incorporada suficientemente à dinâmica econômica da sociedade. Dentre tais segmentos religiosos, a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD é a que mais incide sobre o território de Guarus.

Para Mesquita (2009), a rápida expansão de igrejas evangélicas, principalmente da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD - nas favelas de

Campos dos Goytacazes constituiu um fenômeno social, como outras tantas denominações religiosas surgidas em áreas periféricas da cidade. Contudo, tal fato pode ser compreendido se considerarmos o contexto e o modo de vida dos seus moradores, e a relação que estabelecem com estas igrejas. Especialmente pelo fato de que esses grupos atenderam às necessidades particulares destes segmentos da população. Assim as igrejas, nas periferias, acabam:

> [...] Correspondendo a certas relações que deveriam ser interpretadas como estratégias sociais, utilizadas a fim de lidar com os problemas cotidianos relacionados com a precariedade dos serviços públicos, a violência cotidiana do tráfico, as ações policiais, a restrição de acesso à cidade, o estigma e o não reconhecimento como integrantes da cidade pelos de fora das favelas (Mesquita, 2014, p. 64).

O que indica dialogar com a fala de Dália, ao conversarmos sobre transporte escolar para os filhos menores:

> [...] Eu era da Batista [denominação religiosa], agora virei assembleiana, então a religião mudou um pouquinho.
> [...] Van para levar na creche você não tem não, tem que pagar. Isso porque eu achei mais em conta, as outras cobrava 180 reais por criança. E olha que é perto, porque eu moro no Dourado, rua principal do Edgar Monteiro, aí é dali até o Branca Peçanha até ali perto da linha [do trem] eles cobrou um absurdo R$ 320. E para mim ver uma van mais barata para mim levar eles aí eu arrumei uma irmã crente também que é da Batista ela me cobrou R$ 100 por cada criança, entendeu? (Dália, p. 6).

A igreja, neste contexto de marginalidade, preenche diversas e diferentes lacunas. O que me fez refletir (como filha de dirigentes evangélicos) sobre as tantas vezes que fomos aos sábados no presídio feminino levar itens de higiene pessoal para as reclusas. Ou das inúmeras cestas básicas das campanhas de arrecadação de alimentos, roupas,brinquedos e livros etc.

Interessante notar como esse quadro se reflete em diferentes tempos. A lacuna do que diz respeito ao transporte, citado pela entrevistada Dália, a alimentação, a escuta ativa com conselhos e orientações dos líderes religiosos, também se fazia presente nos relatos de Carolina de Jesus. Em um momento, quando cita a conversa que teve com um padre que foi à favela: “De manhã o padre veio dizer missa. Ontem ele veio com o carro capela, e disse aos favelados que eles precisavam ter filhos. Porque há de ser o pobre quem há de ter filhos - se filhos de pobre tem de ser operário?” (Jesus, 2014, p.142).

Contudo, é possível notar que embora seguindo a mesma cartilha, as abordagens e captação de fiéis para compor um grande *"exército da salvação"* modificou-se de Carolina para cá. Segundo Mesquita (2014), a atuação das igrejas incide principalmente sobre os mais jovens, pois apresenta-se também como opção de socialização da juventude, onde se criam novos laços de sociabilidade, desta forma interferindo na construção de identidade e na "visão de mundo" (Mesquita, 2014, p. 65). A entrevistada Margarida reforça essa relação, ao relatar:

> [...] não sei se você pegou essa época, assim da Igreja Universal que parava os ônibus no bairro levava geral pra igreja, aí todo mundo ia [...] ir pra igreja do centro era a diversão! vinha aqui no nosso bairro, pegava aqui, ia no morro, pegava lá, e ia pegava todo mundo, a gente não pagava nada, minha mãe deixava aí chegava lá [igreja Universal do centro] com um monte de gente. Eu lembro que eu ia pra namorar. Eu fiquei com um menino e meu irmão viu e disse "eu vi", eu falei "problema é seu". Ele disse "eu vou contar pra mamãe" (Margarida, p. 9).

Nesse fragmento, podemos perceber a estratégia de recrutamento de novos membros, através da falta ocasionada pelo descaso do Estado. Nas brechas da falta de diversão para os jovens, a igreja acaba por apresentar-se, inclusive, como este território. As mães têm a oportunidade de verem-se livres, por algumas horas do trabalho de vigiar os filhos da sedução do mundo das drogas e violências que as cerca. A igreja vendendo-se como ponto antagônico desse lugar acaba por ser mais seduzente, incentivando, inclusive os filhos a irem/ tornarem-se evangélicos/as.

É com esse território que dialogamos, onde as sujeitas desta pesquisa moram e trabalham, somando-se a outras famílias da classe trabalhadora campista com menor renda do distrito-sede (IBGE, 2022) e localizam-se as cooperativas *Nova Esperança e Renascer.* Fazendo do interesse pelo subdistrito de Guarus, mais precisamente do território da CODIN ir além do seu valor histórico, sendo palco das lutas, trabalho, resistências, vivências e moradias das sujeitas entrevistadas na construção das suas subjetividades nesta pesquisa.

Marcada desde sua origem pelo descaso, segregação e desigualdade de oportunidades, acesso a políticas de moradia, seguridade social, saúde etc marcando as sobrevivências das sujeitas catadoras, protagonistas de suas histórias, e assim como a catadora-escritora Carolina, protagonistas de uma relação com a periferia, cuja realidade vivida e experienciada a partir desse lugar muitas das vezes insalubre, perigoso, estigmatizado.

Todavia, também é capaz de proporcionar um olhar único sobre o conjunto das relações e significados das experiências vividas quanto mulheres empobrecidas e marginalizadas, cujas vozes invisibilizadas compõem a categoria de trabalhadoras do serviço com os materiais recicláveis, e moradores dos locais periféricos e marginais.

Cuja consciência criada ao se relacionar com a cidade e seus acessos, sejam eles geográficos, econômicos, sociais ou culturais, revelam verdadeiras e criativas estratégias de sobrevivência e resistência ao mesmo tempo em que fazem denúncias. Como evidencia a fala de entrevistada Margarida ao relatar a estratégia adotada para locomover-se na cidade em época do que chamou de *"matança"* no bairro, sem poder contar com o transporte público

> [...] Menina, a pior fase para mim chegar em casa foi a fase da matança que estava tendo aqui. Carro passando e atirando. Ficaram sabendo? Entendeu? Foi a pior fase porque nada, ninguém, nenhum carro [de aplicativo ou táxi] não queria entrar aqui [...] Foi aí que eu conheci um uber, morador do lado daqui também que me falou, "não cara quando você precisar, você me manda um zap, mas pede com 1 hora antes. E era assim que eu fazia durante esse período. Foi ele que me trouxe nesse período que tava desse jeito, entendeu? (Margarida, p.8).

A estratégia criativa adotada por Margarida frente ao problema da falta de transporte foi impulsionada pela necessidade de locomover-se. Precisava trabalhar, não podia dar-se ao luxo de dormir no emprego e deixar os filhos na zona de guerra, também não dava para deixar o emprego, e/ou, encontrar outro lugar para ir durante o período conturbado. O transporte público coletivo não circulava, a saída foi individual.

Contudo, Kilomba (2019) nos diz que essa maneira aparentemente tão individual, mas ao mesmo tempo coletiva, se mostra capaz de ler a realidade, de um prisma em que a atenção e a observação são voltadas tanto ao centro quanto para a margem, e isso acontece porque "[...] a nossa sobrevivência depende dessa consciência" (Kilomba, 2019, p.68).

Assim, nesta pesquisa, Guarus se apresenta como este território à "margem", lugar de sujeitos específicos esquecidos e ignorados pelos governos, desassistidos pelas políticas sociais, onde o poder público não chega e a criminalidade, o

policiamento ostensivo, através da necropolítica fazem morada e exercem seu poder, assim como as religiões evangélicas e suas variantes.

Porém, ao se pensar esse lugar *margem*, bell hooks (2019, p.23), nos convida a pensá-lo mais do que como um lugar de poucas oportunidades, um “quartinho de despejo”, o “quintal onde se jogam os lixos”, ou reduto de miséria e pobreza, mas também como um espaço de abertura à radicalidade, à resistência, à criatividade e à criação de possibilidades.

Longe de romantizar a pobreza e a precarização, mas é nessa margem “[...] onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas pelas categorias de raça, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e reconstruídas” (Kilomba, 2019, p. 68). Nesse horizonte margem para Kilomba (2019, p. 68), é apontado como um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos.

Assim, entendemos que a condição de profunda marginalidade imposta à população negra, e muito bem retratada por Carolina de Jesus, não ficou restrita apenas ao campo econômico, mas a marginalidade levou, inclusive, ao processo de condenação de sua própria existência. Contudo, o povo negro sempre encontrou estratégias para continuar sobrevivendo na busca pelo superviver.

2.3 Trajetórias de resistência negra, tecnologia ancestral

Nesta parte do texto, propomos recorrer ao passado a fim de jogar luz sobre o ontem, pois acreditamos que este movimento é necessário para a construção do futuro que queremos viver. É nos propormos a fazer o processo de Sankofa, de reconexão com o que foi produzido e pensado, reconhecendo dentro da gente e socialmente a resistência como uma tecnologia ancestral. Da mesma forma que o Quilombo, a Capoeira, Os terreiros e outras tecnologias afrodiaspóricas como a memória, a oralidade, os ritos, as danças, etc.

Figura 21: Escultura tradicional ghanesa de madeira de ébano - Sankofa



Fonte: Primeiros Negros (2001).

Sankofa é voltar e pegar. Assim como o pássaro que se volta para trás, é importante olharmos para o passado do nosso país. As marcas do colonialismo alicerçado na escravização de vidas negras traficadas de África fizeram com que a história do povo negro no Brasil se confundisse profundamente com a história da escravidão. Para Domingues (2004), isso se deu porque, com o advento da Primeira República, em um contexto marcado pelo pós-Abolição, de foco principal, esses sujeitos tornam-se secundários, chegando até mesmo a lhes ser negado o papel de produtor de uma história específica.

Morena Mariah (2021) nos lembra que é fundamental lembrar que o povo negro foi arrancado de África sem bagagem de mão, sem roupas, nem documentos, mas eles não vieram sozinhos. Trouxera saberes de *tecnologia ancestral*[42] aprendidos em África, inclusive de estratégias militares, medicinais, filosóficas etc. Uma gama de conhecimentos de diferentes povos de diversas partes de África.

Munidos dos saberes dos que vieram antes, geração a geração, que os faria sobreviver, ensinamentos repassados ao povo negro a respeito do tipo de ações que precisaram tomar ao longo do tempo para que não tivessem suas existências

[42] Tecnologia ancestral se refere ao estudo do conjunto de técnicas, processos e meios pelos quais se promove transformações no mundo a partir de atividades já experimentadas, e que nos ajudam a transformar realidades vigentes. É uma forma ampliada de enxergar os modos de produzir a vida e de rever a ciência antiga com as lentes do futuro. É buscar no passado as ferramentas para construir utopias que nos permitam ‘superviver’ ao invés de sobreviver (MARIAH, Morena. O que é Afrocentricidade?. Afrofuturo, 2018. Disponível em: https://faleafrofuturo.medium.com/o-que-%C3%A9-afrocentricidade-ca1a0819b156. Acesso em: 18 ago. 2021).

totalmente dizimas, esquecidas, roubadas. O conjunto dessas tecnologias, utilizadas de maneira estratégica, permitiram a sobrevivência. Amador de Deus (2011) reforça Morena Mariah (2021), quando diz que:

> Os africanos que atravessaram para as Américas, na condição de escravos, foram destituídos de tudo, inclusive de sua humanidade ao serem transformados em mercadorias, “coisificados”. Neles, o colonizador imprimiu o código dos europeus e deles se apossou, na condição de proprietário, senhor.
> [...] Contudo, os africanos que cruzaram os oceanos não vieram sozinhos. Trouxeram consigo suas divindades, visões do mundo, alteridades – lingüística, artística, étnica, religiosa; diferentes formas de organização social e diferentes modos de simbolização do real.
> [...] Como sabemos a afrodiáspora no continente americano decorre do processo do colonialismo europeu e, em particular, do tráfico transatlântico e do sistema de escravidão (Amador de Deus, 2011, p.3).

Ou seja, uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas, pela cultura hegemônica do colonizador os descendentes de africanos deram início a um processo de criação, invenção e recriação, da memória cultural para preservação dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade.

Nesta compreensão, em Campos dos Goytacazes, interpretamos a resistência como marca que assinala o território desde antes da escravização colonizadora (tal qual exposto no capítulo anterior ao falar sobre Guarus). Nesse sentido, interpretamos as estratégias de resistência criadas e adotadas pelas catadoras de materiais recicláveis frente aos desafios do cotidiano, para sobreviver, como herança desse conjunto de tecnologia ancestral.

Para falarmos sobre mulheres negras e resistência*,* e sem esquecermos do nosso compromisso na busca por lentes analíticas que reflitam o protagonismo negro, ao fazermos o movimento de Sankofa nos apoiamos no conceito *amefricanidade,* de Lélia González, pois*,*

> [...] para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas). Seu valor está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (González, 1988a, p. 76-77).

Ou seja, a *amefricanidade* surge em um contexto marcado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas. Trata da recuperação das histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pelo colonizador. Em diálogo com nossas intenções de escrita, esse conceito nos serve como uma ferramenta elaborada por uma mais velha no tratante ao resgate de histórias de resistência que não foram contadas de maneira exitosa tendo o seu devido valor repercutido.

Com isso, ao propor categorias próprias para pensar a história brasileira, a autora aposta no desprendimento do conhecimento europeu e aponta para a descolonização do pensamento através da desconstrução das estruturas de poder que mantêm a colonialidade do saber. Dessa forma, entendemos a *amefricanidade,* cunhado por Lélia Gonzalez, como sendo parte do projeto de resistência decolonial. Parte do conjunto de tecnologias de resistência cuja potencialidade se encontra em um olhar que, além de reverberar as vozes de mulheres negras, também aproxima as fronteiras da América Latina a partir do que temos em comum.

A amefricanidade reforça a importância de questionar a colonialidade que opera dentro do nosso continente, além de aproximar nossas lutas interseccionais, também nos reconecta às nossas raízes históricas que foram inferiorizadas e subalternizadas. Dessa forma, as mulheres negras e indígenas pela ótica de Lélia Gonzalez são agentes de sua própria história porque trazem uma posição de enfrentamento e resistência à intersecção do racismo e do sexismo.

Daí o diálogo com a pesquisa que envolve mulheres catadoras negras, protagonistas de trajetórias de resistências. Quando ouvimos e podemos dialogar com as catadoras e suas histórias de vida e resistência, aprendemos sobre suas estratégias de sobrevivência para enfrentar o cotidiano, as desigualdades e as diferenças.

Assim sendo, a categoria “amefricanidade” traz como ponto de convergência das lutas vivenciadas pelo povo negro ao longo do tempo, não a experiência em comum como a escravização e a dominação, mas a resistência que atravessou o tempo e alcançou diferentes gerações de mulheres negras e indígenas.

Essa categoria cunhada por Lélia Gonzalez nos anos de 1980, conforme aponta Cardoso (2014, p. 15), surge no contexto traçado pela diáspora negra que

recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade a partir das resistências, como mecanismos estratégicos de visibilidade da história desses grupos.

Nos utilizarmos deste conceito principalmente em diferentes espaços de produção e tradução de saberes, é como fazer as pazes com o passado. Para a doutora em Filosofia Katiúscia Ribeiro (2021) a chave da nossa re-conexão mora no passado. Teorizamos a partir de práticas já existentes, disputar as narrativas aqui e principalmente na América Latina a partir das vozes de mulheres negras é retomar, é voltar ao passado, nem tão passado, e continuar uma luta de disputa de narrativas.

Neste contínuo, Morena Mariah (2023, p.3) chama nossa atenção para uma perspectiva de futuro que permita ao povo negro utilizar suas tecnologias de resistência para algo que os permita mais do que sobreviver ou existir, que permita Superviver, na perspectiva de construir um futuro.

> somos início e meio, início e meio, pois sempre encontramos novas formas de recomeçar, e como forma de recomeçar, e que é muito potente para a construção do futuro que queremos viver é fazermos o processo de reconexão com o passado, de *Sankofa*[43], reconhecendo dentro de nós e na vida em sociedade, a potência dos valores e da cultura africana (Mariah, 2023, p. 7).

Em outras palavras, *Sankofa* é retomar a história que durante muitos anos foi roubada e que tentaram apagar, pois enquanto eles estão indo, o povo negro está voltando para recomeçar de onde parou, para que memória do negro no Brasil não seja só a memória da escravidão, para que a memória de mulheres negras não sejam apenas as dores de carregar o mundo.

Embora pouco reconhecido, algumas mulheres negras há muito têm rompido com essas narrativas dominantes em diferentes espaços, seja nas artes, nos esportes, na academia, na política, mas principalmente, na defesa de seus territórios, suas comunidades e seus meios de vida e trabalho. Nesse contexto, a

---

[43] A Sankofa é um dos símbolos mais conhecidos em todo o mundo e é muito comum em móveis, esculturas e tatuagens. É representado por meio de um pássaro, que faz parte da tradição e da crença do povo akan. A ave voa para frente, mas mantém a cabeça voltada para trás e carrega em seu bico um ovo. O símbolo, juntamente com o provérbio, ensina sobre o retorno às raízes para a compreensão do presente e como avançar para um futuro melhor. O ovo representa o futuro de uma pessoa, de um grupo ou de um povo que aprende com o conhecimento dos que vieram antes, ou seja, ancestrais. O ovo é, portanto, a herança cultural (Carvalho, 2022 disponível em https://chc.org.br/artigo/para-o-alto-com-sankofa/).

luta e a resistência das sujeitas destas pesquisas como catadoras de materiais recicláveis assumem protagonismo ao longo de doze anos, após o fechamento do Lixão da Codin em Campos dos Goytacazes.

Quando grupos subalternizados ocupam espaços que lhes foram negados quando seus corpos disputam narrativas, também estamos contribuindo para uma grande rede de resistência e memória. Porém, acima de tudo, construindo uma rede de afeto sobre outros corpos e outras histórias de outras mulheres na América Latina.

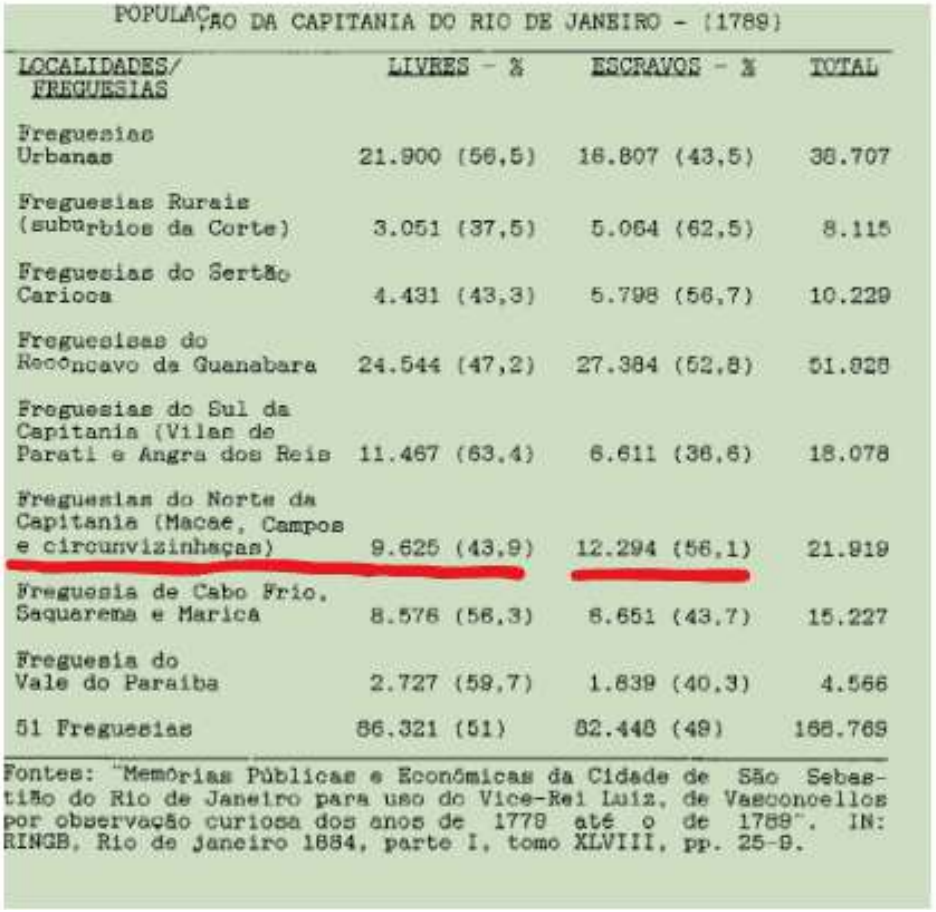
Com isso, a resistência, em seu conjunto, é entendida como a tecnologia ancestral que nega o estatuto que desumaniza. Clóvis Moura em seus estudos sobre a resistência através das rebeliões na senzala, nos mostra que para além de rebeliões, as revoltas constantes sinalizavam, inclusive, a possibilidade de projetos políticos alternativos.

Ao Norte do Estado do Rio de Janeiro os estudos de Santos (2021) evidenciam que se voltarmos os olhos para a planície campista e suas adjacências, veremos que aqui, assim como em outras regiões do Brasil a resistência permeou toda a existência da escravidão. Aconteceu de diferentes formas e com inúmeras ações que contribuíram para isso. Desde a quebra de equipamentos nos engenhos, matar feitores, incendiar plantações, tornando um “problema” grave para as autoridades locais, além das fugas.

Pensando especificamente em Campos dos Goytacazes, Santos (2021) diz que na diáspora africana, milhares de pessoas foram sequestradas de Angola, Moçambique, Sul do Congo, e trazidas para serem escravizadas em Campos dos Goytacazes sendo torturadas e mantidas em cárcere privado, sendo a região Norte Fluminense o local das maiores propriedades escravistas da história do Estado do Rio de Janeiro.

Em seus estudos, Florentino (1997, p. 40), inclui que a vila campista de São Salvador, no final do século XVIII, possuía provavelmente o maior percentual de escravizados de todo o Rio de Janeiro, 59% de sua população. Perdendo em números absolutos apenas para a capital e seu recôncavo. Onde em 1816, a proporção de escravizados em Campos, e não apenas da Vila de São Salvador, chegou a 55%.

Tabela 4 - População da Capitania do Rio de Janeiro (1789)



POPULAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO - (1789)

LOCALIDADES/ FREGUESIAS	LIVRES - %	ESCRAVOS - %	TOTAL
Freguesias Urbanas	21.900 (56,5)	16.807 (43,5)	38.707
Freguesias Rurais (subúrbios da Corte)	3.051 (37,5)	5.064 (62,5)	8.115
Freguesias do Sertão Carioca	4.431 (43,3)	5.798 (56,7)	10.229
Freguesias do Recôncavo da Guanabara	24.544 (47,2)	27.384 (52,8)	51.928
Freguesias do Sul da Capitania (Vilas de Parati e Angra dos Reis	11.467 (63,4)	6.611 (36,6)	18.078
Freguesias do Norte da Capitania (Macaé, Campos e circunvizinhaças)	9.625 (43,9)	12.294 (56,1)	21.919
Freguesia de Cabo Frio, Saquarema e Marica	8.576 (56,3)	6.651 (43,7)	15.227
Freguesia do Vale do Paraiba	2.727 (59,7)	1.839 (40,3)	4.566
51 Freguesias	86.321 (51)	82.448 (49)	168.769

Fontes: "Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1778 até o de 1789". IN: RINGB, Rio de Janeiro 1884, parte I, tomo XLVIII, pp. 25-9.

Fonte: Gomes,1997.

A tabela evidencia o numeroso exército de mulheres, homens e crianças escravizados por toda a capitania do Rio de Janeiro, e, particularmente, no Norte Fluminense. O que inevitavelmente levou à eclosão de muitas revoltas negras movidas pela resistência. Somado a isso, destacamos a presença do tráfico negreiro, um comércio altamente lucrativo que movimentou uma rede de interesses fomentadas pelos donos das grandes fazendas da região durante anos.

Para termos um vislumbre do volume do tráfico de pessoas escravizadas que eram desembarcadas como mercadorias no Norte Fluminense vindas de África, no final da primeira metade do século XIX, este trecho do artigo *Silêncios Atlânticos* consegue nos dar a dimensão de que:

> Estima-se, segundo os dados do *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, que 74 mil africanos tenham desembarcado entre Campos e Macaé entre 1836 e 1850, configurando *a maior zona de recepção negreira no Brasil no período da clandestinidade* [...] cumpre salientar que cerca de 60% da

> população de Campos dos Goytacazes, entre os anos de 1836 e 1850, era composta de escravos. (Soares, 2015 apud Pereira e Pessoa, 2019, p. 89 com grifos nossos).

Esses números, tanto da tabela 4, quanto da citação acima, colocam Campos dos Goytacazes no centro das discussões em dimensão histórica, principalmente no que concerne aos estudos das relações étnico-raciais, relações de poder, luta de classes, desigualdade etc. Diante do número populacional de escravizados o medo de uma grande revolta negra na planície Goytacá era tremenda. Destarte, os escravizadores não agiam diferente do restante do país, a não ser nos requintes de crueldades e castigos aplicados aos escravizados dado o medo branco.

Entretanto, diferente da história de docilidade contada nas histórias totalizantes, o povo negro sequestrado e escravizado sempre resistiu aos desmandos de seus algozes. Para Sodré (1997), aqueles que acreditam que a vigência do escravismo brasileiro foi tranquila, entre os quais se destacam aqueles que acreditam ter sido a escravidão mansa, estão apenas

> [...] embalados pelas ilusões de uma historiografia viciada na repetição, fornecedora de imagem deformada da realidade histórica. O escravismo brasileiro, como, de resto, todo o escravismo, o antigo e o moderno, foi turbulento na sua crueldade inata, sanguinolenta, marcado por rebeliões as mais variadas. A investigação desse quadro que tanto contrasta com aquele fornecido pela historiografia oficial, está apenas no início (Sodré,1997, p.79).

Ou seja, muitas são as histórias que foram subalternizadas, solapadas, tratadas de serem esquecidas, cujos rostos (pouco ou quase pouco) aparecem nos livros, nos monumentos, nos nomes de escolas, ruas, avenidas ou praças.

Gonzalez (1984), com sua amefricanidade nos traz percepções importantes acerca do significado político de resgatar e registrar a memória sobre a participação e o protagonismo do povo negro nas lutas por emancipação no continente. Também nos faz refletir sobre a importância de alinhar nossas pesquisas com o pensamento do povo negro e indígena na construção do país. E acima de tudo nos ensina sobre a importância de reivindicar o uso de saberes e de nomeá-lo como *ladino amefricano*.

CAPÍTULO 3 - SUJEITAS CATADORAS E INTERSECCIONALIDADE NO ENFRENTAMENTO AO COTIDIANO

> Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela (Angela Davis).

Nesta parte do trabalho, dialogamos com as vozes das catadoras sob o prisma da interseccionalidade como uma ferramenta de análise - elaborada por mulheres negras - que vem sendo utilizada em pesquisas acadêmicas na busca por dar conta “da necessidade de pensar a raça no continente, o gênero em um cenário de guerra informal em expansão e o caráter permanentemente colonial do Estado [...]” (Segato, 2021, p. 16).

Dialogamos com a brasileira Carla Akotirene (2023), entendendo que é necessário compreender “quem somos” enquanto objeto de análise, orientados para o campo da justiça e de reparação pelo que foi afetado pelas múltiplas e diferentes colonialidades. Por conseguinte, o conceito de interseccionalidade é fundamental para romper com a forma única de análise ao se pensar as desigualdades a partir de uma abordagem decolonial que na metáfora ancestral, seria uma encruzilhada de estruturas, apontando que:

> [...] os marxistas decidiram pela avenida de classe, as feministas pela avenida de gênero, os afrocentristas pela avenida de raça, em diferentes abordagens que, tentam enfrentar o capitalismo, o patriarcado e o racismo. As mulheres negras, na tradição política, a exemplo da abolicionista Sojouner Truth, decidiram acreditar num encontro simultâneo e inseparado de estruturas, cuja repercussão é identitária. Quem luta contra apenas uma opressão, fortalece outras (Akotirene, 2023, p. 2).

Ou seja, a autora ressalta o protagonismo de mulheres negras como pensadoras e articuladoras políticas e intelectuais. Conceitualmente o termo foi cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), no âmbito jurídico ao tratar das leis de antidiscriminação, apontada na teoria crítica de raça nos anos de 1989, para ela

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições

> relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nesse sentido, a interseccionalidade tem como tarefa o desafio de abordar as diferenças no campo da própria diferença, combinando a questão racial ao gênero, apontando para a necessidade de se refletir as formas de dominação de maneira conjunta. Contudo, Lélia González (1980) já elaborava no Brasil a respeito do racismo em combinação com o sexismo na exclusão e opressão de mulheres negras no Brasil ao que ela considerava a tríplice opressão por gênero, classe e raça.

Isso deu base para uma profunda contribuição a respeito do lugar da mulher negra na sociedade, atravessado por racismo, sexismo e classe social. Mesmo sem nomear o conceito a essência deste, já estava na sua obra e em sua atuação política (Ratts; Rios, 2010; Cardoso, 2014). Em uma de suas intervenções nos anos 1980, ela anunciava:

> [...] em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher [...] Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual) (Gonzalez, 2020, p. 217).

É importante destacar que não nos interessa discorrer ou aprofundar a interseccionalidade sob outras lentes que não do pensamento negro, ou como Carla Akotirene (2017), ao polemizar com feministas brancas como, por exemplo com Daniele Kergoart. Para a autora baiana, a francesa Kergoat, se apropria da ferramenta ao passo que invisibiliza o pioneirismo feminista negro quando propõe uma leitura de mundo a partir das lentes da divisão sexual do trabalho, controle sexual reprodutivo das mulheres e racismo, sem referenciar as feministas negras.

Concordarmos com Akotirene (2019) e sua preocupação com a criação da vertente *“feminismo interseccional”*, que, de alguma forma, mora na pretensão de orna-la substituta do *feminismo negro*, o que “equivale a explorar a riqueza intelectual de África e chamar de modernidade” (p. 51), em crítica a apropriação do conceito por neoliberalistas:

> Estou certa do neoliberalismo usufruir do conceito de interseccionalidade, em virtude de ele ter sido cunhado no campo do Direito e este campo ser manuseado pelo brancocentrismo, punitivismo e criminalização de pessoas negras. Então prefere o feminismo interseccional, querendo usar a

> seletividade racial do Direito, disposta a usar o uso do conceito, porém não do conteúdo, anterior do período em que o conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. A prerrogativa do Direito pode criminalizar homens negros, africanos, defender encarceramentos, sem dizer que estes institutos discordam das bases epistemológicas do feminismo negro. O despautério metodológico é tanto que usa até interseccionalidade no campo punitivo particular reportando ao pensamento feminista negro de Angela Davis, uma abolicionista penal (Akotirene, 2019, p. 52).

Assim como Akotirene (2019) e bell hooks (2015), reclamamos por um feminismo diferente daquele considerando pelas feministas brancas - principalmente as europeias e da América do Norte - que não podem falar por outros grupos de mulheres, conclamando as mulheres negras a assumirem esse papel, pois carregam a carga do racismo, machismo e classismo. Nessa conversa, dialogamos com Angela Davis (2019) na medida em que examina como as categorias gênero, raça e classe interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos, onde a questão racial, sempre foi marginalizada nos debates feministas hegemônicos.

Acolhemos a brasileira Hirata (2009, p. 03) que em sua concepção aborda as relações por meio de uma focalização integrada dos eixos de diferenciação social, categorizadas pelo gênero, raça, classe, idade, etnicidade etc., em que a interseccionalidade exige a interação dessas camadas, indo além do reconhecimento dos mais variados sistemas de opressão.

Também estabelecemos diálogo com Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) a respeito de uma descrição em que a interseccionalidade investigue as desigualdades sociais considerando que categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, nação, geração etc. são inter-relacionadas. Ou seja, em vez de tratar os problemas sociais causados pelo racismo, sexismo, capitalismo, colonialismo, nacionalismo, etarismo etc. separadamente, a perspectiva interseccional propõe analisá-los de modo interconectado.

Assim, concebemos interseccionalidade não sobre quantas identidades uma pessoa tem, mas sobre matriz de poder colonial que cria e dificulta o trânsito das identidades lidas como “outro”. Ou seja, interseccionalidade são formas de amarrar as implicações da interação entre duas ou mais formas de sujeição, como sexismo, racismo, patriarcalismo, o que permitiria ultrapassar a noção de sobreposição de opressões.

Por fim, e em consonância com a proposta desta escrita - de valorização e exaltação do pensamento negro - a respeito de interseccionalidade adotamos as autoras citadas na compreensão de que esta ferramenta é a autoridade intelectual de todas as mulheres negras que um dia foram silenciadas desde o tráfico transatlântico.

Trata-se de um ebó assentado e preparado pelas mais velhas na compreensão das múltiplas opressões que colocam mulheres negras em patamar de desigualdade, exploração e subalternização em seus cotidianos e na construção de suas subjetividades frente ao capitalismo neoliberal, principalmente nas relações de trabalho.

3.1 Nova Esperança e Renascer trajetórias coletivas de resistência

Falar de resistência em Campos dos Goytacazes é falar diretamente com catadoras de materiais recicláveis; portanto, para essa parte do trabalho, nos apoiamos sobremaneira em estudos produzidos, escritos e orientados pela professora Érica Terezinha Vieira de Almeida[44], no tratante às pesquisas relacionadas com os sujeitos e o trabalho como o lixo e as cooperativas de reciclagem nesses últimos 12 anos em Campos dos Goytacazes/RJ.

Como fonte sumária para a construção deste tópico além do documentário *Somos todos catadores (2014),* que nos apresenta através de imagem, sons e depoimentos os/as sujeitos/as narrando suas próprias histórias em relação ao trabalho pouco remunerado, e o documento ***RELATÓRIO DO ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL:*** *O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes (2021),* em que a professora traz entrevistas realizadas com catadores, e lideranças do movimento, integram junto com outras fontes de pesquisa relativas aos catadores, as matérias de jornal (impressas, on-line e televisadas), de blogs e sites de notícias, além de buscas realizadas em documentos públicos, legislações e dados estatísticos do IBGE.

[44] Assistente Social, professora da UFF e pesquisadora. Também encarregada pelo CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social - de elaborar um relatório sobre o encerramento do lixão e suas consequências para os catadores (Almeida, 2021).

O rico trabalho produzido pela pesquisadora nos serviu como sedimento ao pisar no solo deste campo na intenção de apresentar as trajetórias de luta e resistência das catadoras como estratégias de tecnologia herdadas em diáspora. Além dos escritos da professora Érica Terezinha, a voz das catadoras também corroboram para a produção deste tópico, no tratante às trajetórias que levaram à formação das 4 cooperativas de materiais recicláveis em Campos.

Recorrendo ao passado, o relatório nos leva a visualizar as trajetórias dos catadores podendo ser dividida em 4 fases. A primeira se relaciona diretamente com o processo de expulsão dos trabalhadores, ligados à lavoura da cana-de–açúcar, gerando o aumento de favelização e áreas periféricas nas margens da cidade, principalmente na região de Guarus (Almeida, 2021).

Em conversa com Cruz (1992), estima-se que em torno de 35 mil trabalhadores tenham vindo morar nas margens da cidade de Campos, pressionando o mercado de trabalho local durante o período da entressafra, sobretudo o da construção civil e do emprego doméstico. Essa fase vai do final dos anos 1960, passa pelo início dos anos 1970, e se estende até a metade dos anos 1980, produzindo um êxodo expressivo (Almeida, 2021).

Figura 22 - Urubus e pessoas convivendo com o lixo



Fonte: Cordeiro (2004). Arquivo da Oficina de Fotografia do CEFET Campos.

Para Almeida (2017), o segundo momento da trajetória das catadoras do lixão está relacionado com recrudescimento da crise econômica em nível nacional, combinando hiperinflação e desemprego com uma total ausência de investimento e

incapacidade de dar respostas no campo da proteção social por parte do Estado (Almeida, 2017, p. 221).

É nesse momento que o trabalho da catação, aquele desempenhado por Carolina de Jesus nos anos de 1960, passou finalmente a ser potencialmente rentável para o capital. Juncá (2000) reforça que o trabalho envolvendo a comercialização de materiais recicláveis ganhou forças a partir dos anos de 1990. É quando o trabalho voltado para a atividade de reciclagem de material descartado e pouco rentável passa por grandes modificações.

Figura 23 - Carolina de Jesus e os filhos na catação



Fonte: Revista O Cruzeiro (1959).

No entanto, diferente do período de Carolina de Jesus, com o atual aprofundamento do capitalismo, em sua fase mais brutal, tendo a era da sociedade do consumo desenfreado em sua fase mais acelerada, o lixo passou a ser incorporado à lógica de produção capitalista como matéria-prima, pela intermediação da inovação tecnológica.

Paralelo a todas as transformações da história, Almeida (2021) relata que o serviço de catação de sucata na cidade de Campos dos Goytacazes remonta desde o início do século XX, não sendo algo novo. Entretanto, é nos anos de 1990 que o material descartável passou a ser de fato uma realidade como fonte de subsistência na vida dos campistas.

A perspectiva de um negócio rentável através da reciclagem que transforma parte do lixo em mercadoria aumentou o número de catadores e catadoras na cidade. Mesmo protegido pela área da CODIN, o lixão foi atraindo cada vez mais trabalhadores que vinham não apenas de outros bairros e distritos do município,

mas, também, de municípios e estados vizinhos em busca de novas estratégias de sobrevivência (Almeida, 2016, p. 7).

A entrevistada Dália reforça sobre esse processo, ao falar de si e sua família:

> [..] nós viemos de uma família de 16 filhos. Morreram 8. Minha mãe é de São Fidélis, veio para cá na entressafra e a gente sempre moramos no Santa Rosa. Minha infância foi de trabalho, que a gente veio e fomos trabalhar no lixão. Quando nós viemos para cá que isso aqui foi invadido, né? (Dália, p.2).

Juncá (2000) acrescenta que junto ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho durante toda a década de 1990, os trabalhadores foram empurrados a buscarem estratégias de sobrevivência frente à forte recessão e desemprego. Fazendo do trabalho, que até então era temporário no lixão, a única ou principal atividade de rendimento dos que frequentavam o lixão.

Figura 24: Catadores lixão da CODIN



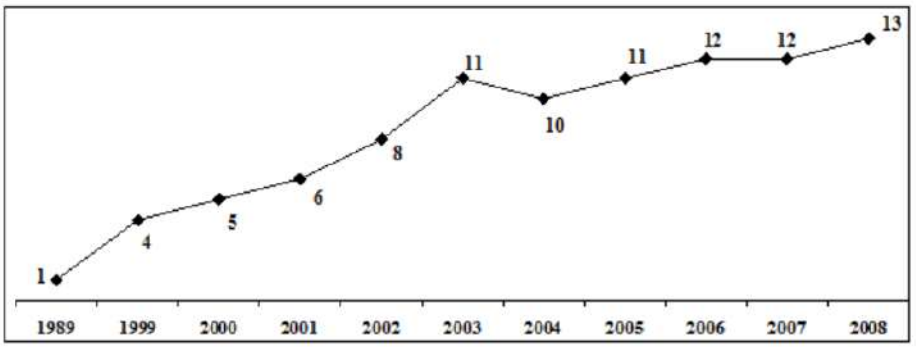
Fonte: Folha da manhã (2017).

Como terceira fase da trajetória dos catadores do lixão de Campos, Almeida (2017), aponta o início desta com a chegada dos anos 2000, sendo representada pela expansão do negócio da reciclagem no país. Essa fase acaba por confirmar a tese de Bosi (2008) que a crise do emprego, iniciada nos anos 1980 e agravada na década seguinte, levou milhões de trabalhadores a buscarem novas alternativas de trabalho e renda.

No caso dos catadores, a crise do emprego associou-se às demandas da cadeia de reciclagem que estava em expansão, onde 90% dos recicláveis que chegam às indústrias recicladoras brasileiras são oriundos dos catadores

de lixões e de rua (Almeida, 2017, p. 222). Assim, a partir do final dos anos de 1990 e na última década houve um salto nos números que envolvem a reciclagem dos materiais (em relação à massa global de resíduos gerados no país), incluído a compostagem de resíduos orgânicos, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1: Reciclagem global de resíduos sólidos no Brasil, 1999-2008 (%)



Fonte: Elaborado a partir de dados do CEMPRE (2009), ABRELPE (2008) e SNIS (2007).

O salto evidenciado no gráfico evidencia que com essa expansão e produção em grande escala do lixo, surgiu também a necessidade de controlar essa produção, culminando na *indústria de reciclagem*. Sendo essa a maneira que o capitalismo encontrou para se apropriar daquilo que “descarta” e chama de lixo. Importante lembrar que a indústria da reciclagem e a atividade de catação estão estritamente vinculadas entre si e uma depende da outra.

O IPEA caracteriza o trabalho de catação de materiais recicláveis como uma atividade precarizada e mal remunerada (IPEA, 2016), que consiste na catação de resíduos pós consumo, descartados nas ruas, residências e lixões, e demais pontos de coletas. O Brasil conta com mais de 800 mil catadores e catadores em atividade, de acordo com o *Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis*

-*MNCR*[45]- responsáveis pela maior parte da reciclagem no país, porém 75% dos ganhos do setor são majoritariamente destinados às indústrias.

Para Escurra (2011), essa atividade constitui o primeiro elo da indústria da reciclagem, o mais insalubre e desprotegido, um trabalho informal, sem regularização e direitos trabalhistas. Como evidencia a catadora entrevistada, Violeta, ao relatar sua primeira experiência com o lixão:

> [...] quando eu fui era a noite, você colocava uma lanterninha no boné e aí eu olhei aquilo ali eu fiquei horrorizada. Eu nunca tinha visto aquilo na minha vida, apesar de ter passado muita fome, necessidade, ter dormido na rua, tudo isso, mas aquela experiência ali […] [...] aí eu sumi de lá continuei caçando emprego falei que aquilo lá não era para mim. Continuei procurando emprego, emprego, não consegui. E tinha quatro filhos, aí morando debaixo do mesmo teto que meu pai, que era insuportável, foi aonde que eu voltei para lá, pro lixo (Violeta, p. 7).

Violeta evidencia o choque que o contato com a insalubridade do lugar -lixão- lhe causou a primeira vez que teve contato com ele. Ao dizer que já havia passado fome, necessidade, dormido na rua, mas que o lixão não iria, não trabalharia, Violeta além de uma reflexão sobre as piores coisas que lhe aconteceram na vida se indigna e se revolta diante daquilo ser a única oportunidade de emprego que poderia lhe restar ao dizer “aquilo lá não é para mim”. Violeta se recusa a esse papel que lhe é empurrado quando não consegue nenhum emprego.

Figura 25: Carolina de Jesus catadora

[45] MNCR, ou Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, é fruto da Marcha Nacional de População de Rua e do 1o Encontro Nacional de Catadores de Papéis, realizado em Brasília/DF em 1999. Sua fundação aconteceu em junho de 2001 com a chamada *Carta de Brasília*, que congrega os princípios do MNCR. Suas primeiras iniciativas foram a apresentação ao Congresso Nacional de um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão de catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o País, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. São conquistas do MNCR a inclusão do catador de material reciclável na CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), em 2001, e o conteúdo relativo aos catadores na nova PNRS, de 2010. O MNCR está organizado em quase todos os estados do País e tem uma coordenação colegiada nacional e coordenações estaduais (https://www.mncr.org.br/).



Fonte: Folha da Noite (1960).

Do que trata o trabalho da catação? Para Grecco (2014, p. 23), consiste em recolher nas ruas, em pontos de coleta, em lixões a céu aberto, em cemitérios, hospitais, entre tantos outros lugares, produtos industrializados descartados e em separá-los de acordo com uma classificação específica de tipos de materiais. Fazendo da catação de materiais recicláveis uma alternativa diante do desemprego estrutural que vulnerabiliza, principalmente mulheres negras (PNRS, 2010). A catação se constitui como em uma alternativa, tanto para a indústria da reciclagem, quanto para a reprodução social[46] das pessoas que vivem da catação os catadores e catadoras de materiais recicláveis.

Os/as catadores/as de materiais recicláveis são uma categoria de trabalhadores em crescimento. Estima-se, a partir dos dados divulgados pelo Movimento Nacional de Catadores, que há cerca de 1 milhão de catadores no país (MNCR, 2022). Ainda que não haja um recenseamento exato dos/das catadores/as, é expressiva a quantidade de pessoas que sobrevivem do trabalho da coleta de materiais recicláveis.

[46] A Teoria da Reprodução Social (TRS) é fruto de um acúmulo histórico de debates que, tão antigos quanto o próprio capitalismo, foram retomados no interior de movimentos feministas-socialistas e anti racistas, após as lutas por emancipação e reconhecimento das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa ocidental. Em um primeiro momento, a nascente perspectiva da reprodução social buscou desenvolver um problema antigo colocado diante da teoria marxista do valor-trabalho: incluir uma compreensão sobre as formas não-remuneradas de trabalho e responder qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo (Vogel, 2013 [1983]). Entretanto, tal perspectiva se diferenciava de outras elaborações teóricas que, contemporâneas a ela, buscavam explicar a opressão de gênero no capitalismo. Isto porque ao invés de partir de uma concepção dualista sobre a realidade social. Suas raízes podem ser encontradas na busca por uma explicação unitária e sistêmica para este fenômeno (Young, 1981; Vogel, 2013 [1983]).

Em Campos dos Goytacazes os dados do NETRAD[47] evidenciam o perfil de catadores como sendo feminino, negro e de uma maternidade solo. A quarta e atual fase da trajetória dos catadores e catadoras do lixão, liderado por mulheres negras, relaciona-se com o processo de organização política dos catadores. Abarcando o período que vai do anúncio do encerramento das atividades de catação no aterro da Codin, chegando à discussão entre as cooperativas de catadores e o Poder Público local.

> [...] e veio a professora Érica também isso na época dentro do Lixão ainda. E aí foi onde ela foi informar que o lixão ia acabar do mundo inteiro e aí ninguém acreditou naquilo. Foi aonde que eu me atentei e eu fui procurar saber mais e todas as reuniões que tinha, eu ia, que ela fazia lá em cima, porque eu queria saber que que eles iriam fazer com isso tudo. Até então eu nunca tinha nem votado na minha vida. Eu não me achava obrigada a votar, entende? Eu não me achava obrigada a votar.
> Eu nunca tinha votado na minha vida, e aí foi aonde eu fui ver a importância do meu voto. Isso tudo lá em cima com 20 e poucos anos, e a importância do meu voto, a importância da gente estar por dentro de todos os assuntos e foi aonde que daí eu decidi ser uma das lideranças, né? Porque tinha que ter alguém que representasse, a gente, não podia chegar num FÓRUM com aquele povo todo. Tinha que ter as lideranças. Dali saiu 11 lideranças que dessas, seis foram compradas e ficou só cinco. Compradas, literalmente compradas. Eu não tinha casa na época, eles me ofereceram uma casa, eu não aceitei. Então, assim, depois que eles viram que a gente tava se potencializando porque antes tinha só a gente por tudo, não tinha cooperativa ainda, então todo mundo ia seguindo o mesmo grupo então, a união fez a força (Violeta, p. 2).

Mais uma vez, parece que a possibilidade de transformar a visão política centra-se na descoberta da ação coletiva. Conforme Rancère (1996), pois são os coletivos que criam dissenso, que criam política, esta entendida como escolha entre soluções alternativas, capaz de elaborar outros modelos, de trazer despertar a consciência de direitos. Angela Davis (2017), afirma que quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se move com ela.

Quando a jovem Violeta busca entender os motivos pelos quais ela perderia seu único meio de sustento, ela abre portas que a levam para a descoberta da existência e a importância de territórios dos quais ela sequer sabia da existência. Com esse movimento, Violeta acessa a possibilidade de direitos, de falar, ser ouvida,

---

[47] Pesquisa realizada por meio da aplicação de 44 formulários para os cooperados das quatro cooperativas de materiais recicláveis (Reciclar, Cata-Sol, Nova Esperança e Renascer), realizada entre dezembro de 2021 e maio de 2022, obtendo uma amostra de 74,57%. Realizada pelo NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022 e 2023

ser reconhecida. Violeta conscientemente apossada de seus direitos ao recusar a casa própria, em negociação frente a gestão do seu território de trabalho, movimenta até o outro lado que disputa seu território. O que ele poderá oferecer agora? O maior sonho do brasileiro foi recusado, o que mais essa mulher preta poderia querer?

Essa fase a partir do encerramento de lixões está relacionada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS[48] que girava em torno da contratação de cooperativas para a realização da Coleta Seletiva Municipal e gestão dos resíduos gerados pela cidade. Contudo, apesar de diferentes municípios priorizarem a contratação das cooperativas de catadores para tal atividade em detrimento dos grandes oligopólios nacionais, Campos não seguiu esses passos (Almeida, 2021).

Apesar das limitações e contradições, a PNRS (2010) em disputada pelo MNCR num movimento político, produziu conquistas importantes, do ponto de vista da inclusão produtiva dos catadores. Sobretudo em um contexto de fechamento de lixões e ausência de alternativas implementadas pelos municípios. Os desdobramentos dessa lei, a disputa por sua implementação, fomentou um movimento organizado e orgânico dos catadores em prol de direitos (Almeida, 2021).

Figura 26: Catadores das manifestações das “jornadas de junho” 2013



Fonte: NETRAD (2013).

[48] (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) trouxe ao país uma série de inovações para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos. Fonte: https://www.gov.br/ibama.

A imagem acima se relaciona com a quarta fase da luta organizada e do protagonismo político dos catadores e catadoras vinculados ao *Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis - o MNCR*. É uma questão interessante, pois dialoga sobretudo com as estratégias de resistência adotadas pelos/as catadores/as. Para compreender esse momento do movimento político dos catadores a autora aponta ser possível uma leitura especificamente desse movimento dos catadores a partir de três momentos:

> [...] um momento anterior ao fechamento do lixão, representado pelo impacto da notícia que o lixão seria fechado em breve e que apenas 90 catadores seriam aproveitados para trabalharem em uma usina de triagem; um segundo momento que tem início após o fechamento do lixão e que marca as manifestações públicas e a participação política dos catadores nas arenas públicas locais e, também, a participação das lideranças nos espaços de capacitação e de deliberação política do MNCR; e um terceiro e último momento que é fruto dos desdobramentos da participação política dos catadores e da sua vitória na esfera judicial, e que teve como consequência a implementação das cooperativas e o processo de construção do contrato de prestação de serviços na área da coleta seletiva local (Almeida, 2017, p. 224-225).

Em todos esses momentos, o apoio das Instituições, principalmente das Universidades públicas, o despertar para a forma como os espaços que decidem suas vidas funcionam e operam politicamente, o contato com outros e outras trabalhadore/as da catação de recicláveis organizados a nível nacional, foi fundamental para a negociação e implementação de um conjunto de ações por parte do governo da época e também para o fortalecimento político/militante de cada catador/a.

> [...] eles falam de uma forma para que você não entenda, sabe? Tipo assim "são ignorante e vão continuar sendo, vamos nem se esforçar para fazer eles entender", e quando a gente começou a bater de frente com eles, já ia falar sem a professora Érica, pronto agora a gente corria, mas precisou muito dessa ajuda dela [profª Érica] e da gente prestar atenção nela, entendeu? O que que a gente tinha de direito e seguir (Violeta, p. 9).

Violeta evidencia a consciência da autonomia adquirida através da experiência vivida na luta coletiva, do reconhecimento do papel das instituições e seus funcionamentos e do desafio que é ser uma mulher jovem, negra e mãe no papel de liderança. Contudo, nem sempre é possível traçar uma rota linear, reta e alva, sendo natural nas relações humanas. Apesar das conquistas, as disputas, os conflitos e os desgastes dos processos de luta fragmentaram o grupo, além da

forma questionável que gira em torno da fundação de uma das cooperativas e sua liderança.

> [...] Ela não veio do lixão, o que que aconteceu? A gente abriu a primeira cooperativa eu tava lá, entendeu? Eu era vice-presidente de lá. A gente abriu a primeira cooperativa que foi a *Reciclar* que demorou dois anos para ficar pronta. Do fechamento do lixão até a inauguração. Depois, foi em junho, quando foi em setembro entregaram o galpão totalmente equipado para ela lá na Aldeia onde é o galpão dela. A gente não sabia, ninguém sabia delas, elas não participaram de nada, e do nada apareceu um grupo (Violeta, p. 3 e 4).

A Reciclar foi a primeira cooperativa ser fundada nesse processo de luta e resistência, contudo alguns/algumas cooperados/as não se adaptaram ao novo local da cooperativa *Reciclar* que foi construída longe dos locais de moradias, e inconformados com a direção da *Cata sol,* entregue quase na mesma época, um grupo de catadores buscaram pela fundação de uma 3ª cooperativa, a Nova Esperança.

Figura 27: Reuniões de discussão e formação da Cooperativa Nova Esperança, na Terra Prometida, 2015 - 2016



Fonte: NETRAD (2016).

Após reuniões, conforme registro na imagem acima, o novo grupo conseguiu o pleiteado sendo instalados na Usina de Triagem, próxima ao local de moradia dos catadores da Terra Prometida, da Vila Industrial e de Santa Rosa, próximo, inclusive,

ao antigo aterro. Mesmo com os conflitos, as divergências, disputas e desconfianças no campo político presente entre as três cooperativas.

Em julho de 2016 elas conseguem se juntar e criam o “Conselho das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Campos” para continuarem negociando com a Prefeitura uma pauta coletiva que incluísse o contrato com as cooperativas para a realização da coleta seletiva e a definição das áreas de coleta por cada Cooperativa.

Devido ao período eleitoral, as solicitações não tiveram respostas, porém em fevereiro de 2017, a *Cooperativa Renascer* surgiu assumindo a Usina de Triagem de Santo Amaro com 26 catadores para trabalhar com o lixo da coleta tradicional, como a *Nova Esperança*, até que as cooperativas fossem incluídas na coleta seletiva (Almeida, 2021, p. 211).

Figura 28– Cooperativa Renascer, na sede da Usina de Triagem de Santo Amaro, baixada de Campos dos Goytacazes.



Fonte: NETRAD (2017).

Em 2017, as quatro cooperativas contabilizaram, juntas, um bom número de catadores. Todavia, a nova gestão municipal não deu continuidade às negociações em torno de um contrato pré-estabelecido anteriormente e nem atendeu às cooperativas nas suas demandas (Almeida, 2021), dentre outras necessidades, relativas aos galpões e, em especial, ao transporte dos/das catadores/as da *Cooperativa Renascer* que moravam na CODIN até Santo Amaro -baixada campista.

O que fez com que a *Renascer* solicitasse transferência para a CODIN, em virtude da ausência do transporte e de qualquer outra medida, por parte da Prefeitura, que garantisse o transporte dos/das catadores/as. Violeta (p. 8) reforça a articulação que divide as cooperativas, marginalizando algumas em detrimento do reconhecimento de outras.

Doze anos após encerramento do lixão da CODIN e de início das trajetórias das cooperativas, as lutas continuam. Inclusive, por meio de audiências públicas, para terem o reconhecimento de seus trabalhos e a garantia de direitos trabalhistas conforme Lei nº 11.445/2007[49], a garantia de políticas sociais através de diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Figura 29: Audiência Pública que teve como tema *Política Municipal de Coleta Seletiva* - setembro 2023



Fonte: Arquivo da pesquisa (2023).

Na figura acima, em audiência pública, realizada em setembro de 2023, as lideranças das quatro cooperativas expõem a realidade de trabalho e as vulnerabilidades que a falta do contrato para gestão dos materiais descartáveis as coloca. As estratégias adotadas pelas cooperadas da *Renascer* e *Nova Esperança* em suas trajetórias as coloca em harmonia com a Guarus: Território de resistências e lutas históricas.

[49] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm.

As sujeitas entrevistadas e suas trajetórias de resistências somam-se a luta dos trabalhadores rurais expropriados do campo, do quilombo urbano de Custodópolis, das rodas de capoeira, dos terreiros que mantiveram suas crenças, dos protestos cotidianos por direitos, contra a violência e a guerra do tráfico.

Fazendo do território de Guarus o articulador de demandas históricas e recentes. Consideramos esses movimentos como territoriais, por um olhar mais atencioso para os atores sociais oriundos dos grupos subalternos que ocupam e ressignificam o território urbano através da luta coletiva com experiências de culturas e políticas diversas.

3.2 Catadoras de recicláveis e a feminização do trabalho pouco remunerado

Na intenção de fugir da lógica totalizante, enquanto o pensamento elitista brasileiro se apoia no mito da *democracia racial* e da meritocracia para justificar a desigualdade social, racial e econômica sofrida pelos pobres e negros no país, tal qual Nascimento (1978) ao falarmos sobre pessoas negras na divisão das funções laborais no mercado de trabalho, e especialmente da mulher negra, que sofre dupla discriminação – racismo e sexismo – optamos por entender essas relações a partir da ótica dos oprimidos.

No Brasil, o processo de colonização portuguesa tendo como base a escravização de povos indígenas e principalmente de negros africanos deixou feridas abertas que ainda hoje sangram de forma dramática. O estigma de inferioridade imposto à população negra, funcionou como uma estratégia para facilitar a dominação, assim como o esforço em apagar sua história e cultura. O Brasil concentrou a maior população escravizada do mundo, e foi o último país das Américas a conduzir o processo de abolição.

Sem levar em consideração qualquer tipo de política de inclusão ou reparação social, os recém libertos foram entregues à própria sorte. Dessa forma, naturalizou-se a condição de preto-pobre, ideia que se incorporou ao tecido social brasileiro, impedindo que a população negra pudesse quebrar as correntes da desvalorização e limitação do acesso ao trabalho, à educação, à cultura etc.,

> A configuração do mercado de trabalho pós-abolição colocou as pessoas negras em ofícios rejeitados pelos brancos, numa condição de permanente

> subalternidade, restritos a atividades braçais de baixa complexidade intelectual. Paralelamente, abriram-se as fronteiras para a entrada de imigrantes europeus, considerados mais competentes e confiáveis, sendo alçados a posições superiores na hierarquia laboral (Luzio-dos-Santos *et al*., 2021, p. 9).

Em se tratando das mulheres negras estas sofriam dupla discriminação, pela cor da pele num país dominado pelo racismo, e pelo fato de serem mulheres numa sociedade assentada em uma cultura fortemente patriarcal. Dessa forma, acabava por restar-lhes como opção de trabalho, atividades domésticas em casas de terceiros, em que sua renda, muitas vezes, é a principal, quando não única, fonte de renda familiar (Davis, 2016).

O mito da democracia racial em detrimento da manutenção de uma sociedade de classes tornou-se responsável pelo que Jessé Souza (2009), nomeou de "*ralé brasileira"*. A classe constituída por negros, “mulatos” e “mestiços”, por meio de uma modernização seletiva e desigual, a partir da liberação dos escravizados, que por falta de opção e necessidade de sobreviver, passou a ocupar os espaços rurais nas lavouras, em busca de trabalho em troca de alimento e, nos centros urbanos, passaram a viver em favelas selando o destino de abandono. Souza (2017) ainda acrescenta que no pós-abolição:

> [...] Ao perderem a posição de principal agente do trabalho [para os imigrantes], os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor, da nova configuração de vida econômica (Souza, 2017, p. 17).

Se o cenário que nunca foi vantajoso para a população negra só piorava para os homens recém-libertos, para Biroli & Miguel (2015, p. 41) para as mulheres negras as questões de raça e gênero também exerceram efeitos devastadores ao empurrar cada vez mais indivíduos para situação de extrema pobreza e vulnerabilidade onde as desvantagens em relação à renda incidem sobre as mulheres, fazendo com que gênero, raça e classe produzam conjuntamente as hierarquias que colocam mulheres negras em posição de maior desvantagem.

Nesta feita e levando em consideração os processos históricos de formação do nosso país, a partir da metade do século XIX, no pós-abolição e com o fenômeno do êxodo rural gerados pela expropriação no campo, a chegada dos imigrantes

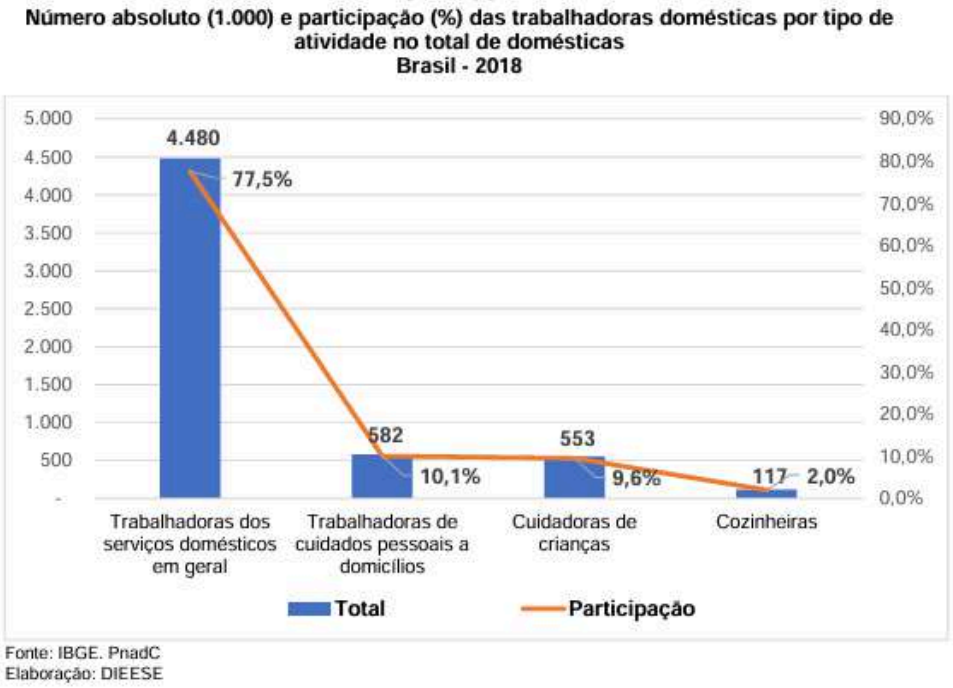
europeus e na falta de uma reparação histórica, muitos/as trabalhadores/as passaram a ocupar as cidades em busca de trabalho e moradia.

Especialmente as mulheres passaram a ocupar o trabalho doméstico, particularmente, no período de entressafra, etapa própria de algumas culturas, como a cana-de-açúcar (Souza, 2017). Ocupando-se essencialmente do trabalho doméstico que consiste no trabalho de servir, cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças, dos/as idosos/as dos animais de outras pessoas etc.

> [...] aí arrumei um biquinho de trabalhar de doméstica só que não deu muito certo para mim porque enfim, né? Ela queria que você fosse tudo cuidasse de cachorro, cuidasse de casa, de quintal, cuidasse de velho porque tipo assim você tinha que cuidar da mãe dela, tinha que limpar a bunda, e cuidar do cachorro, pegar a mãe e levar no médico, cachorro em pet shop [...] (Margarida, p. 4).

A fala da entrevistada Margarida (p. 4) sobre o cuidado com a casa, com o quintal, com os animais e os mais velhos da família para quem prestou serviços domésticos dialoga com os dados do DIEESE (2018). Trazem que a maior parte das domésticas está alocada em atividades “dos serviços domésticos em geral”. Em 2018, representavam 77,5% da categoria, em que essas trabalhadoras acabam por realizar múltiplas atividades.

Gráfico 2: Trabalhadoras domésticas por tipo de atividade no Brasil



Fonte: IBGE. PnadC. Elaboração: DIEESE (2018).

Em termos de formalização e reconhecimento de direitos trabalhistas, dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio - PNAD Contínua (IBGE, 2022), indicam que apenas 25,6% destas trabalhadoras domésticas têm carteira assinada. A informalização do trabalho faz com que apenas uma parcela ínfima tenha acesso aos direitos, o que denuncia a precariedade da tarefa laboral desenvolvida.

Maria José Rigotti (2023), a partir de seu trabalho no ministério do trabalho reflete sobre as violências do cotidiano enfrentadas pelas 5,9 milhões de trabalhadoras domésticas do país (DIEESE, 2023). Violências estas que vão desde o acúmulo de função no exercício de trabalho não pago, ao descaso, assédio e violência dos patrões.

Para além da informalidade, Rigotti (2023) atribui ao racismo estrutural e ao sexismo fatores que reforçam tais violências no cotidiano das mulheres domésticas, o tratamento que é dado a elas é, em muitos casos, de desumanização, em um cotidiano marcado por racismo e sexismo. Tivemos uma abolição, mas ela continua com suas raízes na sociedade e onde isso aparece de forma muito clara é no trabalho doméstico.

Nessa conversa, Carneiro (2015) nos diz que o Brasil preservou na memória social que algumas pessoas são portadoras de humanidade e outras não, estabelecendo hierarquias entre elas, como superiores e inferiores. A exemplo disso basta citar o emblemático caso que tomou o país em plena pandemia em 2020, que foi a morte do menino Miguel de apenas cinco anos. Estando aos cuidados da patroa Sari Corte Real (mulher branca de família tradicional de classe alta), enquanto a mãe Mirtes (empregada doméstica) passeava com o cachorro dos patrões. A criança caiu do 9º andar do prédio, vindo a óbito enquanto a patroa fazia as unhas (G1, 2020).

Figura 30: Mirtes Renata Santana de Souza e Miguel Otávio



Fonte: G1 (2020).

Arruza *et al.* (2019) reforçam essa reflexão ao constatar que no Brasil, o caso do trabalho doméstico é realizado em sua grande maioria, por mulheres negras. Ao passo que o trabalho produtivo, em sua maioria é ocupado por homens que recebem salário pelo trabalho que desempenham. Fazendo com que a divisão entre a produção econômica e a reprodução social dentro do capitalismo se dê de forma drasticamente desigual, tendo raça como fundamento.

Dessa forma é possível dizer que “[...] na divisão social e sexual do trabalho, no modo de produção capitalista, ficou a cargo das mulheres a atribuição e a responsabilidade de realizar e executar o trabalho do cuidado” (Passos, 2020, p. 118). Se pensarmos especificamente no Brasil, ao serem atravessadas pelas relações de gênero, raça e classe, as mulheres negras empobrecidas constituem maioria no trabalho doméstico e do cuidado.

Não é de estranhar que sejam trabalhos invisibilizados, mal remunerados e de pouco prestígio social, herança da escravização estabelecida pela colonialidade (Passos, 2020). Ficando a cargo das mulheres negras, em sua maioria, a deixarem seus filhos em casa para cuidar dos filhos e da casa de outras mulheres.

Para Lélia González (1980) a mulher negra desempenha essa função porque desde a escravização foi esta a responsável, tanto pela reprodução da mão de obra de novos escravizados, quanto pela manutenção da casa grande, e dos cuidados com os filhos dos senhores de escravos. O que faz com que até hoje a mulher negra continue a desempenhar os mesmos papéis para a burguesia.

Para a pensadora amefricana Lélia Gonzalez, a relação para a mulher negra não mudou muita coisa “[...] Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984, p. 230). Ou seja, mulheres negras carregam o peso de uma sociedade racista e patriarcal nas costas.

A respeito disso, em 1937, a escritora Zora Neale Hurston já afirmava que “a mulher negra é a mula do mundo”. Gonzalez chamará nossa atenção para a existência de uma divisão do trabalho baseada na questão racial que existe dado o histórico da colonialidade na América latina durante o período da colonização e seu legado por intermédio do racismo estrutural (conforme discussão apresentada nas páginas 41 e 42).

Por conseguinte, homens brancos ocupam postos de trabalho com maior prestígio do que homens negros, e mulheres brancas de maior prestígio do que mulheres negras. De acordo com Gonzalez (2020, p. 48), na medida que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre a tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.

Dados recentes confirmam as reflexões até aqui feitas, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022 -, 69,0% dos cargos de gerências são ocupados por pessoas brancas. Em detrimento de 29,5% ocupados por pessoas pretas ou pardas, (para o IBGE, pessoas negras). Havendo uma clivagem também no que tange às pessoas desocupadas, em que 64,1% delas são negras, ao passo que 35,2% são pessoas brancas. O IBGE (2022) ainda mostra que em termos de taxa de participação no trabalho produtivo, os homens aparecem no percentual de 73,7%, o que é bem maior do que a de mulheres (54,5%).

A menor participação da mulher no trabalho produtivo remunerado está vinculada com sua maior participação no trabalho não remunerado, uma vez que estas são as principais responsáveis pelas atividades “de cuidado”. Mulheres acabam dedicando-se quase o dobro do tempo, se comparado ao tempo dedicado pelos homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas semanais).

Se formos adicionar os critérios de cor/raça, mulheres negras acabam por dedicar mais horas do que as mulheres brancas (22,0 horas semanais e 20,7 horas

semanais respectivamente, IBGE, 2021). Com isso, o resultado é: Mulheres recebendo, em média, cerca de 23% a menos do que os homens (IBGE, 2022).

Os dados e as reflexões apresentadas nada mais são do que as consequências da formação sócio-histórica brasileira. Fruto de um país que se desenvolveu a partir de estruturas de poder, como a colonialidade e o patriarcado. Em uma produção sistêmica, de uma intersecção de opressões, que coloca mulheres negras em situação de desigualdade, vulnerabilidades e diferentes violências cotidianas na manutenção do capitalismo. Contudo, como resultado dessas demandas históricas frente à colonialidade, mulheres negras têm transformado a sua existência em resistência.

Um exemplo de trajetória de resistência trata da vida de Laudelina de Campos Melo (1904 -1991), que dedicou sua vida à luta pelo reconhecimento e valorização das trabalhadoras domésticas. Criou em 1936 a primeira associação em defesa dos direitos das empregadas domésticas, cuja trajetória de luta e resistência culminou (13 anos depois de sua morte em 1991), na PEC das trabalhadoras domésticas[50].

Figura 31: Laudelina de Campos Mello lidera mulheres domésticas em Campinas em 1936



Fonte: Blog da Casa Laudelina (1936).

A exemplo de trajetória de luta, dona Laudelina rodeada por mulheres trabalhadores do serviço doméstico no interior de São Paulo. A forte presença de mulheres negras evidencia que de lá para cá não mudou muita coisa. Os dados do

[50] https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473496.

DIEESE (2023) ainda apresentam as mulheres negras como maioria no serviço do trabalho doméstico (67,3%).

Como nos lembra Clóvis Moura (2020), o ativismo de mulheres como Mirtes, Laudelina e das catadoras entrevistadas não é recente no Brasil. Desde a Colônia, elas resistem pela sobrevivência de si e dos seus através de inúmeras estratégias de resistência. Seja pelo envenenamento dos seus senhores, rebeliões, fugas das senzalas e na construção coletiva dos quilombos, como dito anteriormente.

Atualmente, as mulheres negras encampam lutas coletivas solidárias com outras companheiras, pelo direito às melhores condições de trabalho, salário, cidadania, bem-estar social e justiça pela vida de seus filhos, só para citarmos algumas lutas.

Assumindo o protagonismo de luta e resistência, mulheres como Margarida, Mirtes, Laudelina e Carolina de Jesus[51] encontram-se constantemente atentas e ativas na vanguarda da resistência frente a ambientes e situações marcadas profundamente pela violência e pelo racismo, que além de serem atravessadas pelas intersecções de gênero e raça, também lidam com a pobreza, a falta de acesso ao trabalho formal e de prestígio, uma vez que essas mulheres pertencem majoritariamente à classe trabalhadora, cuja fração desta classe é marcada pela precariedade, pela pobreza[52] e pela escassez de acesso a direitos fundamentais.

Elpídio (2020) diz que diante de um Estado capitalista que depende do racismo estrutural mulheres negras em situação de vulnerabilização acabam por ter dificuldade de integração ao mercado formal de trabalho e em ocupações com melhor remuneração e proteção social, dificultando também o acesso ao conjunto de bens e serviços públicos, como educação, saúde e moradia.

---

[51] Na capital paulista, Carolina de Jesus trabalhou também como empregada doméstica na casa de um renomado cardiologista. Na residência de Euryclides de Jesus Zerbini, o primeiro médico da América Latina e do Brasil a realizar um transplante de coração, passava as suas folgas dentro da biblioteca que ele tinha saciando sua sede por leitura. Carolina deixou a casa após ficar grávida. Como não pôde cuidar do serviço pesado, teve que se virar catando papéis e outros materiais recicláveis para sobreviver. Fonte: https://www.geledes.org.br/carolina-maria-de-jesus-quem-foi-a-escritora-que-denunciou-a-fome-no-pais/

[52] Por pobreza compreendemos segundo Melo (2005), como um fenômeno multidimensional que leva em conta diversos aspectos do indivíduo, como “[...] subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. A pobreza é o resultado de um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política.” (Melo, 2005, p. 12).

Em seus encontros diários com a fome, na tentativa de despistá-la - embora ela aparecesse como um fantasma dentro do barraco onde vivia com os três filhos - a mulher negra e chefe de família, Carolina Maria de Jesus, já apontava que a fome tem cor, “[...] Eu sou negra, a fome é amarela e dói muito. Amarela da cor da bile que se vomita quando o estômago está vazio, amarela como o seu mundo embaçado pela tontura (Jesus, 2021, p. 22), sinalizando o que chamou de *“escravidão da fome”* .

Tudo isso nos leva a entender que tais situações colocam mulheres negras na ponta dos principais problemas relacionados a serviços de pouca remuneração e prestígio, à marginalização, falta de acessos, violências e toda sorte de vulnerabilidade social e econômica, onde as políticas sociais pouco ou quase nada chegam. Cujas raízes estão fincadas na sujeição e subalternização das mulheres trabalhadoras, alimentando-se do racismo e sexismo.

Não é de admirar que mulheres negras figurem entre as piores estatísticas em estudos e pesquisas realizados por diferentes institutos do país indicando a fome como presente em famílias chefiadas por mulheres. Nesse sentido, Melo (2005, p 13), aponta para a existência de uma feminização da pobreza. Uma das razões para essa associação está relacionada aos menores rendimentos femininos no mercado de trabalho.

Assim, as famílias chefiadas por mulheres acabam configurando como mais pobres entre os mais pobres, que somado à precariedade de serviços públicos e as políticas sociais, das quais essas mulheres precisam ter acesso, às políticas de proteção acaba por não cobrir as diversas necessidades dessas mulheres e dos que dela dependem.

O capitalismo e o neoliberalismo transformaram as relações raciais, de gênero, etárias e sociais em hierarquias. Como Lélia González (1980) já anunciava, os privilégios raciais da população branca acumulam bens materiais e imateriais se estendendo inclusive à população branca pobre devido efeitos da escravidão e da divisão racial do trabalho

> O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho

> ocasional, ocupação intermitente e trabalho por 37 temporada, etc. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc. (Gonzalez, 1980, p. 2).

Ou seja, quanto mais escura é a cor da pele, mais violento o racismo se mostra, inclusive na fome. A questão da fome/comida é outro interessante objeto de análise, pois a conquista de comida e objetos de uso diário oriundos do lixo, ou de alguma doação são fortemente presentes na vida de Carolina de Jesus e das catadoras entrevistadas. A catadora Violeta retrata bem essa realidade cotidiana:

> [...] a gente vinha com pedaços de carne aquelas carnes assim na cabeça, com sacos e sacos de biscoito, de danone, que a gente tinha que dar não sei quantas voltas deixava um vigiando para levar para casa então assim não era só o dinheiro. Ali você achava uma roupa, você achava um calçado (Violeta, p. 8).

Em seu relato, Violeta evidencia o lixão como fonte de recursos até para alimentar-se. Em 2020 no Brasil, e no ápice da pandemia da Covid-19, as maiores taxas de pobreza se encontravam no grupo que agrega as opressões interseccionais de gênero e raça. Sendo que 32% de mulheres negras brasileiras estavam atingidas pela pobreza, e 7% delas estavam em situação de extrema pobreza, mais do que o dobro de homens ou mulheres brancos (Nassif-Pires *et al.*, 2021).

Ou seja, a fome e a pobreza no Brasil têm cor, e ela não é branca. Se pensarmos especificamente na situação das cooperativas de materiais reciclados e nas sujeitas envolvidas nessa relação de trabalho durante o período pandêmico temos na fala da representante da cooperativa *Renascer* que:

> Nossa situação foi de calamidade. Entre as quatro cooperativas, a *Renascer* foi a que mais passou necessidade. Nosso galpão ficava em Santo Amaro, mas sem ônibus e dinheiro para ir todos os dias, a gente ficava em galpão cedido pela Nova Esperança, na Codin. Mas, sem mínima infraestrutura. Sem água para lavar as mãos e sem cozinha comemos no meio do lixo. Quanto ao trabalho, dos nossos quatro caminhões, só estamos recebendo um. A gente só queria dignidade para trabalhar, mas queriam nos dar cesta básica como se vivemos só disso. A gente não queria esmola, caridade, assistencialismo (Violeta, p.15).

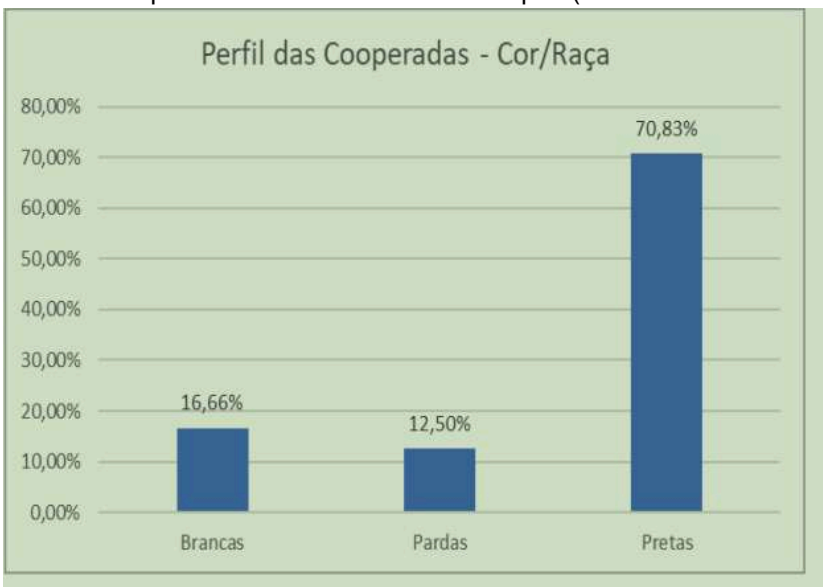
A história contada por Violeta reforça dados do II Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil - II VIGISAN, 2022 - apontam que são as mulheres que compõem as estatísticas de maior empobrecimento no país. A fome faz morada em 43,0% das famílias com renda per

capita de até 1⁄4 de salário-mínimo, atingindo mais as famílias que têm mulheres como chefes de família.

Ou seja, no Brasil, a pobreza tem sexo e cor, pois os homens negros e mulheres sofrem mais os efeitos da desigualdade social (IBGE, 2022), sendo que a mulher negra pobre tem ainda mais desvantagens nos indicadores de mercado por sofrer preconceito pela cor, pelo gênero e pelo *status* social. Para essa população as taxas de desemprego são maiores, os ganhos financeiros menores e o mercado de trabalho estão nas funções mais precárias, dando destaque ao serviço doméstico e trabalhos do cuidado com os filhos.

Neste sentido, é importante analisar as desigualdades de classe levando em consideração outros determinantes sociais como raça/cor e gênero. Na medida em que estas atenuam, alimentam, recriam e promovem a manutenção e a reprodução das relações capitalistas e das suas desigualdades. Dados do NETRAD (2021-2022) apontam que mulheres negras também são maioria neste trabalho que não exige maiores qualificações e que são mal remuneradas, fruto de um país escravocrata. Representando 83,33%, acompanhando o dado nacional sobre raça/cor dos catadores no Brasil.

Gráfico 3: Perfil das cooperativas de catadores de Campos (dezembro 2021 - maio de 2022)



Fonte: NETRAD.

Garcia e Garcia Jr. (2013) trazem uma importante contribuição às análises sobre desigualdade, quando afirmam que processos históricos diferentes implicam

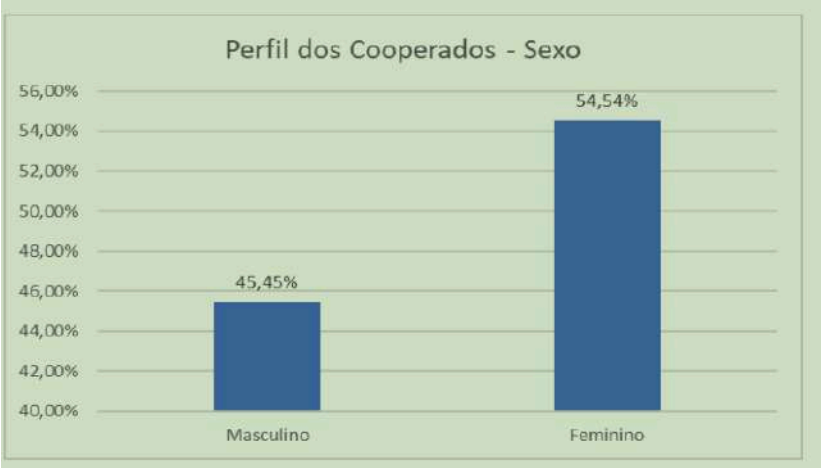
diferenças das configurações sociais com base no sexo, raça e em variáveis definidoras de classes sociais; análise comparativa, em escala internacional é, portanto, reveladora de certos invariantes, como por exemplo, a condição subalterna de contingentes femininos ou de descendentes de africanos (p. 11).

Angela Davis (1982), ao afirmar que se faz necessário um olhar que traga a questão da equidade histórica sobre a trajetória da mulher negra, por uma questão de ética. Concordamos com a pensadora norte-americana sobre a necessidade de repensar as relações sociais que permaneceram através do tempo, influenciando e dando forma às relações sociais vigentes que atua criando obstáculos para a construção de uma sociedade livre do racismo, da desigualdade de gênero e classe social.

Além do trabalho doméstico, assim como Carolina de Jesus, a catação também marca a precarização e superexploração na vida das protagonistas desta escrita. Segundo Escurra (2010), como não sendo necessária a qualificação para sua execução, o capital utiliza-se, sobretudo, a mão de obra feminina marcando a feminização do trabalho. Dados do NETRAD (20201; 2022) confirmam indicando que mulheres negras acabam por ser maioria neste ramo de atividade laboral (MNCR, 2014), onde essas mulheres e suas famílias possuem histórico de trabalho na lavoura de cana, no trabalho doméstico e, em particular, no Lixão da CODIN, fechado em 2012.

Trabalhadoras cooperadas dos materiais recicláveis de Campos em harmonia com os dados do MNCR (2022), evidenciam que há um perfil marcador que compõem essa categoria de trabalho, majoritariamente feminino. Os dados da pesquisa do NETRAD (2021; 2022) corroboram ao evidenciar que 54,54% são do sexo feminino.

Gráfico 4: Perfil por sexo das cooperativas de catadores de Campos



Fonte: NETRAD (2021-2022).

Ou seja, os dados apontam para a confirmação da feminização nas cooperativas de materiais recicláveis, conforme Cherfem (2016), evidenciando a presença majoritária da mão de obra feminina em trabalhos que não se exige muita ou nenhuma especialização/qualificação em termos de ensino, preparo profissional para o mercado de trabalho, tendo como consequência também baixos rendimentos.

Nacionalmente, quanto população vulnerabilizada, mulheres negras constituem a principal força de trabalho na catação, conforme o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que aponta para a existência de cerca de 800 mil catadores atuantes no Brasil, sendo que 70% são mulheres (MNCR, 2023).

Almeida (2021) destaca que a feminização nas cooperativas está relacionada com mudanças incorporadas no setor da reciclagem e que de alguma forma abarca as necessidades das mulheres, por ser uma atividade flexível que as possibilitam conciliar o trabalho produtivo e o trabalho no âmbito da reprodução social/do cuidado. A esse respeito, a entrevistada da *Cooperativa Renascer*, Margarida, em nossa conversa destaca a questão da maternidade como um fator marcador na feminização desse setor:

> [...] A cooperativa dá assim aquela flexibilidade que a mãe precisa ter, mas então tipo assim dá essa flexibilidade que a gente que é mãe precisa para ter, mas não dá né? a segurança financeira que a gente também precisa ter. Não dá essa segurança, então para mim a cooperativa é isso é um trabalho que você pode se manter nele só que infelizmente a prefeitura não te dá o suporte suficiente para você ter aquela garantia, ou fazer projeto de vida (Margarida, p. 5).

Em sua fala, Margarida denuncia não apenas a importância de um trabalho que facilite o exercício da maternidade como também a precariedade e o descaso do poder público local para com essa situação. A falta de segurança financeira frente ao descaso do governo local acaba por impedir que essas mulheres vislumbrem um futuro ou façam planos em torno da atividade da catação em cooperativas fazendo com que muitas delas tenham saudade da época do lixão, como é o caso da entrevistada Camélia.

> [...] o lixão não era não assim insuportável para trabalhar O lixão não era não tipo assim para trabalhar era bom [...] era um serviço, um serviço bom que ali você trabalhava, catava para você, né? Entendeu aí ali você fazia duas três quatro bolsas, ali você enchia podia ir embora para casa você sabia que aquilo que ia vender e não dividir dinheiro com ninguém. Ali todo mundo fez muito dinheiro, todo mundo tem muita coisa, depois que fechou [o lixão] acabou (Camélia, p. 4).

Embora esteja falando sobre questões muito particulares ao dizer que “ali todo mundo fez muito dinheiro”, a fala de Camélia carrega uma verdade: Com o desenvolvimento do capitalismo, particularmente, na era da sociedade do consumo, o lixo passou a ser incorporado na lógica de produção capitalista como matéria-prima, pela intermediação da inovação tecnológica, ou seja, o capitalismo vendo que aquilo que chamava de lixo poderia gerar lucros, apropriou-se também deste local.

Com a necessidade de controlar a produção do lixo, em grande escala, a indústria de reciclagem representa a forma pela qual o capitalismo encontrou de se apropriar do que descarta – o lixo (Greco, 2014). Assim, o trabalho de catação de materiais recicláveis é caracterizado por ser uma atividade precarizada e mal remunerada (IPEA, 2016). O que consiste em materiais descartados nas ruas, residências e lixões, e demais pontos de coletas, passou a configurar os interesses do capital.

Para Escurra (2011), a catação de materiais recicláveis é o primeiro elo da indústria da reciclagem, o mais insalubre, desprotegido, informal, sem regularização e direitos trabalhistas. Este trabalho que pode ser desenvolvido através da catação nas ruas ou em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em nenhum dos dois casos é assegurado por direitos trabalhistas, permanecendo na

informalidade, onde muitas vezes, os catadores e as catadoras trabalham sem nenhum tipo de subsídio e proteção durante o manuseio do lixo.

Assim, a atividade de catação é intimamente ligada à indústria de reciclagem, uma depende da outra. Só foi possível que a indústria da reciclagem tomasse grandes proporções no Brasil, a partir do momento da compreensão que a separação do material reciclável do lixo era uma tarefa de baixo custo. Para Bosi (2008, p. 104) isso ocorre devido ao trabalho realizado por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado.

Com as mudanças no capitalismo e no mundo do trabalho, tais mudanças alteraram o modelo de produção através da acumulação flexível, aumentando o trabalho informal e assim como do desemprego no país. Escurra (2011) aponta o crescimento da informalidade do mundo do trabalho como tendo uma relação direta com a expansão da atividade de catação de materiais recicláveis e a inserção da mão de obra feminina, com o objetivo de intensificar a exploração capitalista.

Dessa forma, a força de trabalho feminina se constitui não só como fundamental, mas também, principal força de trabalho, no que concerne à catação, se tomarmos como referência a Lei Geral do Valor de Marx, os catadores de materiais recicláveis não têm participação direta no processo de valorização. Ou seja, eles não produzem mais valia, mas são extremamente úteis a este processo. Para Escurra (2011, p. 4) a catação deve ser compreendida enquanto produção capitalista de formas não capitalistas de produção.

Escurra (2011), acrescenta que a força de trabalho dos catadores não é uma mercadoria, porque não é vendida ao capitalista. Assim, o catador se constitui como *trabalhador autônomo*, contudo, mesmo que indiretamente, ele é subordinado à produção capitalista, porque seu trabalho se realiza no material coletado. Consequentemente há a transferência de excedente de trabalho na comercialização do material, devido ao seu baixo custo.

Ficando claro e evidente que o catador está indiretamente subordinado ao capital, o que não significa que o mesmo esteja à parte do processo de valorização desta cadeia, onde em termos históricos tal atividade tem se constituído como meio

de exploração do trabalho no Brasil, mesmo que o catador seja ainda visto como um “trabalhador autônomo”.

Apesar de nos anos de 1950-1960 Carolina de Jesus evidenciar a existência desse trabalho, é somente a partir da década de 1990, com o aumento do desemprego e com as iniciativas da criação de cooperativas, que a *Economia Solidária* passou a fomentar a organização de produtores e trabalhadores em diferentes ramos. Principalmente, mulheres, sendo a catação uma dessas atividades como forma de enfrentamento do desemprego e da organização dos seus interesses em comuns (Cherfem, 2016).

É importante salientar que por mais que as mulheres apresentem maior escolaridade que os homens, isso não se materializa em salários mais altos ou melhores postos de trabalho para elas, pois como a atividade que não requer maiores qualificações e que seja “flexível”, visto que são consideradas *trabalhadoras autônomas*, as mulheres conseguem conciliar o trabalho reprodutivo e o produtivo.

Desta forma, a catação como atividade informal, acaba por aglutinar uma massa de trabalhadoras pobres tendo, sobretudo, mulheres negras como mão de trabalho. Estas além de serem responsáveis pelo sustento da casa também são responsáveis pelo cuidado com suas famílias, o que implica na difícil conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, apontando para dupla jornada de trabalho.

Nesse cenário, Cherfen (2016) alerta para a femininização do trabalho nas cooperativas, que vem sendo ocupado cada vez mais por mulheres, principalmente, mulheres negras, devido à baixa qualificação e a flexibilidade no trabalho, atraindo um contingente de mulheres desempregadas e de baixa escolaridade.

Se formos falar sobre políticas voltadas para essa parcela de trabalhadores/as, Martins (2023) aponta que estas tiveram início no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), tendo continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), cujos incentivos e apoio se consolidaram na elaboração da Lei nº 12.035/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Tal lei foi uma importante conquista do MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - garantindo sua consolidação e reconhecimento.

Durante o governo de Lula e Dilma também foram implementadas políticas de trabalho e renda que subsidiaram o sustento de muitas famílias. Contudo, nos

últimos anos e principalmente no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), ocorreu um intenso desmonte e enfraquecimento das Políticas Públicas voltadas para a Economia Solidária. Somado a ausência de gestão no contexto de pandemia de covid-19, impactou diretamente as/os catadoras/es (Martins, 2023).

Contudo, em 2023 os/as catadores/as de recicláveis voltaram a ganhar destaque e reconhecimento. Estando, inclusive, na cerimônia de posse presidencial sendo representados por Aline Souza, ao colocar a faixa presidencial no Presidente Lula em virtude de seu 3º mandato em janeiro de 2023.

Figura 32: Aline Sousa passando a faixa presidencial para Lula em posse de seu 3º mandato



Fonte: Reprodução Ricardo Stuckert (2023).

Moradora do Distrito Federal, mulher negra e catadora de lixo há 19 anos, Aline Sousa é a terceira geração de catadoras na família. Ela é diretora da Centcoop, centro de comercialização e espécie de sindicato das 21 cooperativas de recicláveis da capital federal. Para ela, subir a rampa do Planalto foi simbólico e efetivamente transformador para quem trabalha com recolhimento de materiais recicláveis (G1, 2023).

Falar especificamente da cidade de Campos dos Goytacazes, é relembrar que conhecida historicamente pela monocultura da cana de açúcar e pela produção do açúcar e do álcool desde o Brasil colônia, Campos dos Goytacazes ainda aparece vinculado às ações políticas das elites agroindustriais, sendo marcadas pelo

clientelismo[53] nas práticas políticas em um território de profundas desigualdades e pobreza (Almeida e Cruz, 2021)

Contudo, a crise do setor sucroalcooleiro em meados de 1980, empurrou muitos trabalhadores desempregados, conhecidos como “deserdados da cana” , a continuarem a integrar de modo precarizado e socialmente desprotegidos atividades informais e mal remuneradas (Almeida e Cruz, 2021, p. 16). Com o desemprego acentuado em 1990 e o fechamento das Usinas na região, tais trabalhadores foram empurrados a buscarem alternativas de sobrevivência, sendo o lixão da CODIN uma delas (Almeida, 2017).

Em meados dos anos 2000 com a indústria da reciclagem a todo vapor no Brasil, até o ano de 2012, Campos dos Goytacazes contou com cerca de 500 catadores trabalhando no lixão da Codin (Almeida, 2017). Em sua fala, a entrevistada da cooperativa Nova Esperança, Dália (p.7) deixa transparecer que “[...] em termos de perigo o lixão era pior, entendeu? Então, no lixão era pior do que a cooperativa, em termos de segurança, lixo hospitalar, seringa, os caminhões, tinha muito acidente e morte [...]”.

Ou seja, embora os catadores reconhecessem a insalubridade do trabalho, também ressaltaram a necessidade de sobrevivência em detrimento do sustento dos filhos e dos achados. O lixo para essas mulheres não era só o sustento, também encontravam coisas boas que podiam ser reutilizadas como roupas e sapatos. Assim como Carolina de Jesus, quando, em ocasião do aniversário da filha, relata “[...] achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar” (Jesus, 2019, p. 14).

O trecho acima de Carolina de Jesus se assemelha à entrevistada Violeta quando relata que com a ajuda das amigas do lixão conseguiu montar e equipar uma casa: “[...] veio tudo de lá do lixão. Tudo! Porta, caibros, cano que eu achava lá eu levava, torneira, prato, colher, coberta, lençol… tudo, tudo era, cortina, tudo era do lixão” (Violeta, p. 8).

Foi através da coletividade, união, solidariedade e resistência que a luta das catadoras resultou na implementação das cooperativas. Ainda que o movimento

[53] O clientelismo é a apropriação privada da coisa pública. (FARIAS, 2000)

coletivo dos catadores em Campos tenha se originado a partir da necessidade emergente com o fechamento do lixão, e tendo enfrentado a fragmentação, contradição e conflitos que ainda são presentes entre as catadoras (Almeida, 2021).

Contudo, não se pode negar que foi a partir do movimento das catadoras que o poder público, mesmo que timidamente, respondeu a este grupo subalterno. Pois, apesar de o município ter cumprido com o fechamento do lixão PNRS (2010), tal medida não veio acompanhada da ampliação da coleta seletiva, o que gerou grande impacto na vida daqueles que tiravam o seu sustento do lixão (Almeida, 2021). Os catadores passaram a se organizar e a realizar manifestações coletivas chamando atenção do poder público e das mídias, a fim de reivindicar o direito ao trabalho.

É notório que as catadoras protagonizaram importante luta e resistência, apoiadas por outros segmentos da sociedade civil e do MNCR, importante apoio na articulação de suas lutas com o governo federal. Visando a inclusão socioeconômica das catadoras após o fechamento do lixão, nos fazendo enxergar a importância de ressaltar o papel das lutas populares no enfrentamento das demandas sociais, econômicas e políticas.

Cabe sinalizar que apesar da luta e resistência o poder público vem dificultando cada vez mais a permanência dessas mulheres nas cooperativas de materiais recicláveis. Na medida em que os pontos de coleta foram diminuídos drasticamente, gerou a insuficiência de material para elas trabalharem, levando a piora nas condições de trabalho (Almeida, 2021).

Contudo, é desejo das catadoras de recicláveis permanecerem nas cooperativas, embora o poder público não reconheça a participação das cooperativas na coleta seletiva local, por intermédio de contrato de prestação de serviços ambientais urbanos. O que colocaria essas mulheres cada vez mais não só na ponta da cadeia produtiva, mas no acesso às políticas sociais, mitigando os efeitos do que coloca essas mulheres em situação de vulnerabilidade.

3.3 Mulheres Negras, Reprodução Social, Maternidade, Infâncias Negras e Proteção Social

Rememorar o passado, assim como nos ensinou Sankofa, permite o diálogo com as lutas atuais e cotidianas das catadoras entrevistadas com a herança histórica do território de Guarus. Contudo, as trajetórias de vida destas mulheres não estão nos holofotes da história oficial como contribuidoras para o processo de construção da cidade e seus protagonismos.

A mulher negra, no contexto brasileiro, protagonizou desde o período escravista no Brasil até hoje, protagonismo de resistência, mesmo com a vida fortemente marcada pela invisibilização e potencializada pela intersecção do machismo aliado ao racismo (González, 1988). Inúmeros são os exemplos de mulheres que participaram e colaboraram com os momentos históricos, inclusive da luta por direitos. Entretanto tais histórias são tratadas de serem esquecidas ou diminuídas. O período pós-abolição relegou ao povo negro, e em especial à mulher negra, aos espaços da margem dos processos sociais.

> Precisamos entender que as experiências das mulheres negras escravizadas devem ser levadas em conta na hora de escrever a história da escravidão e do próprio país, pois o conhecimento de suas experiências, suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social, não apenas permite que a história das mulheres seja vislumbrada num aspecto mais amplo, como torna possível uma revisão crítica da escrita histórica (Silvia, 2010, p. 2).

Ou seja, nesse entendimento Silvia (2010) nos alerta para a análise das condições sociais sob as quais estamos submetidas. Revela um percurso de *resistência* que ainda se mostrava dominante no que se refere ao gênero, classe e cor/raça, pois de acordo com Maria Aparecida Papali (2003), as mulheres pobres, solteiras, com poucos recursos, e ex-escravizadas eram vítimas do estigma social desde a Colônia e assim esquecidas.

> A condição da mulher ex-escravizada, negra, pobre, solteira continuou sendo de exclusão na sociedade pós-abolicionista, sendo marginalizada por aqueles que acreditavam no poder patriarcal. O gênero, classe e cor eram fatores para que essas mulheres não tivessem uma condição de vida muito diferente daquela do período da escravidão. A injustiça que sofriam por serem estigmatizadas continuou por um longo período (Bortoncello, 2018, p.2).

É interessante notar como as categorias de exclusão citadas acima não mudaram muito desde a escravização. O que nos faz perceber que ainda estamos vivendo os primórdios dos acontecimentos históricos do nosso país. Nossas avós

vivenciaram ou possuem lembranças dos horrores da escravidão como sistema oficial. Ao refletir em como essas relações se desenvolveram ao longo do tempo, Carolina de Jesus, em *Quarto de despejo, já relatava* sobre o que mais tarde se denominaria de *"solidão da mulher negra".*

Ao descrever em diversos trechos a sensação da solidão de uma mãe solo[54], "[...] Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar." Ou quando escrevia que "[...] eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. (Jesus, 2016, p. 62). A condição de "mãe solteira" da ex-catadora de papelão e escritora Carolina de jesus dialogou com os dados colhidos pelo NETRAD (2022)[55], se apresentando na vida da maioria das mulheres catadoras cooperadas quando perguntado pelo estado civil destas:

Gráfico 5: Perfil por Estado Civil das cooperadas de Campos



Fonte: NETRAD (2021 - 2022)

[54] De acordo com Lima (2021, p. 42), a palavra solo pode ser compreendida como: "[...] a vivência da maternidade solo, conecta-se a quem pisa nesse chão e nesse terreno e, infelizmente, tem-se pisado sozinha [...]"(fonte: LIMA, Taiane Alves. "MÃE SOLO É MÃE SOZINHA": TECENDO VIVÊNCIAS DE MÃES NEGRAS EM FORTALEZA- CE E REGIÃO METROPOLITANA. Tese. UFCE, 2021).

[55] Pesquisa realizada por meio da aplicação de 44 formulários para os cooperados das quatro cooperativas de materiais recicláveis (Reciclar, Cata-Sol, Nova Esperança e Renascer), realizada entre dezembro de 2021 e maio de 2022, obtendo uma amostra de 74,57%. Realizada pelo NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022 e 2023.

Os mesmos dados, além de indicar que 62,48% das cooperadas não têm companheiro, também indicam que 45,83% destas mulheres que declararam serem solteiras, também responderam que têm filhos e cuidam dos mesmos sozinhas. Ou seja, são mães solos. O que nos levou a concluir que uma grande parte das cooperadas além das jornadas de trabalho na cooperativa, são também as únicas responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos.

Os dados apontam que a solidão relatada por Carolina de Jesus não é pertinente somente a ela, é também outra intersecção que alcança diferentes mulheres negras e aparece no cotidiano de vida das mulheres catadoras de Campos dos Goytacazes. Percebemos quando Violeta diz [...] eu tô sempre sozinha. Tô no pagode, tô sozinha, tô num karaokê, tô sozinha, sempre só, sem um acompanhante (Violeta, p. 14). Apesar de muita força e resistência, a voz de Violeta indica uma voz solitária, mas também pode significar autonomia (ainda que se sinta solitária) perante a escolha de seguir sem mais uma violência.

Para além da solidão afetiva amorosa, a solidão de Carolina de Jesus, diante a ausência de uma rede de apoio e afeto no tangente à maternidade, a solidão de *Quarto de Despejo* quando a narradora decide não ter homens nem amigos em sua vida, devido à violência relatada, nos permite entender as condições ali vivenciadas e que a impedem de construir um relacionamento saudável.

> [...] quando Vera nasceu eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo deles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incomoda. Até quando Deus deu-me forças para ajeitar-me (Jesus, 2014, p. 57).

O relato acima os faz querer abraçar Carolina de Jesus. Uma mulher jovem, com três filhos pequenos, recém parida, e na total ausência de apoio em detrimento do nascimento da filha Vera Eunice. Não tinha ninguém para dar um banho nas crianças. “[...] Meu filho mais novo nasceu de 4 kg e 52cm no banheiro do hospital, eu tava sozinha, lá no Rio, no hospital Leila Diniz, sozinha (Margarida, p. 14). Essa solidão de Carolina de Jesus se assemelha à fala da entrevistada Margarida.

Contudo, também é possível observar nos relatos, que as trajetórias não são feitas apenas de dores, apesar da intersecção delas, da violência e do abandono.

Há caminhos também interseccionados pelo amor e pelo afeto (que na maioria das vezes é encontrado em outras mulheres) ou na maternidade:

> Eu acho que da infância, o que ficou de bom foi já o amor materno mesmo sendo criança, com a minha irmã mais nova. Eu com 12 anos eu saí da casa do meu pai e fui morar sozinha e prometi para ela que eu iria voltar para buscar ela assim que eu conseguisse o emprego (Violeta, p. 5).

> [...] Eu sou mãe de três meninos, cuido dos meus filhos com meu amor com maior carinho, faço tudo que eu posso, minha mãe fala, minha mãe diz “você faz até o que você não pode” (Margarida, p.11).

É interessante notar na fala dessas mulheres a presença da referência ao amor e ao afeto para além do cuidado, como demonstração de tais na construção das suas subjetividades. A menção ao amor na vida dessas mulheres, apesar das durezas da vida sofrida, acaba por apontar para um ato de resistência. Se levarmos em consideração que historicamente nas relações de poder e os abusos sofridos pelo povo negro, na servidão laboral e sexual, criaram dores históricas sobrepondo-se sobre a expressão do amor.

> O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar.
> [...] Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar (hooks, 2010, p.1).

Em “Vivendo de amor”, a feminista interseccional bell hooks (2010), apresenta as relações de afeto relacionadas à mulher negra no que concerne a sua postura enquanto mulher e as possibilidades de destino que é atribuído a este sujeito (p.8). Dessa forma, reflete como os processos coloniais e pós-coloniais construíram na realidade do povo negro um distanciamento do que vem a ser o amor e sua relação com ele.

> Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor (hooks, 2010, p.2).

Ou seja, as entrevistadas, ainda que diante da dureza do dia a dia, do trabalho, da superexploração no contexto atual do capitalismo que vivemos, ainda assim, podemos perceber a capacidade dessas mulheres de falarem sobre a nutrição do amor. Apesar do contexto de violência, vulnerabilidade social e econômica em que se encontram, o amor é interpretado como ato de resistência, diante das dificuldades vivenciadas devido a exploração e a repressão cotidiana, resistindo a uma realidade cruel, gerada pelo poder e dominação do outro como sujeito subalterno.

Amor como ação de resistência, segundo bell hooks (2010), levando em consideração a conscientização da arte de amar como um processo, assim como as discussões por direitos, cujas barreiras criadas ao longo dos anos insistem em permanecer no ideário de dominação, assim como do sujeito dominado, mas a partir do momento:

> Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tanto homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (hooks, 2010, p. 5).

As palavras de hooks (2010) parecem ir ao encontro do episódio relatado por Violeta ao nos contar sobre a nova experiência em uma nova relação afetiva que de certa forma altera as estruturas sociais heteronormativas alicerçadas ao assumir diante da família e da sociedade o amor por outra mulher.

> [...] agora estou, eu virei LGBT, ela não é daqui. Primeira vez que namoro mulher e para mim está sendo maravilhoso. Eu tô encantada, amando eu falei, só que eu falei com ela não é porque eu tô com ela não, falei isso para ela, se nós duas não der certo, eu não volto para homem nenhum! Ela abre a porta do carro, ela puxa a cadeira, você tá maluco, Gi é outra vida, não imaginava, nunca fui tratada assim (Violeta, p.8).

Depois de relatos de uma vida inteira vivendo sob episódios de abuso, humilhação, violência diversas, inclusive físicas, de labuta, trabalho e correria para cuidar da irmã, dos filhos, do pai (que segundo ela não merecia), Violeta finalmente nos relata sobre episódios de amor e cuidado a ela destinados. Não o dela por outras pessoas, mas finalmente de outra pessoa por ela.

Com isso, somos levadas a refletir a mulher negra mais do que como *“mulas do mundo”* (Davis, 2017). A partir de seu reconhecimento como indivíduo carregado de sentimentos cujos sentimentos fortalecem a sua resistência e forja sua identidade. E, principalmente a mantém nutrida para que permaneça viva e sã, possibilitando à sujeita entrevistada compreender-se como merecedora do afeto, do carinho, do amor enquanto busca por direitos fundamentais para a vida social.

Com essa entrevista de história de vida pudemos compreender que é fundamental, inclusive, criarmos outras imagens, outras referências e olhares sobre corpos negros historicamente desfeitos de sua humanidade e sentimentalidade frente à animalização a que foram/são expostos. Imagens também contam histórias, por isso a necessidade de criarmos no imaginário outras e novas imagens.

Não a caricatura que hipersexualiza quando tira do ambiente da servidão laboral, mas a partir do afeto que ameniza as dores das lutas, do amor que salva da violência, da projeção positiva de si na construção de identidades, e da valorização humana como merecedores do amor, do carinho, e do afeto que alimenta e nutre o espírito e o mantém forte e saudável.

Além da referência ao amor, também é possível interpretar nos relatos das histórias de vida, principalmente da entrevistada Dália, a presença de uma maternidade consciente ao movimento Sankofa. Quando ao falar sobre suas filhas a entrevistada se emociona, seus olhos marejam, ao refletir que

> [...] o que eu não tinha eu tô passando para os meus filhos. A oportunidade quero que elas estudem, que sejam pessoas boas. *Eu falo com elas, “olha não faz como a mãe fez, porque é triste você passar o que passei e passo isso para os meus filhos”. Eu digo que não quero repetição do passado* e assim eu tô fazendo a festa de 15 anos, né? Ela tá no primeiro ano, nunca perdeu de ano e o sonho dela é ser veterinária. Eu tô lutando aí para ver se eu consigo uma bolsa para ela fazer faculdade de veterinário, mas isso aí eu vou ter que gastar, né? Aí tô pedindo para Deus me abençõe com um serviço que tem carteira assinada para mim conseguir (Dália, p.3).

Chamamos de “maternidade consciente em movimento Sankofa” porque segundo Morena Mariah (2021) “A família preta ensina, através do passado, a instrumentalizar o presente, garantindo que haja um futuro. Ou seja, a mudança, a transformação ocorrida ou desejada, mora no movimento de voltar e aprender com o passado, isso é Sankofa, isso é, ainda que inconscientemente, utilizar da tecnologia ancestral para enfrentar o cotidiano.

Quando a entrevistada Dália diz para as filhas olharem para o que a mãe passou a fim de não repetir o passado, nos faz interpretar que Dália, ainda que inconsciente disso, recorre à tecnologia ancestral *Sankofa,* indicando para as filhas uma perspectiva de futuro com mudança e transformação do presente através dos estudos para não repetir o passado da família.

As trajetórias marcadas pela subalternidade, dor e resistência de diversas e diferentes mulheres negras conversam entre si. Na experiência marcada não apenas pela cor/raça, ou pelo gênero e pela classe, mas também nas formas criativas de resistência. Na busca pela superação das dificuldades enfrentadas no dia a dia. Como no fragmento a seguir relatado por Margarida, quando precisou ainda menor de idade assumir a responsabilidade de pessoa adulta no cuidado com o irmão:

> [...] minha mãe saía de casa 7 da manhã, voltava 7h da noite, eu que ia em reunião de escola, levava pra escola. Menina ele [irmão] internou uma vez, e me diz se pode criança, olha só pra você ter uma noção: criança de menor pode ficar em hospital com outra criança? Eu com 12 anos fiquei uma vez com ele dois dias internado, no Plantadores de cana.
>
> Minha mãe precisava trabalhar que aconteceu? Arrumaram uma certidão de nascimento de uma menina de 18 anos que se chamava Larissa, aí a mulher do hospital falou assim, Ah! Você não tem 18 anos, não. Eu falei, eu tenho! Eu com 12 anos, eu disse, eu tenho! Tu viu minha irmã? Porque eu falava que minha mãe era minha irmã. Minha mãe tinha o quê? Uns 26, 25 [anos] na época, eu falava ela tem cara de 15 anos, tú dá a ela? Tú não dá é de família, é genética, eu tenho 18 [anos], mas eu tenho cara de 13 [anos], é genética. E fiquei. Eu fiquei com ele, eu saí com ele na alta do hospital. Ou ela faltava serviço ou ficava no hospital.

O fragmento apresenta uma estratégia criativa para garantir que a mãe não faltasse ao trabalho, e o filho não deixasse de ser acompanhado no hospital. A saída apontada não trata de buscar por algum benefício em programas de assistência e/ou política de proteção social. A maneira criativa e imediata foi buscar a certidão de nascimento de uma outra menina mais velha, para que Margarida pudesse ficar no hospital na condição de acompanhante para exercer a atividade do cuidado.

Não podemos negar que a nutrição do amor nas trajetórias vividas não seja desacompanhada da presença da superexploração, que coloca no bojo do amor e do cuidado o trabalho não remunerado da reprodução. Nesse sentido, convém refletir sobre a *reprodução social,* aquela que cumpre o papel de reproduzir os seres humanos.

Segundo Bhattacharya (2019), o indivíduo para desenvolvimento pleno de suas capacidades e habilidades ele necessita de amparos e cuidados. Existe um provérbio africano que diz “é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança”, nesse sentido é preciso polemizar a infinidade de trabalho não remunerado realizado majoritariamente por mulheres, especialmente por mulheres negras.

A feminista marxista Tithi Bhattacharya (2019), vai chamar esse trabalho de reprodução social, ou seja, é parir, sustentar, alimentar, educar, e manter a vida em sua plenitude, de forma material e imaterial. A reprodução social se mantém e se concentra na base de todo o sistema, seja pré-capitalistas ou capitalistas. Silvia Federici (2019, p.17) concorda afirmando que [...] a reprodução de seres humanos é o fundamento de todo sistema político e econômico, e que a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento.

As autoras refletem sobre o quanto o trabalho produtivo responsável pela obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho reprodutivo, porque é o trabalho reprodutivo responsável por gerar e manter seres humanos, que mais tarde se tornarão mão de obra para o Capital. Para Arruza (2019), este trabalho sempre existiu, sempre foi associado às mulheres, mas que tais atividades não eram reconhecidas nas sociedades que não viam diferenças na produção econômica da produção social, até o advento do capitalismo:

> Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada ‘econômica’ e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada ‘à família’, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como ‘cuidado’ em oposição ao ‘trabalho’, realizada por ‘amor’ em oposição ao dinheiro (Arruza, 2019, p. 108-109).

Apesar de mencionarmos que as mulheres entrevistadas relatam o acesso ao amor através do cuidado, para com os seus, e respeitarmos essa sentimentalidade como um direito que foi historicamente negado ao povo negro em detrimento de sua animalização, também problematizamos a percepção que as mulheres têm, de um modo geral, da sobrecarga de trabalho (produtivo e reprodutivo) que exercem em sociedade.

> Dentro da lógica do patriarcado, a internalização da função de cuidadora por parte das próprias mulheres é extremamente necessária para a manutenção desse sistema de dominação de gênero. O que torna muito plausível que

> sejam as mulheres, acima de tudo, aquelas que entendem como função da família – lembrando sempre que a função de cuidado na família recai sobre as mulheres da família – o papel de cuidar das crianças, dos idosos, das pessoas com necessidades especiais (Vasquez & Falcão, 2019, p. 391-392).

O fragmento acima nos pareceu dialogar com a fala de Margarida, quando esta nos diz que deixou o trabalho formal de empregada doméstica porque o cuidado com os filhos (trabalho não remunerado) estava ficando de lado. Contudo, a cooperativa de alguma forma lhe possibilita conciliar o cuidado doméstico com o trabalho de catação na cooperativa.

> [...] Comprava 10 cartelas de danone pra eles quando saía do trabalho. Era toda semana 10 cartelas, então eles tavam amando, mas eu não tava dando o que eles tava precisando que era atenção, tava vindo mensagem todo dia da diretora falando que não estava fazendo tarefa de escola. A minha sogra não sabe ler, então não tinha muito como ensinar, então tipo assim, era tudo nas minhas costas. Então, tipo assim, eu achei que eu tava sobrecarregada em relação a trabalho, esse tipo de trabalho, porque não é o trabalho em si é esse tipo de trabalho com horário para entrar e para sair coisa que eu não tinha na Cooperativa (Margarida, p. 11).

Margarida, neste diálogo, com as autoras Saffioti (1976) e Federici (2017), evidencia como o advento do capitalismo operacionando dentro da lógica do patriarcado cria um ambiente extremamente adverso para as mulheres. Neste contexto incidiu em todos os sentidos sobre a mão feminina no trabalho, desde a exploração da reprodução social.

Contudo, é importante salienta que quando falam da mulher, sua inferiorização é dado pelo “[...] o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (Saffioti, 1976, p. 21). Nesse sentido, para elas, a sociedade

> captura a mão de obra feminina necessitando dela até porque necessita dela para a acumulação de capital, mas muito inferior se comparada às sociedades pré-capitalistas, em razão da concentração do contingente feminino no trabalho reprodutivo. Foi no século XIX que a ideologia da feminilidade aglutinou uma massa feminina para os lares, ao passo que foi ratificado o papel da mulher enquanto esposa, mãe, mulher protetora e parceira (Soares, 2023, p. 34).

Todavia, é importante lembrar que por tratar de mulheres negras, esse modelo pensado sobre “mulher” formulado pelas feministas brancas não nos serve.

Embora explique as relações da exploração e manutenção do lucro no capitalismo através da exploração do trabalho produtivo e reprodutivo, escondido nas franjas do cuidado e do amor materno. Contudo, essa experiência precisa ser vista pelas lentes amefricanas, pois a “ideologia da feminilidade” não atende às mulheres trabalhadoras e, particularmente às indígenas e negras latinas como nos lembra Lélia González (1984).

Nesta conversa, Angela Davis (2016), nos alerta sobre a importância de continuar lembrando que mulheres negras não precisaram ir às ruas pelo “direito de trabalhar fora”, como as feministas brancas. Mulheres negras sempre tiveram papel ativo na produção e na reprodução, principalmente, durante a escravidão para a reprodução de novos escravizados e ocupando trabalhos que exigiam força igualmente às dos homens negros.

E, no que tange à mão de obra, eram igualmente exploradas, sendo as mulheres negras escravizadas, inclusive as que pariram os filhos dos escravizadores, fruto dos estupros, sendo também responsáveis pelo trabalho doméstico, como mucamas e as famigeradas *mães pretas* (Gonzalez, 1984).

Figura 33: *Mãe Preta* - Óleo sobre tela de Lucílio de Albuquerque - 1912



Fonte: Acervo Museu de Arte da Bahia (1912).

Utilizamos a pintura em questão *Mãe Preta*[56] aliada ao provérbio africano "*quem não conhece a raiz não chega até o topo",* que chegou ao nosso conhecimento através das sobrevivências e reinvenções do povo negro, para nos auxiliar na reflexão que tentaremos fazer no que tange á maternidade negra na construção da subjetividade das entrevistadas.

O provérbio sinaliza que a não ser que se vá a profundidade é impossível compreender o que está em um nível mais acima. Dessa forma, entendemos que analisar as condições da maternidade negra apenas pelo viés da reprodução social, na fabricação da mão de obra, para a exploração e manutenção do capitalismo é cair no lugar comum que historicamente vê vidas negras apenas pelas lentes da animalização dos seus corpos.

Segundo Lélia Gonzalez (1983), foi por meio da figura da ama negra, da mãe preta, o momento em que pela primeira vez as mulheres negras foram vistas como uma imagem positiva de bondade e ternura. Até "*vira gente"*, mas assim abre o debate sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) e logo, de novo, chegam a uma conclusão pessimista sobre ambos, como:

> essas mulheres viviam em situação de opressão como escrava sofrendo todas as consequências desse lugar de mulher negra jovem, e estando neste lugar a sua função ultrapassa a de amamentação, sendo ela, também chamada de mãe preta, na ampla função criando os filhos dos fazendeiros, sendo o seu objeto para a iniciação sexual e consequentemente eram estupradas pelos homens da casa (pais e filhos), e que também engravidava, aliás ela precisava engravidar para a produção do leite, e por muitas vezes tinham que abortar, pois o leite produzido por elas era de exclusividade das crianças brancas (Goes, 2016, p. 3).

De acordo com bell Hooks (1995), o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da mulher negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela existe principalmente para servir aos outros, aos brancos essencialmente. Elas foram amputadas em diferentes formas e colocadas sistematicamente enquanto reprodutoras, não necessariamente mães de seus filhos, mas comumente enquanto a mãe preta de crianças brancas, a doméstica.

---

[56] Feita duas décadas depois da lei que extinguiu, oficialmente, a escravidão no Brasil, do autor piauiense Lucílio de Albuquerque, apesar de não ser uma iconografia rara da escravidão no Brasil (Freitas, 2019).

Entender a maternidade negra, e aqui, principalmente a sua invisibilização requer uma análise profunda da construção do sentido dessa maternidade (ou não maternidade) a partir da experiência ancestral das mulheres negras escravizadas. Nessa paisagem, é primordial relembrar que múltiplas faces das agências de mulheres negras na escravidão as acompanharam no pós-escravidão. Essas imagens se imbricam em um *continuum* que aponta para um horizonte de resistência e direito à uma humanidade que nunca chegou a elas como uma condição natural.

> Mulheres negras cumpriam funções que estavam para além do trabalho exaustivo a que estavam submetidas, elas eram em sim mesmas, em seus corpos, uma parte da estrutura reprodutora da escravidão, essas mulheres tinham a função de gerar mais escravizados, de alimentar com seu próprio corpo os filhos e filhas daqueles que lhes escravizavam, crianças que um dia teriam o direito de posse sobre elas mesmas, e nesse contexto, para isso era necessário afastar-se dos próprios filhos e filhas que em pouco tempo estariam aptos para a comercialização. As mulheres negras pariam, mas não tinham a oportunidade de serem mães (Santiago, 2019, p. 2).

Ou seja, a gravidez forçada, o trabalho da reprodução social e mais o trabalho doméstico impedia mulheres negras de acessarem o dispositivo da maternidade afetuoso, transformando seus corpos em matrizes reprodutoras, assim como animais de comercialização. Além das que precisavam deixar seus filhos famintos para alimentar os filhos da sinhá.

Brandão (1996) diz que o processo de abolição da escravatura no Brasil, perversamente construído sem a intencionalidade de concretamente inserir o povo negro recém liberto no projeto de Nação, vai demarcar de maneira profunda no imaginário dos próximos séculos o que significa a maternidade das mulheres negras.

> A partir da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) na qual estabelece, antes de tudo, a condição de objeto inerente a essas mulheres, que desumanizadas são assim fatiadas, tendo parte do seu corpo emancipado, seu ventre, seu útero e reiterando seu lugar de estrutura reprodutiva, ainda assim, tem-se a compreensão reiterada de que a maternidade não é o caminho, ao se libertar as filhas e filhos e não a mãe tem-se a construção eficaz de uma ideia de que entre uma mulher negra e suas filhas e filhos não há relação, não há amor, porém mais do que isso, vai estabelecer que o projeto de Nação determina que o lugar das crianças negras é a institucionalização e a exploração de seu trabalho (Brandão, 1996, p.15).

Conceição Evaristo (2005) foi quem contemporaneamente chamou atenção para a quase ausência da representação da maternidade, pela positiva, da mulher negra principalmente no campo literário do país e, colaborando com a reflexão

desenvolvida até aqui, escreveu que quanto à mãe preta, aquela que causa comiseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus.

> A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral. Personagens negras como Rita Baiana, Gabriela, e outras não são construídas como mulheres que geram descendência.
> [...] Observando que o imaginário sobre a mulher na cultura ocidental constrói-se na dialética do bem e do mal, do anjo e demônio, cujas figuras símbolos são Eva e Maria, e que o corpo da mulher se salva pela maternidade, a ausência de tal representação para a mulher negra acaba por fixar a mulher negra no lugar de um mal não redimido (Evaristo, 2005, p. 2).

Ou seja, mata-se no discurso literário a sua prole, ou melhor, na ficção elas surgem como mulheres infecundas e, portanto, perigosas (Evaristo, 2005, p. 2). Nessa intenção, Evaristo salienta e aprofunda a reflexão que tem como núcleo os vínculos entre um projeto nacional excludente e a literatura.

Conforme sublinha Sônia Roncador (2008), a teoria por trás da literatura, propôs-se a delimitar o estudo no que se refere à maternidade de mulheres negras. Somando-se ao estereótipo da “mulata”, a “mãe preta” foi a outra forma com que a mulher negra passou a ser representada principalmente pela literatura alçada à condição de nacional no Brasil. Contudo, em ambas, as representações, anulam a

> possibilidade de que essa mulher seja representada subjetivamente enquanto mãe, pois na medida em que, num dos casos ela é estéril (conforme indica o termo “mula”, do qual deriva “mulata”, que se refere à espécie resultante do cruzamento entre um cavalo e um jumento) no outro, sua relação com o próprio filho é invisibilizada. Ainda, a inserção do elemento “preta” como caracterizador da ideia (tão essencializada) de “*mãe”* demarca com intensidade a racialização e a posição subalterna atribuída à mulher negra, formalizando um sistema em que a justaposição dos dois termos gera um curto-circuito semântico (Roncador, 2008, p. 129-152).

Todo esse resgate histórico nos faz compreender as visões do que pode significar a maternidade nas trajetórias negras, ou como a falta de mães negras como referências pautadas pelo afeto, amor e cuidado, conforme Conceição Evaristo, poder impactar, inclusive, na criação da imagem que essas mulheres têm sobre si e sua maneira de maternar

> Minha mãe fala assim: Ah! M, você faz o que você pode e o que você não pode. Como consequência é com consciência a minha com eles ou assim porque eu não sou uma boa mãe, então assim eu não nasci para ser mãe,

> mas tipo eu acho que pelo como criei meus irmãos eu acho que eu não tinha que ter tido, mas tipo assim eu tive né? Eu tive até mais demais pro meu gosto, mas tá aí, mas eu acho que eu não deveria ter sido mãe (Margarida, p. 11).

A maternidade intersecciona a vida e o cotidiano das mulheres entrevistadas em boa parte das histórias de vida compartilhadas, de alguma forma a construção dessa maternidade, para nós, indica contribuir para que essa "mãe solteira" se mova em diversas direções nas avenidas identitárias de suas trajetórias, em nome dos filhos.

> [...] Eu nunca tinha visto aquilo na minha vida apesar de ter passado muita fome, necessidade ter dormido na rua tudo isso, aquela experiência ali, aquilo ali não. Eu sumi de lá [lixão] continuei caçando emprego falei que aquilo lá não era para mim. *Continuei procurando emprego, emprego, emprego, não consegui, e tinha quatro filhos pequenos, aí morando debaixo do mesmo teto que meu pai, que era insuportável, foi aonde que eu voltei para lá pro lixo* (Violeta, p.8).

> *nós que temos filho tem que pensar nos nossos filhos, eu penso muito nos três filhos que mora comigo*, o outro já tá casado, é pai de filho, entendeu? [...] Tal de droga é complicado. *Eu parei aqui [cooperativa] por causa dele, que ele só vivia preso* no DEGASE, desde os 16 anos ele tem passage. 10 passagens na delegacia de Guarus. Aí eu parei aqui por causa disso, que não tinha condições de toda semana poder ir para o DEGASE que tinha que levar, sabonete, pasta de dente, alimentação para ele, e eu não tinha condição (Dália, p. 7).

Conforme os grifos em itálico nos trechos das entrevistas, tanto Violeta quanto Dália, atribuem à necessidade que gira em torno dos filhos os motivos pelos quais foram parar no trabalho do Lixão ou na cooperativa. A primeira para tirar os filhos pequenos debaixo do mesmo teto que o pai - por questão de alcoolismo, violência e abuso - e a segunda devido ao filho encontrar-se detido no centro para menores. As vontades dessas mulheres parecem girar em torno das necessidades dos filhos, elas se movem em torno de uma maternidade que as impulsiona na direção de saídas imediatas, frente às necessidades imediatas.

Outra questão que chamou nossa atenção gira em torno do ideário de maternidade construído na experiência coletiva com outras mulheres. A rede é composta por mãe, irmã, tia, sogra, professora… a rede de apoio encontrada é sempre feita de outras mulheres "[...] vim ter ele aqui para ter ajuda da minha mãe e da minha sogra. Agora, o Davi nasceu lá porque a minha mãe estava lá. Então ele nasceu lá, entendeu?" (Margarida, p. 8). O que nos faz relacionar essa questão do cuidado e proteção com o aquilombamento no sentido de que

> [...] o aquilombamento feminino é historicamente comum na diáspora africana e serve para nos fazer compreender como ferramenta de afeto, bem viver e acolhimento principalmente para mulheres que enfrentam a maternidade sem a presença do pai da criança (Nunes, 2023, p.1).

Margarida atribui à mãe Violeta o que ela considera importante para uma maternidade que é “ser responsável” ao mesmo tempo em que se sente sobrecarregada com a tarefa do cuidado na vida escolar dos filhos, no trabalho invisível não remunerado do cuidado[57] (Federici, 2019).

> [...] eu devo muito a ela [mãe] a responsabilidade que me deu, [cuidar dos irmãos] entendeu? É tanto que eu sou muito responsável com meus filhos, muito responsável. Eu saí do trabalho justamente por causa disso, eu sentia que eu não tava dando conta deles [...] (Margarida, p. 12).

As histórias de vida compartilhadas no tangente à maternidade não dialogam apenas com o maternar como resistência ao direito historicamente negado às mulheres negras, inclusive de amamentar os filhos paridos, relaciona-se também com a infância e o direito a ela. Essa é outra questão que intersecciona a vida das entrevistadas e está intimamente relacionada com a formação de suas subjetividades.

Para a UNICEF (2022), diversos são os estudos científicos que têm demonstrado que as primeiras experiências vividas na infância, bem como intervenções e serviços de qualidade ofertados neste período, estabelecem a base do desenvolvimento. Ou seja, o que acontece nos anos iniciais da vida é fundamental para o desenvolvimento integral de meninas e meninos, de modo que é preciso que haja investimentos nesta fase para que estes impactos sejam positivos para toda a sociedade.

Contudo, quando perguntado sobre a infância, boa parte das entrevistadas relataram não terem tido infância. Fosse em detrimento do trabalho, ou pela falta do básico (comida). Não sobrando para o brinquedo ou para usufruir de uma infância pautada no brincar, como é o caso de Violeta, Dália e Camélia.

> [...] meu pai me tirou do colégio para mim trabalhar, o pai ele tirou com 12 anos para trabalhar, mas eu gostava de estudar, de ir para escola, poder sair, brincar. Brinquei pouco, não podia sair (Camélia, p. 3).

---

[57] Cuidado conceituado enquanto aquilo que ocorre em ato, na relação, enquanto acontecimento (Merhy, 2006).

> [...] Minha infância foi de trabalho, que a gente veio e fomos trabalhar no lixão, então eu não tive infância, foi no trabalho, só trabalho, aí depois eu saí de casa, saí cedo, fugi pra casar com 14 anos, então não tive infância. Não sei nem o que é infância (Dália, p. 2).

> [...] não foi uma infância muito de ter brinquedo favorito não. Foi muito difícil. Pelo que eu me lembre é uma família de muitos traumas, alcoólatras, né? Minha mãe e meu pai eram alcoólatras e muita violência doméstica também. Então a gente não tinha tempo para brincar, a gente não tinha tempo para curtir um brinquedo para se divertir, a gente mal tinha que comer [...] (Violeta, p. 4).

O relatado pelas entrevistadas confirma os estudos sobre "*Trabalho Infantil e o Trabalho Infantil Doméstico no Brasil"*, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI- realizado em 2019, que aponta que das 3,187 milhões de crianças em situação de trabalho infantil, 1,99 milhão (62,5%) são negras, tendo o estado de Roraima com o maior percentual de crianças negras trabalhando, o equivalente a 92,3% (FNPETI, 2019). Ou seja, crianças e adolescentes negras e negros, são a maioria das crianças em situação de trabalho infantil.

Para Oliveira (2017), é comum a sociedade naturalizar a ideia de que a criança negra trabalhe, porque isto está profundamente relacionado com a herança escravista, pois "[...] Na época colonial, a abolição da escravidão ocorreu de uma forma que chamamos de abolição inacabada".

Para o especialista, não há indignação social a respeito de uma criança negra trabalhando, pedindo esmolas ou limpando vidros por ainda existirem os mitos, como "o trabalho educa" e "é melhor do que roubar", onde a criança negra, neste contexto, passa a ser olhada como mão de obra e não como cidadã, ao passo que a criança branca tem a imagem ligada ao brincar.

Não podemos esquecer jamais que nosso país carrega um histórico de quase 400 anos de escravidão. Cujos valores e a forma como as relações sociais se deram no pós-abolição, mais as políticas e a distribuição de oportunidades da forma que aconteceram fizeram com que a população negra continuasse às margens, cuja principal função foi servir aos brancos e abastados. Ou seja, sendo o racismo um elemento fundamental na forma de organização da vida do Brasil, mesmo depois do fim da escravidão, pessoas negras continuaram a ocupar os espaços de mais insalubridade e menos direitos.

É fundamental lembrar que as pessoas escravizadas não tinham o status sequer de ser humano, sendo consideradas sem alma. Cujos corpos jamais tiveram o mesmo valor que os brancos fazendo com que pessoas negras fossem subjugadas e exploradas em todos os ramos de atividade no Brasil. Neste sentido, corpos de crianças negras não seriam tratados de outra maneira.

Outro dado alarmante atestado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020, p. 323), aponta que negros/as representam 78% das crianças de 0 a 19 anos vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil. Em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras é maior do que o número de vítimas brancas. Ou seja, há um processo explícito de extermínio de pessoas negras, e as crianças não escapam dessa conjuntura, ora pela negligência, ora pela ação ativa do Estado.

O diálogo com Eliane Brum (2016), autora do texto '*Mães Vivas de Uma Geração Morta'*, nos leva a refletir também sobre como se constrói a maternidade e as infâncias de parcela da população que convive com a violência, principalmente do Estado. A partir desse cenário, é importante problematizarmos a questão da maternidade e das infâncias negras frente às políticas de proteção, principalmente a Política de Assistência Social.

Nesse *continuum,* refletimos a partir da tríade cuidado, racismo e violência e de "pequenas" mortes do cotidiano, que se dão pelo acirramento da desigualdade social que em nosso país está intimamente ligada ao racismo estrutural. Nesta paisagem, pessoas negras e indígenas encontram-se sempre em desvantagem quanto à população branca.

Desta forma, corpos negros, desde a abolição formal da escravidão, não são tratados como humanos, mas encontram-se divididos em: os que podem ser usados

como força de trabalho (forçado ou precarizado) ou os corpos matáveis. Nesse cenário, biopolítica[58] de Foucault encontra a necropolítica[59] de Mbembe.

Neste cenário *bio* e *necropolítica,* encontram as vozes das mães negras de *Manguinhos*, das *Mães de Maio*, das mães das *Meninas de Guarus*, das mães do lixão e das mães de todas as regiões em guerra com o Estado. Nesse sentido, as mortes às quais nos referimos estão relacionadas também com as faltas cotidianas: de acesso a políticas públicas, serviços precários, poucas oportunidades, encarceramento em massa, subempregos, mortes violentas etc., como descreve a entrevistada abaixo:

> Foi tiro pra caralho, tipo assim o menino tava com a namorada sentada no colo, tipo assim, eu sei porque eu passei, eu vinha da igreja, passei e a gente entrou, aí tava com a namorada estava no colo dele assim beijando na boca da menina… menina você sabe o que eles fizeram? Pô tiraram a menina do colo dele! carai! tipo assim, não é com você, não. Sai daqui, deu mó empurrão na menina, ela não pegou nem um tiro de raspão. A menina não tomou nenhum tiro nem de raspão e o menino tomou foi tiro! E sabe quem levou ele para o hospital? A mãe dele. A própria mãe … a mãe dele botou o carro para fora, botou ele no carro e levou (Margarida, p. 16).

Em sua fala, Margarida revela o testemunho de uma experiência que, infelizmente, se tornou cotidiano para mulheres, principalmente mães negras periféricas do Brasil. Refletindo que os responsáveis por essa dor, quer no momento da sua execução, quer na informação sobre a morte, quer no desfecho de um sepultamento como indigentes são representantes do Estado brasileiro. Esse sofrimento ganha uma dimensão de injustiça que nenhuma pessoa branca é capaz de medir, o que também é visto quando Margarida relata outra situação:

---

[58] O filósofo francês Michel Foucault compreende a biopolítica como uma forma de manifestação de poder por meio da qual os mecanismos da vida biológica dos seres humanos são incluídos na gestão política de um Estado, passando a ser gerenciados e administrados. A biopolítica tem como foco estabelecer mecanismos de controle que não mais incidirão sobre corpos individuais, mas sobre populações, estabelecendo censuras entre diferentes grupos sociais de acordo com o interesse político almejado. Nesse sentido, o conceito de biopolítica assume especial relevância para a interpretação e esclarecimento de fenômenos da contemporaneidade como, por exemplo, a situação do sistema penitenciário brasileiro e a violência e a seletividade que permeiam este espaço (Silva, 2018, p. 29).

[59] Uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar, por meio de ações ou omissões (gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência, em condições de vida precárias, por exemplo), quem pode permanecer vivo ou deve morrer. [Termo cunhado pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe, em 2003, em ensaio homônimo e, posteriormente, livro.]

> [...] O menino que mataram, o corpo dele ficou de 3 horas da tarde, que eles mataram, chegaram a matar, né? Mataram 3 pessoa. Um deles totalmente inocente! cara! Inocente totalmente. Ele tava fazendo festa, foi comprar carne para o aniversário dele. Menino, mataram e outra coisa, mataram o menino, mataram o menino na covardia. E o corpo, só foru tirar o corpo do menino no outro dia, cara! A família ficou a noite todinha vendo o sangue do menino, tipo assim, até a última gota de sangue sair do corpo do garoto, que é isso? Deus me livre! (Margarida, p. 17).

Sobre isso, Raquel Passos (2020) traz importantes contribuições, ao falar sobre ao mesmo tempo que existe uma maternidade compulsória e imposta às mulheres, há também o extermínio dos seus filhos. Contudo, apesar da imposição, nem todas podem usufruir das dores e delícias da maternidade, já que, desde o sistema escravocrata, há o sequestro e o aniquilamento dos filhos das mulheres negras, que se estende até hoje pelas periferias, visto que são os seus filhos, as principais vítimas de homicídio no Brasil (IPEA, 2021).

Gráfico 6: Atlas da Violência – 2021



Fonte: IPEA 2021

O gráfico evidencia quem são os indivíduos que não têm a chance de concluir a vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem.

Evidenciando que o descompromisso com a juventude está comprometendo o futuro da nação.

Achille Mbembe (2019) explica:

> O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra. Pode, ainda, se apropriar de uma máquina de guerra ou ajudar a criar uma. As máquinas de guerra funcionam por empréstimo aos exércitos regulares, enquanto incorporam novos elementos bem adaptados ao princípio de segmentação e desterritorialização. Tropas regulares, por sua vez, podem prontamente se apropriar de certas características de máquinas de guerra (Mbembe, 2019, p.54-55).

O Estado que deveria ser garantidor de proteção social é o primeiro a transformar-se em máquina de extermínio. Nessa conversa entre Passos (2020) e Mbembe (2019), podemos concluir que o Estado brasileiro é uma máquina de guerra, dirigida aos jovens, negros e pobres e periféricos, onde o Estado aponta duas formas de resolver o problema social da criminalidade: A morte ou a prisão, se levarmos em conta os dados da população carcerária brasileira não permitem outra conclusão senão a de que estamos em uma guerra civil, com 59.041 homicídios por ano (BRASIL, 2019).

Neste sentido, podemos concluir que crianças e adolescentes negras e negros no Brasil vivem uma morte em vida, onde o Estado Brasileiro sistematicamente decide quem são as crianças e adolescentes que podem viver, ou são deixadas para morrer. Os dados apresentados acompanham a evolução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em suas mais variadas formas, e não deixam espaço para dúvidas no que diz respeito ao fato de que nunca houve de fato proteção para crianças negras no Brasil.

Para Santiago (2022), desde o tráfico transatlântico até o presente momento, o Estado Brasileiro tem adotado uma série de ações de implementação de uma necropolítica, que subalterniza, encarcera e mata meninas e meninos negros. Neste intuito, se faz necessário pensar a “infância negra” com urgência, pois a construção social de uma ideia de não-criança para meninas e meninos negros no Brasil precisa acabar.

Dessa forma, é necessário voltarmos ao passado e recomeçarmos ações para a construção de uma ideia de infância que permita a meninas e meninos negras e negros a vivência de uma vida em sua plenitude e que estes possam ter o

direito de viver, de reposicionar socialmente a percepção que têm de si em sua inteireza e humanidade.

Além de outros e muitos fatores que interferem nas infâncias, e que precisam ser revistos, assim como muitos outros, só podendo ser solucionados com políticas específicas e localizadas. Voltar os olhos para África, e resgatar tecnologias de cuidados tradicionais afrodiaspóricas, pode ser um caminho para fortalecer e garantir a existência das futuras gerações negras. Mesmo não sendo suficientes, já abre possibilidades para mudanças.

Marlene de Araújo e Nilma Lino Gomes (2015), nos convidam a refletir sobre ações em prol das crianças em tempos em que as vidas destes desde a tenra idade são impulsionadas a lutar pela sobrevivência, pela própria vida e pela (re)existência. Neste contexto, as crianças precisam ainda mais serem ouvidas a respeito de como têm lidado com os processos que as desumanizam.

A partir da compreensão que as infâncias e as crianças estão cada vez mais sob ameaça, é necessário um comprometimento da vida e constituição de processos emancipatórios no futuro que se gesta. É preciso na nossa vivência do tempo presente articular justiça curricular, social, política e cognitiva como formas de luta e resistência contra as desigualdades e injustiças na busca pelo bem-viver.

Nesse sentido, educadora Carol Adesewa (2022), nos alerta que estratégias de recentralização das narrativas de África são importantes para educação de crianças negras já que vivemos em uma sociedade estruturalmente desigual e tensionada pelo racismo, que tangencia as demandas das mulheres pretas e de toda a sua comunidade. Em contraponto a essa cultura individualista ocidental.

Outra categoria de análise que pudemos captar nas entrevistas de história de vida se relaciona com a violência, tanto externa, quanto a violência doméstica, é outro fator que acompanha as trajetórias dessas mulheres. Seja a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, impedimento de acessos etc., também se encontram presentes nas vidas das histórias dessas mulheres podemos destacar da fala de Margarida na relação com o pai, o tio e o avô e de Violeta com um de seus ex-companheiros:

> [...] Eu já saí na porrada com meu pai, com 12 anos. Eu desloquei isso aqui dele [o ombro] com um chute. Eu caí na porrada e destrocei isso aqui dele

> com um chute que ele queria me bater eu falei “tu não me dá nada, que direito você acha que tem de me bater?” Ele pegou o chinelo e veio, e eu só dei um Vrrum, nos peito dele. Tomei um soco na cara do meu primo de 2 metros porque eu dei um tapa na cara da minha tia que veio para cima de mim nessa hora, mas não interessa, também não abaixei a cabeça para ninguém, isso com 12 anos (Margarida, p.10).

> [...] com seis anos de relacionamento ele se envolveu com cocaína ficou perdido no mundo então ajudei ele como pude por dois anos. Dois anos à frente vi que não ia ter jeito aí eu pedi separação e a gente foi se separou e depois disso ele me deu uma surra quase me matou (Violeta, p. 7).

Os trechos nos levam a perceber a dimensão de uma realidade que não difere da realidade de outras mulheres no Brasil. A quarta edição da pesquisa *“Visível e Invisível”*[60] lança luz sobre a vitimização de mulheres no Brasil ocorrida nos últimos anos. O levantamento, divulgado em março (2023) aponta para um agravamento em todas as formas de violência contra a mulher. De acordo com a pesquisa, o percentual de vítimas de violência sexual é similar entre todos os grupos.

> [...] eu acho que o meu relacionamento com meus filhos é mais de evitar que eles passam pelo que eu passei em relação tipo assim, eu já fui abusada pelo meu tio tipo assim não não chegou a ser, mas tipo assim de passar a mão, de dar de dar B.O de meu pai se meter, mesmo assim é de família, meu avô também é e não foi só eu, ele também abusou dele [irmão] (Margarida,p. 10).

O relato de Margarida sobre a exposição diante da violência de cunho sexual é triste realidade que acompanha meninas e meninos negras/negros. Onde a maioria das vítimas de abuso e exploração sexual são crianças negras[61]. Entre mulheres brancas, 21,9% afirmam que foram vítimas de ofensa sexual, ou tentativa

---

[60] Encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública junto ao Instituto Datafolha e com apoio da Uber, a pesquisa mostra que mais de 18 milhões de mulheres sofreram alguma forma de violência em 2022. Em comparação com as pesquisas anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado. A pesquisa ouviu 2017 pessoas, entre homens e mulheres, em 126 municípios brasileiros, no período de 9 a 13 de janeiro de 2023.

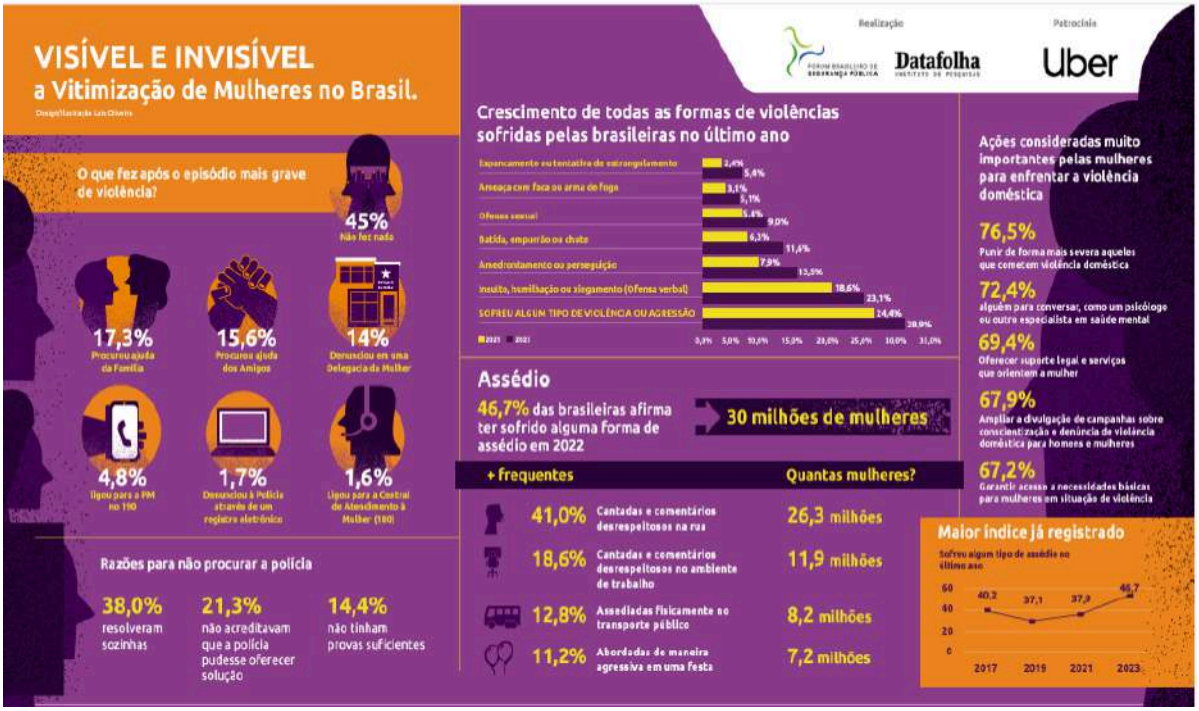
[61] Informações do Disque Direitos Humanos (Disque 100) indicam que houve um aumento no número de denúncias no primeiro semestre de 2021, em relação ao primeiro semestre de 2020. Foram 5.106 violações registradas de janeiro a maio deste ano, contra 3.342 no primeiro semestre do ano passado. Do total de denúncias realizadas nos últimos meses, 83,87% foram contra meninas e 57,73% contra crianças e adolescentes negros. Em relação à exploração sexual, de acordo com um cálculo realizado pelo Instituto Liberta, 75% das vítimas são meninas e, entre elas, 55,8% têm entre 12 e 14 anos e 13,6% têm entre 8 e 11 anos. Ainda de acordo com a organização, a maioria é negra (Ribeiro, 2021).

forçada de manter relação sexual quando não queria por algum parceiro ou ex-parceiro —entre negras, o número é similar, de 20,1%.

No caso de violência física, como relatado por Violeta, o cenário é outro. Os dados revelam que 45% das mulheres negras afirmam que já sofreram alguma violência ou agressão ao longo da vida, número que cai para 36,9% entre brancas. A diferença continua no caso de violência física severa, enquanto 6,3% das negras afirmam que já foram vítimas de espancamento, conforme Violeta relatou. Enquanto 3,6% das brancas sofreram esse tipo de ataque. A proporção de negras que tiveram negado o acesso a recursos básicos —como assistência médica, comida ou dinheiro, por algum companheiro ou ex-companheiro— é de 10,9%, também maior do que entre mulheres brancas (7,1%).

Gráfico 7: Dados da pesquisa Visível e Invisível -2023





Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os dados em conversa com as entrevistadas nos levam a refletir sobre a disparidade da violência física contra mulheres negras como sendo mais uma evidência do racismo estrutural (Almeida, 2017) que assola o Brasil. Entre as recomendações do Fórum diante deste cenário está a garantia do acolhimento e a ampliação da capacidade de abrigar mulheres em situação de violência e seus dependentes.

Para Brandão (2023), o que chama a atenção é que essas mulheres têm mecanismos que estão disponíveis, mas que não estão acessíveis, pois além de massacradas por essa violência, elas estão sendo completamente silenciadas de qualquer maneira de sair desse ciclo, que acaba se naturalizando.

> [...] Ela é vítima porque é mulher, negra e o corpo é objetificado. Além disso, muitas vezes, a sociedade tem a leitura equivocada que a mulher negra é aquela que 'aguenta o tranco'. Ela não tem um espaço para ser respeitada como uma mulher com direitos a serem conservados e acaba sendo mais suscetível do ponto de vista de violação de direitos (Brandão, 2023, p.1).

Em Campos dos Goytacazes, segundo a delegada titular da DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento - Madeleine Dykeman, no primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano passado, a unidade aumentou em 73% o número de representações por medidas protetivas,

90% no número de prisões e 99% no número de inquéritos finalizados, o que fez com que a unidade deixasse o sexto lugar e assumisse o primeiro lugar de produtividade no DGPAM - Departamento Geral de Proteção à Mulher - em comparação às Delegacias de mesmo porte.

Em termos de políticas para essa questão, em Campos, a subsecretária Josiane Viana lembra que desde que foi criado em 2021, o CEAM - Centro Especializado de Atendimento à Mulher / Mercedes Baptista - já realizou mais de dois mil atendimentos. O referido centro oferece atendimento psicológico, jurídico e social, além de incentivar a capacitação para que as mulheres possam conquistar independência financeira, contribuindo para que saia do ciclo de violência.

Contudo, essas políticas ainda se mostram ineficazes com as mulheres negras, que estão na “ponta da lança”. Nesse sentido, é preciso que políticas estejam mais especificadas e conectadas para que essa população saia do topo da lista [de mais violentadas], pois “[...] no afã de se universalizar a questão da violência contra a mulher, muitas vezes se esquece que as pautas das mulheres negras diferem muito das questões do feminismo mais clássico e voltado para as mulheres que estão antenadas em outras questões” (Brandão, 2023, p.1).

Cruz (2015) afirma que para solidificar políticas públicas, é necessário reconhecer a violência como um fenômeno multifacetado e possibilitar qualificação permanente para romper barreiras de acesso sustentadas pelo patriarcado, machismo, racismo, misoginia e também pela LGBTfobia. Assim, podemos concluir que a maternidade dessas mulheres se constrói na resistência à negação de uma maternidade negra marcada pela reprodução social, pela violência do Estado, pela precarização, pela renúncia, pela fome, mas também pelo afeto.

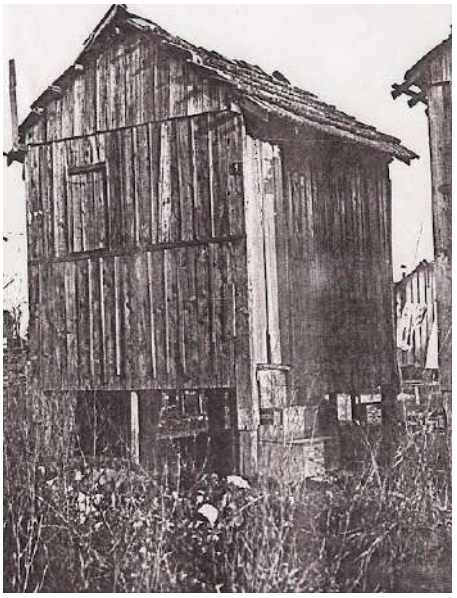
A falta de acesso à moradia é outra categoria de análise que marca a vida dessas mulheres. Na busca pelo teto a fim de garantir proteção a si e aos filhos, Margarida revela a forma criativa de resistência à vulnerabilidade e enfrentamento ao racismo arquitetada pela mãe, Violeta. A fim de driblar a falta de moradia que os colocava em situação de “humilhação e sufoco” (Margarida, p. 7) em todos os aspectos, a perspectiva de horizonte encontrada para proteger a si e os filhos, não apontava para nenhum benefício, projeto político ou política pública ou social de moradia oferecido pelo governo.

A saída apontada indicava o lixo e o que nele achava, tendo a maternidade como mola que impulsiona na perspectiva de ter para si um território, ainda que um barraco de um cômodo só, feito de madeira achada no lixo e de tecidos velhos, sem banheiro, sem água e sem a seguridade prometida no artigo 6.º da Constituição da República.

> Era um cômodo só não tinha banheiro pra fazer as necessidades. Fazia dentro do balde aí minha mãe falava assim “ó sai todo mundo de casa que a gente vai fazer nossa necessidade”, aí todo mundo saía e botava no baldezinho lá era assim que a gente fazia.
>
> [...] Não tinha como tomar banho aí tomava banho debaixo de chuva debaixo de sol do lado de fora a gente de roupa e tomava banho na bica da chuva, bica, bica mesmo colocava o baldezinho lá e aparava, era assim que a gente fazia. A água era gelada! Essa era nossa realidade (Margarida, p. 7).

O trecho da trajetória vivida nos leva a refletir sobre a não efetivação do direito à moradia como um entrave social do Brasil. Imerso em várias facetas comumente vinculadas à ausência de infraestrutura, transporte, saneamento básico deficiente, exposição a enchentes, desmoronamentos etc. Considerado um direito fundamental de cidadania, a negação do direito à moradia implica a negação de acesso a diversos outros direitos. Assim, podemos vislumbrá-la como um fator condicionante à manutenção do racismo, especialmente no Brasil.

Figura 34: Casa de Carolina Maria de Jesus. Um barraco feito de tábuas, coberto com lata, papelão e tábuas, na então Favela do Canindé



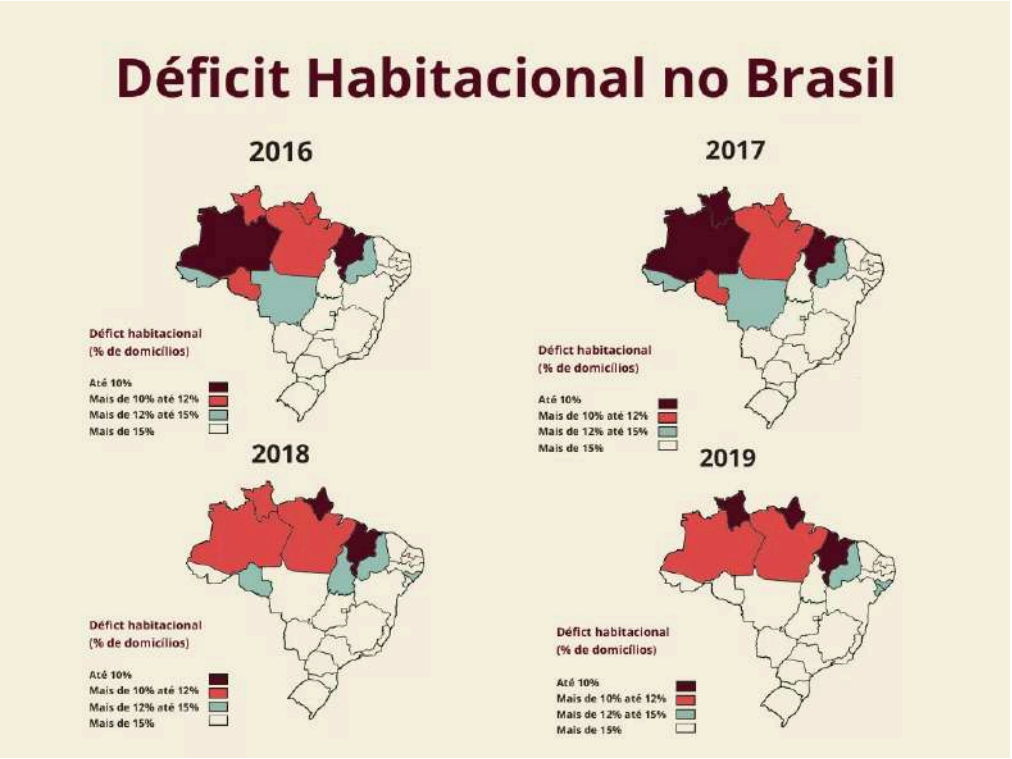
Fonte: Arquivo J*ornal Última Hora* (27.5.1952).

A falta de moradia não é uma triste realidade vivenciada apenas por Margarida e sua família, ou por Carolina de Jesus, quando, assim como Violeta, também construiu um barraco de um cômodo só para viver com os filhos com o material que coletava no lixo. A falta de moradia ainda é um dos mais graves problemas sociais do Brasil, conforme levantamentos realizados pela Fundação João Pinheiro (2019).

O levantamento, indicou que em 2019 o Brasil registrou um déficit habitacional de 5,8 milhões de moradias, onde as habitações precárias representam cerca de 8% do número total de domicílios do país (Fundação João Pinheiro, 2019). Nesse cenário, numericamente maioria na população brasileira (IBGE, 2022), mulheres como Violeta e Carolina de Jesus acabam por ser as grandes impactadas pelo déficit habitacional dado a intersecção de gênero e cor/raça.

A análise da pesquisa realizada pela fundação citada, aponta que as mulheres foram as principais responsáveis pelos domicílios caracterizados como déficit habitacional entre os anos de 2016 e 2019, em todos os componentes avaliados. No ônus excessivo, aproximadamente 62% das pessoas de referência no domicílio eram mulheres. Na habitação precária, o número permaneceu estável, com a participação das mulheres em 59%. Na coabitação, o número saltou de 50%, em 2016, para 56%.

Gráfico 8 - Déficit Habitacional no Brasil por região (2016-2019)



Fonte: Fundação João Pinheiro (2019).

Em termos de Políticas Públicas para este setor, lançado em março de 2009, durante o segundo mandato do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Programa “Minha casa, Minha Vida” configura-se como uma iniciativa do poder público para tratar a questão da habitação. De volta à presidência, a recriação do programa foi aprovada pelo Congresso Nacional, em junho deste ano (2023).

O programa “Minha casa, Minha vida” tem como prioridade atender famílias que tenham a mulher como chefe de família e outras que tenham pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes, famílias em situação de rua e vulnerabilidade ou que vivem em áreas de risco ou de calamidade, estarão entre as atendidas (Rocha *et al*., 2023).

O déficit habitacional é visto por especialistas como um desafio complexo que envolve não apenas a construção de moradias, mas também questões como acesso a crédito, regularização fundiária, planejamento urbano adequado e políticas de inclusão social. O espaço urbano, segundo Faleiros (1991), é um lugar de conflito permanente, onde os movimentos sociais buscam avançar conquistas para a classe trabalhadora.

Diante de contradições explícitas: a necessidade de moradia e o mercado imobiliário administrando a propriedade, o solo nas mãos de poucos e a enorme desigualdade de serviços em bairros pobres e ricos. Contudo, para a advogada e especialista em Direito Privado, Samylla Móll (2023), não há uma resposta simples para resolver o déficit habitacional no Brasil, onde a solução começa com a erradicação da pobreza e da miséria e os seus impactos

> Garantido o alimento na mesa, a saúde básica, a escola para as crianças, há que se partir para programas de saneamento básico, retirada de famílias de áreas de alto risco de desastres naturais e construção de moradias de forma sustentável. A casa, em si, não confere dignidade ao ser humano. É preciso que ela venha acompanhada de comida na mesa, emprego digno, saúde mínima, educação e acesso à cultura (Móol, 2023).

Ou seja, o problema de moradia não é só de moradia, está relacionado com a falta de um conjunto de políticas sociais que atenda demandas históricas, dessa forma, benefícios como saúde, educação, seguridade social, moradia e outros, necessários para a reprodução da força de trabalho, assumem um caráter político

institucionalizado, onde o Estado precisa assumir o papel de garantir tais asseguridades.

Dentro do modelo neoliberal que vivemos, mulheres negras empobrecidas acabam por ter suas vidas atravessadas pelas relações de gênero, raça e classe sendo as principais atingidas pelas desigualdades e vulnerabilidades. Em Campos dos Goytacazes, em termos de políticas municipais de garantia de moradia, é possível destacar elementos contraditórios.

Trata-se de um duplo mecanismo que, de um lado, contribui para o acesso à moradia por parte das camadas de baixa renda, doando o imóvel ou parcelando o seu valor em prestações a perder de vista; e, de outro, amplia e aprofunda a segregação socioespacial urbana na medida em que os loteamentos planejados e executados têm localização específica na cidade. Em geral, ocupam áreas distantes do núcleo central urbano, com difícil mobilidade, longe dos locais de trabalho, com escassez de serviços públicos e pouca valorização imobiliária.

De acordo com Póvoa (2002), é somente no final da década de 1990, a partir da aprovação da Lei do Petróleo, que a questão habitacional em Campos dos Goytacazes passou a receber maior atenção. Entretanto, Arruda (2009) destaca que os programas habitacionais no município, consistiam na construção dos conjuntos habitacionais, que continuava deixando os beneficiários à margem.

Eram feitos em espaços que embora, houvesse o acesso a serviços, como saneamento básico, luz elétrica, água encanada, pavimentação de ruas e calçadas, surgiram também acompanhados por taxas e impostos que antes não existiam nas favelas, provocando gastos e até mesmo inadimplências, agravando o quadro de vulnerabilidade social e, consequentemente, a pobreza das famílias.

Em 2008, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) ampliou os investimentos na área habitacional por meio do denominado Programa Morar Feliz. O Decreto Municipal n. 55/2011, que criou o Programa Morar Feliz, estabelece como critérios para concessão das casas populares: 1) que os beneficiários fossem ocupantes de moradias irregulares em áreas de risco; 2) que fossem vulneráveis socialmente e oriundos do Programa SOS Habitação.

De acordo com Mendes *et al.* (2014. p. 43), até a conclusão da primeira etapa do Programa Morar Feliz, em 2012, foram construídas 5.426 casas e com as

mudanças das famílias apareceram também os problemas de diferentes ordens. Com um grande deslocamento populacional, em que aproximadamente vinte mil pessoas deixaram seus lugares de origem para residir em outros bairros, muitas dessas áreas não estavam preparadas para receber esse quantitativo de pessoas e atender às suas demandas por educação, saúde, assistência social, transporte, etc. (Mendes *et al*., 2014, p. 44).

Isso sem mencionar os conflitos de origem territorial gerados pelas facções criminosas ligadas ao comércio de drogas. Ou seja, moradores originários de bairros rivais passaram a conviver no mesmo espaço, gerando violência e insegurança para as famílias. O que evidencia que quando se trata de política de moradia em Campos dos Goytacazes esta tem sido conduzida sem um estudo detalhado das condições sociais das famílias a serem beneficiadas e sem um planejamento participativo socioespacial das áreas construídas (Mendes et al, 2014, p.44).

Além disso, Pedlowski e Oliveira (2012) apontam que a política de habitação das últimas gestões municipais em Campos dos Goytacazes (RJ) não tem considerado as necessidades substanciais dos indivíduos que, ao habitarem uma localidade, constroem laços identitários com o lugar e com os demais. Além de impedir a participação popular na tomada de decisão, o que contribui para o exercício da cidadania.

Nesse entendimento, e para finalizar, consideramos Fleury (2002, p.11), quando diz que a cidadania tem como condição a “inclusão ativa dos cidadãos à comunidade política”. Sendo assim, a cidadania pressupõe um modelo de integração e de sociabilidade, que transcende os interesses egoístas e individuais no mercado. Verificando assim a importância do aspecto coletivo, em contraposição à cultura individualista que é propagada pela ideologia neoliberal que, a partir dos anos 1990, incide pela redução dos direitos sociais.

Com o sucateamento dos serviços públicos, que apresentam uma perda de qualidade nos atendimentos, bem como uma não universalização dos direitos necessários para exercer a cidadania, a regulação neoliberal, que fundamenta a orientação da globalização vigente, incidindo para que o Estado seja mínimo e flexível, o mercado acaba sendo a medida de todas as coisas, inclusive da vida, e do acesso a condições de plenitude para o exercício do viver.

É através do exercício da maternidade que identificamos nas entrevistas o uso da tecnologia ancestral *sankofa*. De olhar e aprender com o passado, e ensinar os filhos a aprenderem com ele. O que nos fez entender que a maternidade negra, e principalmente a sua invisibilização requer uma análise profunda da construção do sentido dessa maternidade (ou não maternidade), vistas a partir da experiência ancestral das mulheres negras escravizadas.

Além das percepções sobre a infância e a escola, foi possível entender como se relacionam com a maternidade. Conforme dito no parágrafo anterior, precoce, e o cuidado de forma geral. Não apenas com os filhos paridos, mas também com os irmãos mais novos, os netos, os mais velhos/as, e os filhos de outras mulheres, na tarefa do trabalho exaustivo, não remunerado, intermitente que é o cuidado.

Além de tais observações, ao analisar as entrevistas de histórias de vida das quatro catadoras, notou-se que os relatos que remetiam à infância eram sempre permeados pela lembrança da presença do trabalho. O brincar e a escola foi na vida de todas elas um caminho interrompido. Fosse em detrimento do trabalho ou da gravidez na adolescência.

O que demonstra que o trabalho na infância impossibilitou, além de frequentar a escola, outros tipos de desenvolvimento que só o brincar permite acessar. E que a gravidez na adolescência, além da maternidade precoce e suas consequências, impossibilitou, entre tantas coisas, de seguir com os estudos. Arrependimento evidenciado nas falas.

Contudo, é que lhes garante identidade: ser mãe. O trabalho em cooperativa que pague o justo é visto como o ideal, pela maioria das entrevistadas mães porque isso permite acompanhar os filhos na escola e no cuidado. Além de lhes garantir autonomia e independência.

CONCLUSÃO

Voltar ao passado a fim de aprender com o que ficou e recontar outras e novas histórias sobre o Brasil e o brasileiro, valorizando os saberes produzidos pelo povo negro, é firmar um compromisso com a fala dos esquecidos. Diante disto, estabelecer uma conexão entre relações étnico-raciais e políticas sociais é de extrema importância. Afinal, o povo brasileiro, com quem as políticas sociais conversam, é composto por maioria negra.

Relacionar as histórias de vida de mulheres que vivem à margem, na função de catadoras de materiais recicláveis, com as políticas sociais, tendo as categorias de raça e gênero como fundamentais, e não apenas como “recortes” foi um grande desafio. Contudo nos permitiu propor conexões com as necessidades concretas, inclusive as mais básicas de proteção social, como moradia, alimentação e acesso a saúde, transporte e lazer, por exemplo.

De toda forma, ao buscar por histórias de vida de mulheres catadoras de materiais recicláveis, foi notado que nem sempre as primeiras ferramentas escolhidas para ir ao campo de investigação serão aquelas que responderão prontamente às suas inquietações. Percebemos que nem sempre teremos as ferramentas, o terreno, e/ou o momento adequado para adentrar no campo investigativo.

Assim como não há uma espécie de “manual acadêmico metodológico” que possa guiar jovens negros/as pesquisadores interessados neste mesmo ideal de ciência e de como fazê-la. Além disso, o campo nos disciplinou para a compreensão de que não existe “a fórmula adequada”. E que uma ferramenta complementar poderá ser necessária, às vezes, para potencializar os dados, ou permitir desenvolver modos alternativos de compreensão.

Nas buscas por conhecer as cooperativas foi possível considerar que nem todas as cooperativas estão no mesmo patamar. Embora tenham partido do mesmo lugar, o lixão da CODIN. Algumas são mais equipadas do que outras, recebendo atenção e equipamentos de forma diferenciada do poder público local. É importante considerar que o tratamento diferenciado entre as cooperativas aparenta ser feito de

forma proposital pelos representantes públicos a fim de gerar desunião, contenda e enfraquecimento da luta política organizada.

Outro aspecto que chama a atenção é o acúmulo político e conscientização de direitos das lideranças, sendo também diferente entre elas. Com algumas cooperativas apresentando maior número de pessoas evangélicas em seu grupo de trabalho. Sendo um reflexo do território de Guarus com inúmeras igrejas protestantes e evangélicas, de uma maioria negra, feminina e mãe. Através da investigação conhecemos uma Guarus que os registros não dão conta. Um território dinâmico, multifacetado, controverso, homogêneo, diverso que nos possibilitou a tentativa de aproximar as lutas históricas desse território com as lutas atuais. A fim de evidenciar uma Guarus celeiro das lutas e resistências.

O tema da violência também é algo que intersecciona a vida das entrevistadas. A maioria desde a infância. Quando refletimos a partir da tríade cuidado, racismo e violência e de “pequenas” mortes do cotidiano, que se dão pelo acirramento da desigualdade social, vemos que em nosso país está intimamente ligada ao racismo estrutural.

Em termos de políticas para essa questão, em Campos dos Goytacazes as políticas ainda se mostram ineficazes com as mulheres negras, que estão na “ponta da lança”. Nesse sentido, é preciso que políticas estejam mais especificadas e conectadas para que essa população saia do topo da lista [de mais violentadas].

A falta de moradia é outro tema presente na vida das entrevistadas. As falas evidenciam a falta de um conjunto de políticas sociais que atenda demandas históricas. Dessa forma, benefícios como saúde, educação, seguridade social, moradia e outros, necessários para a reprodução da força de trabalho não assumem nas trajetórias dessas mulheres o papel de garantir tais asseguridades.

Evidenciando que dentro do modelo neoliberal que vivemos, mulheres negras empobrecidas acabam por ter as relações de gênero, raça e classe como potenciadores das desigualdades. Sendo as principais atingidas pelas desigualdades e vulnerabilidades, em termos de políticas municipais de garantia de moradia em Campos dos Goytacazes.

Visando responder à questão de pesquisa proposta, foi possível notar que em termos de construção de identidade a intersecção de gênero e cor/raça operam

sobre os corpos negros e contribuem para a percepção e construção de si. Fosse pela postura como liderança que “fala as verdades na cara mesmo”, ou que intimida os poderosos locais em mesa de negociação com altivez e determinação. Fosse como sendo uma filha responsável, porque assumiu muito nova a responsabilidade de cuidar dos irmãos. Ou como sendo uma mãe insuficiente, por deixar os filhos fazerem o que querem e não “repreendê-los”, ou como uma “mulher liberal demais”, ou “conservadora cristã”.

No que diz respeito de si e de tomada de consciência como sujeitas políticas, é no movimento organizado na rua, nas audiências públicas, nos acampamentos, debaixo do galpão da cooperativa, ou na rede de apoio e afeto, composta por mulheres, em que buscam suas referências. Trocam experiências, formulam estratégias e arquitetam enfrentamentos aos desafios do cotidiano. Estratégias como de garantir o acompanhamento no hospital à autogestão de suas cooperativas, no propósito da manutenção da vida, em busca de autonomia e domínio de seus territórios de trabalho e sobrevivência.

Ouvir e analisar as histórias vividas pelas catadoras, nos permitiu compreender um pouco mais a cidade de Campos a partir das margens. Ter Carolina Maria de Jesus e outras vozes negras, historicamente silenciadas, como voz participante, e de sedimento teórico nos permitiu uma tentativa de desenvolver nestes campos um modo alternativo de ler e compreender o mundo. Não como uma proposta maior e melhor, mas diferente, a partir do olhar dos excluídos e desconsiderados. Uma proposta que nos coloque diante do modo de pensar, olhando sob o prisma da Filosofia e da Cosmovisão Africana, que nos (re)orienta para uma caminhada em busca de (re)pensar o mundo.

É importante finalizar destacando também a importância da realização de cada vez mais pesquisas a respeito dessas temáticas abordadas, visando contribuir para o fortalecimento da luta antirracista. Na compreensão de que o povo brasileiro quando ouvido e têm suas histórias compartilhadas, acaba por contribuir para uma formação identitária coletiva. Fazendo ressoar o poder que há em se fazer conhecer e ouvir, em ter sua própria história, em usar sua voz de maneira única e autêntica no mundo, possibilitando a beleza que há em se dispor a conhecer e ouvir as histórias de vida dos outros e outras.

REFERÊNCIAS

Adichie, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Akotirene, Carla. *O que é interseccionalidade.* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais).

Alberti, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Aliprandi, D. C. *O sistema de espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: Carências e Potencialidades*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2017.

Almeida, Érica Terezinha Vieira de. *A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial.* Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 215-233, 2017.

Almeida, Érica Terezinha Vieira de; CORDEIRO, Fernanda Azevedo; ALVES, Patrícia da Silva Andrade. *Segregação sócio-espacial e protagonismo dos grupos subalternos: o caso dos catadores. In*: 4º ENCONTRO INTERNACIONAL E 11º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4., 2016, Vitória. Anais [...] Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. v. 1, p. 1-15.

Almeida, Érica Terezinha Vieira de. RELATÓRIO DE ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL: O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes. 2021.

Almeida, Érica Terezinha Vieira. Artigo- *A Terra Prometida como "lugar" de catador: trajetórias, conflitos e guetização na periferia urbana de Campos dos Goytacazes, RJ*. Boletim Petróleo Royalties e Região, v. 20, n. 72, 2023.

Almeida, Érica Terezinha Vieira. O AVANÇO DAS AGENDAS NEOLIBERAL E NEOCONSERVADORA E O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. Revista Goitacá, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2022.

Almeida, Érica Terezinha Vieira. *Conflito e resistência na periferia da cidade-a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ.* 2010-2019. p. 81.In: LAGO, Luciana Correia do; Mello, Irene e PETRUS, Fernanda. Da cooperação na cidade à cidade cooperativa. Ed. Lutas anticapital, 2020.

Almeida, Érica Terezinha Vieira; CRUZ, José Luis Vianna. *Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ.* Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 2, 2021.

Almeida, Érica Terezinha Vieira. *A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial*/The dispute of the garbage and the resistance of catadores in socio-social segregation contexts. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 215-233, 2017.

Almeida, Mariléia de. bell hooks. Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 21-33, 2021. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/04/bell-hooks-1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

Almeida, Sílvio Luiz de. Racismo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). *Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

Alvarenga, Flávia Ribeiro de. *Formação Sociohistórica do subdistrito de Guarus em Campos dos Goytacazes* — RJ: Um processo de segregação. Dissertação de mestrado, 2020.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

Assis, Dayane N. Conceição de. *Interseccionalidades*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

Araújo, A. S. A mulher negra no pós-Abolição. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), v. *5*, n. 9, p. 22–36, 2013. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/234. Acesso em: 15 jan. 2023.

Amador de Deus, Zélia. *Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade.* Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Pará, no Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, em Belém, 2008.
Amador de Deus, Zélia. Trabalho apresentado no III Fórum Nacional de Performance Negra 6 a 9 de julho de 2009. Salvador. Bahia.

Arruza Cinzia, Bhattacharya, Fraser, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto***.** São Paulo: Boitempo; 2019.

Arruza, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e /ou capitalismo. Revista Outubro; v. 23, n. 01, 15.

Araújo, Marlene de. *Infância, educação infantil e relações étnico-raciais.* Orientadora: Nilma Lino Gomes. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Balbi, Aloysio. Entrevista: consciência acima de tudo. Jornal Terceira Via, Campos dos Goytacazes, 20 nov. 2017. Disponível em: https://www.jornalterceiravia.com.br/2017/11/20/entrevista-consciencia-acima-de-tudo/. Acesso em: 13 mar. 2022.

Becker, Howard. *¿De qué lado estamos? Delito y Sociedad*, v. 1, n. 21, p. 89–100, 18 jul. 2016.

Becker, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Bento, Cida. *O pacto da branquitude.* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Berger, P. L. *The sacred canopy: elements of a sociological theory of religion*. New York: Anchor books, 1990.

Bastide, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo.* Tradução de Edmundo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: DIFEL; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

Bhabha, Homi. *O local da cultura.* Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renato Gonçalves. Belo Horizonte. UFMG. 2000

Brandão, Silvana. *Ventre Livre Mãe Escrava*. Recife, 1996.

Braga, Patrícia Colavitti. O ensino de Literatura na era dos extremos. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura* - Ano 03- n.05 - 2º Semestre de 2006.

Brasil. *Lei n. 12.305*, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Seção 1, p. 3.

Brasil. *Lei nº 10.639,* de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Caldeira. Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000. 400 páginas.

Cardoso, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 2014.

Benjamin, Walter: aviso de incêndio – *uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Bhattacharya, Tithi. *O que é a teoria da reprodução social*. Revista Outubro, v. 32, p. 99-113, 2019.

Bortoncello, Sara C.N. *Gênero, Cor e Classe: a invisibilidade da mulher no Pós-abolição.*

Cherfem, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.) *Catadores de materiais recicláveis: em encontro nacional.* Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 47-74.

Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo***.** São Paulo, SP: 70, 1977.

Brum, Eliane. *Mãe vivas de uma geração morta*. São Paulo: Globo, 2016.

Bosi, Antônio de Pádua. *A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 101-116, 2008.

Bourdieu, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas***.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

Buonicore, Augusto, *"O pensamento radical de Clóvis Moura"***,** In: MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibald: Fundação Maurício Grabois, 2014.

Cardin, Eric Gustavo. *Sacoleiros e "laranjas" na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo***,** 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2006.

Cardin, Eric Gustavo. La Formación y la Organización de los Trabajadores de las Vías Públicas de Ciudad del Este – Paraguay. In: *VIII Congreso Nacional de Estudios del Trabajo*. Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo: Buenos Aires,2007.

Cardin, Eric Gustavo. Século XXI: Revista de Ciências Sociais 3 (2), 155-181, 2013. 11, 2013. História oral, *conversas qualificadas* e o mundo dos trabalhadores.

Cardin, Eric Gustavo. História oral, *conversas qualificadas* e o mundo dos trabalhadores · Eric Published 2009.

Claudio, Glaucia de Oliveira. *Os Espaços da Exclusão Social na Cidade de Campos dos Goytacazes* - Rj. 2018. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

Carneiro, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 31 jul. 2023.

Carneiro, Aparecida Sueli. *Epistemicídio.* Disponível em: https://www.geledes.org.br/epistemicidio/. Acesso em: 29 jun. 2023.

Carneiro, Marília B. S. *Atos e fatos da antiga Campos.* Campos dos Goytacazes, 1985.

Carneiro, Silvana. M. *À margem da cidade: O Rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ***.** Campos dos Goytacazes, 2015.

Carvalho, José Jorge. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 90–120.

Cavaleiro, Eliane. Introdução. In: Ministério da Educação. *Secretaria deEducação Continuada, Alfabetização e Diversidade.* Orientações e ações para a educação das relações étnicos-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

Collins, Patricia. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

Cruz, José Luis V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.159-178, 1992.

Chrysostomo, Maria Isabel de Jesus. *Os rios e pântanos nas primeiras representações cartográficas da vila Campos dos Goytacazes: imaginação geográfica e disputas de poder (final do século XVIII até começos do XIX).* 2017. URL: http://journals.openedition.org/confins/12048. Acesso em 20 de agosto de 2019.

Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016. 262 p. Tradução Heci Regina Candiani.

Davis, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia: Angela Davis.* Portal Geledés, São Paulo, 12 jul. 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/. Acesso em: 19 mar. 2023.

Dardot, P; Laval, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.* São Paulo: Boitempo, 2016.

Deus, Zélia Amador de. *O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In*: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. Anais [...] Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2011. v. 1, p. 1-11.

Domingues, P**.** *Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-Abolição.* São Paulo: SENAC, 2004.

Dos Santos, Daniel. *Na encruzilhada dos discursos, arriei meu ebó de palavras: uma leitura de O que é lugar de fala?, de Djamila Ribeiro e O que é interseccionalidade? de Carla Akotirene*.Revista Feminismos; v. 9, n.1, Jan - Abr 2021. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em: 14 jan. 2023.

Dosse, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p.5 22, jan./jun. 2012.

Dieese. *Quem cuida de quem cuida.* Disponível em www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.html . Acesso em: 23 nov. 2023.

Durkheim, É. *As formas elementares de vida religiosa***.** São Paulo: Paulus, 2001.

EMICIDA. *In*: ENCICLOPÉDIA *Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa55124 3/emicida. Acesso em: 5 maio 2023.

Escobar, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.

Elpídio, M. H. *Em um mundo que nos asfixia é hora de retirar a máscara do racismo para voltarmos a respirar!* Interfaces Ufes, Vitória, 2 jun. 2020.

Escurra, Maria Fernanda. *Sobrevivendo do lixo: população excedente, trabalho e pobreza.* Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – IPEA, CODE, 2011.

Evaristo, Conceição. *Depoimento da escritora Conceição Evaristo.* Belo Horizonte, Faculdade de Letras (UFMG), 2013. 1 vídeo (1.02). Publicado pelo Marcos Alexandre. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=heHftI429U4. Acesso em: 10 abr. 2023.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1961.

Faleiros, Vicente de Paula. *A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais*. São Paulo: Cortez, 1980.

Faleiros, Vicente de Paula. *Inclusão Social e Cidadania. In*: 32ª INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, 32., 2006, Brasília. Anais [...] Brasília: ICSW, 2006. p. 1-15.

Faria, Teresa de Jesus Peixoto. *Projeto de modernização e mudança da morfologia social e urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880***.** *In*: IX68 ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro, 2001. v. 1, p. 785-796.

Faria, Thaís Dumêt. *Inspiradas pela obra de Carolina Maria de Jesus, catadoras de materiais recicláveis lançam livro na Feira Literária de Santo André.* Organização Internacional do Trabalho, Brasília, 23 nov. 2021.

Farias, Francisco Pereira de. *Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa.* Revista de Sociologia e Política, p. 49-66, 2000.

Federici, Silvia. *“Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina”.* Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e 70010, 2020.

Federici, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.* São Paulo:Elefante, 2017.

Federici, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* Editora Elefante, 2019.

Fernandes, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Editora Globo,2008.

Feydit, Julio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes: Desde os tempos coloniais até a Proclamação da República*. São João da Barra: Gráfica Luartson, [1900]2004. 500 p. Atualizado por Hylze Peixoto Diniz Junqueira.

Feydit, Júlio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes.* Rio de Janeiro, 1979. Ed. Esquilino Ltda.

Feijó, Dionísio da Cunha Ribeiro. Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexo e cores. In: RIO DE JANEIRO.

Província. *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro.* O conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.a sessão da 3.a legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o ano de 1840 a 1841. 2ª Edição.

Ferreira Filho, Alberto Heráclito. *Quem pariu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza Salvador, 1890 – 1940. Salvador, CEB, 2003.

Fleury, Sonia. *Políticas Sociais e Cidadania*. Trad. Andrea Assis. INDES, 1999.

Florentino, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FolhaPress. *Flip termina com vaias, gafes, sem escritores negros, e falta de educação com Nobel de Literatura.* Gazeta do Povo, Curitiba, 4 jul. 2016. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/literatura/flip-termina-com-vaias-gafes-sem-escritores-negros-e-falta-de-educacao-com-nobel-de-literatura-bzdusthmckb0yutst3314iwmf/. Acesso em: 4 jan. 2023.

Freitas, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Teresa Peixoto. *Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In*: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10.,2005, São Paulo. Anais [...] São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. v. 1, p.4778-4799.

Fridman, Fania. *O Urbano e o Regional nos Campos das Delícias.* Belém. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.Acesso em: 12 de setembro 2023.

Gil, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Gomes, Thiago. *Triste passado: número de escravos colocou Campos dos Goytacazes no topo do cenário escravocrata regional***.** Jornal Terceira Via, Campos dos Goytacazes, 13 maio 2022.

Gonçalves, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. *Trajetórias de vida: visibilizando e reconstruindo a história das mulheres. In*: 7º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006,Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v. 1, p. 1-10.

Gonzalez, Lélia. *A categoria político-cultural da amefricanidade.* Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92, v. 69, p. 69-82, 1988.

Gonzalez, Lélia. *Mulher negra e participação. In*: III Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Estudos Afro-Asiáticos, 3., 1980, Rio de Janeiro.69 Anais [...] Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA/UCAM), 1980. v. 1, p. 1-5.

Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano.* Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1979.

Gonzalez, Lélia. *Tradição viva*. In: História geral da África I. ZERBO, J.K (org.). Brasília:MEC/Unesco, 2010.

Gonzalez, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984, p.223-244.

Gonzalez, L. *A categoria político-cultural da amefricanidade.* Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

Grecco, Fabiana Sanches. *Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista.* 2014.

Hampaté Bâ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula.* São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

Hirata, Helena. *A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Sociologias,* Porto Alegre, n. 21,p. 24-41, jan./jun. 2009.

Hooks, Bell. *Intelectuais negras***.** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

Hooks, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro* Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Hooks, bell. *“Intelectuais Negras”. In*: Revista Estudos Feministas. vol. 03, n. 02,1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>.Acesso em: 06 jan. 2021.

Ianni, Octavio. *Dialética das relações raciais.* Estudos avançados, *[S. l]*, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004.

Iasi, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. IN: MARICATO, E. [et al.]. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.1. ed. – São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013. (p.41-46).
Ianni, O. *A questão nacional na América Latina*. Estudo. av. vol.2 no.1 São Paulo Jan./Mar. 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Campos dos Goytacazes. Brasília, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas em desigualdade em relação aos brancos permanece. Brasília, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. Brasília, 2022.

Ildefonso, Pauline; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. *Vivências negras e trabalho do cuidado: uma análise consubstancial sobre as trajetórias de mulheres negras no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes/RJ.* Revista da ABET, *[S. l.]*, v. 20, n. 1, p. 85-108, 2021.

INEPAC**.** *Salvaguarda da capoeira no estado do Rio de Janeiro.* Disponível em http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/publicacao/leiamais/53/0/3. Acesso em 13 de jul 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retratos da desigualdade.* Brasília, 2011.

IPEA. *Quilombos das Américas:* articulação de comunidades afrorrurais:documento síntese. Brasília: Ipea; SEPPIR, 2012.
IPEAFRO disponível em https://ipeafro.org.br/acervo-digital/

Jesus, Carolina Maria de. *Diário de Bitita.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1986.

Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada.* São Paulo: Francisco Alves, 2004.

Juncá, Denise; Gonçalves, Marilene Parente; Azeredo, Verônica Gonçalves. *A mão que obra no lixo.* Niterói: Editora da UFF, 2000.

Krenak, Ailton. *O pensamento Colonial se prolifera*. Aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS , intitulada “Povos Originários na América Latina: o dilema de integração”, terça-feira passada, 14 de março, no auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados do Campus do Vale. disponível em https://racismoambiental.net.br/2017/03/24/o-pensamento-colonial-se-prolifera-como-praga-adverte-ailton-krenak/ acesso em 30 de jul. 2023.

Kilomba, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Lamego, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia, 1945.

Lobato Côrrea, Roberto. *Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano,* in A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

Lessa, Luma; Núñez, Geni. *Luta e pensamento anticolonial: uma entrevista com Geni Núñez*. Epistemologias do Sul, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 38-57, 2021.

Lorde, Audre. *Irmã Outsider*: **Ensaios e Conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Lugones, María. *"The Coloniality of Gender".*Worlds &Knowledges Otherwise, 116, 2008.

Lugones, María. *"Toward a Decolonial Feminism"*. Hypatia, 25(4):742–759, 2010.

Lugones, María. *"Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples".* Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012, pp.129-140, 2014.

Lugones, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colombia, n. 9, p.73-101, 2008.

Luzio dos Santos, L.M. *Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate*. São Paulo: Atlas, 2021.

Macedo, Neusa Dias de. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. São Paulo: Edições Loyola,1994.70

Mbembe, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014, p. 25-28.

Mbembe, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte.* Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

Machado, Bárbara Araújo. *"Recordar é preciso": Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982-2008).* 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

Machado, Ednéia Maria; Kyosen, Renato Obikawa. *Política e Política Social.* Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 1, p. 61-68, 2000.

Machado, Adilbênia Freire. *Filosofia Africana:ancestralidade e encantamento como inspirações formativas para o ensino de africanidades*. Fortaleza: Imprece, 2019.

Marconi, Marina de Andrade, Lakatos, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

Marconi, Marina de Andrade, Lakatos, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2005.

Marconi, Marina de Andrade, Lakatos, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1999.

Mariah, Morena. *O que é Afrocentricidade?.* Afrofuturo, 2018. Disponível em: https://faleafrofuturo.medium.com/o-que-%C3%A9-afrocentricidade-ca1a0819b156. Acesso em: 18 dez. 2023.

Martins, Bruna Oliveira. *A autoeducação e o papel formativo da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis na modificação das relações de gênero da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região*. 2023.

Meihy, José Carlos Sebe Bom. *Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro***.** Revista de História, *[S. l.]*, n. 155, p. 191-203, 2006.

Melo, Hildete Pereira de. *Gênero e pobreza no Brasil.* In: A pobreza e as políticas de gênero no Brasil-LC/L. 2322-P-2005-p. 9-42, 2005.

Mesquita, W. A. B. Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro: a batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes*. Estudos de Religião***,** v. 23, n. 37, 89-103, jul./dez. 2009.

Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

Miranda, Fernanda. *Perdemos o medo de por o dedo na ferida, diz Conceição Evaristo*. Catraca Livre, São Paulo, 16 abr. 2019. Disponível em: https://catracalivre.com.br/cidadania/perdemos-o-medo-de-por-o-dedo-na-ferida-diz-conceicao-evaristo/ .Acesso em: 4 jan. 2023.

Morais, Gizelya da Silva; Silva, Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da. *Classe, gênero e raça: análise do discurso de Carolina Maria de Jesus em Quarto de despejo.* TCC (Especialização) – Curso de Literatura, Memória Cultural e Sociedade, Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

Moura, Clovis. *Quilombos.* Resistência ao escravismo. 3º Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Zumbi, 1959.

Moura, Maria Aparecida, 2018. *Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder*. In:Liin em Revista, Rio de Janeiro, vol.14, no.2, p. 118-135.

Moura, Clóvis. São Paulo: da quilombagem radical à conciliação abolicionista. Moura, Clóvis (org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

Moura, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

Moura, Clóvis. *O Negro, do bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

Moura, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra***.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

Moura, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo.* São Paulo: Editora Ática, 1993.

Moura, Clóvis. *Rebeliões da Senzala.* 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988a.

Moura, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro.* São Paulo: Editora Ática, 1988b.

MNCR. *Mulheres são maioria entre os catadores de recicláveis*. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), São Paulo, 21 mar. 2014. Disponível em: https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas. Acesso em: 23 fev. 2023.

Merhy, E.E. *Público e privado: entre aparelhos, rodas e praças* (prefácio) in Aciole, G.G. A saúde no Brasil: cartografias do público e do privado. São Paulo: Hucitec, Campinas-Sindmed, 2006.

Munanga, Kabengele. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.* Estudos Avançados, *[S. l.]*, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

Munanga, Kabengele. *Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo.* Cadernos Penesb– Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Especial curso ERER), n. 12, p. 1-384, 2010. p. 11.

Nascimento, Abdias. *SANKOFA*. In: Itaú Cultural, São Paulo: 2016. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/sankofa/. Acesso em: 13 mar. 2022.

Nascimento, Abdias. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Nascimento, Elisa Larkin (org.). *A matriz africana no mundo*. 1. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

Nascimento, Elisa Larkin; GÁ. Luiz Carlos. *Adinkra: sabedoria em símbolos africanos***.** Rio de Janeiro: Ipeafro; Pallas, 2009.

Nascimento, Beatriz (1942-1995). *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos / Beatriz Nascimento*; organização Alex Ratts. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Nassif-Pires, Luiza, Carvalho, Laura. Rawet, Eduardo. Desigualdade Multidimensional e COVID-19 no Brasil. *Department of Economics- FEA/USP,* 2020. Disponível em: http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/NassifPires_Carvalho_Rawet_26WP.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. *Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD*. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022 e 2023.

Nunes, Caroline. *Mães-solo sim, sozinhas não: mulheres negras são importantes redes de apoio para puérperas*. Disponível em https://www.terra.com.br/nos/maes-solo-sim-sozinhas-nao-mulheres-negras-sao-importantes-redes-de-apoio-para-puerperas,179e5360b45963b2c43a8da27ea3f89779rc1a1l.html?utm_source=clipboard Acesso em 17 de Jan 2023.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça: desafios para promover o trabalho decente no Brasil.* Brasília: OIT, 2011.

ONU Mulheres. *Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19.* Informe, v. 1, 13 out. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

Oscar, João. Escravidão & Engenhos. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

Osório, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE.* Brasília: IPEA, 2003.

Olívia, A. R. A África como berço da humanidade. O debate sobre a "anterioridade" africana e seus reflexos nos livros didáticos brasileiros. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Org.). *Os reinos africanos na antiguidade e na idade média*. Vitória: GM, 2011, p. 7-23.

Oyewúmí, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.* 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Papali, Maria Aparecida. *Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume, 2003.

Passos, Raquel Gouveia. *Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial.* Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 45, 2020.

Prefeitura de Campos dos Goytacazes. *Campos dos Goytacazes Perfil 2018.* Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS 2018.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

Penna, Nelba Azevedo; Ferreira, Ignez Barbosa. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, set. /dez. 2014.

Póvoa, F. M. R. (2002), *A Municipalização da Política de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes* (RJ) (1989-2001). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2002.

Quijano, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 203-241.2014.

Quijano, Aníbal. *"Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina".* Tradução de Gênese Andrade. Estudos Avançados, 19(55): 9-31, 2005.

Quintero, Pablo; Figueira, Patrícia; Elizalde, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais.* Trad. Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

Rego, Anna Paula Eckhardt de Almeida. Trabalho precário e reprodução social: a realidade dos catadores do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes/RJ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA, 2015, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. v. 1, p. 1-8.

Rancière, J. *O desentendimento:política e filosofia*. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed.34, 1996.

Ramose, Mogobe Bernard. *African Philosophy through Ubuntu. Harare: Mond Books*, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos. Disponível em:https://docplayer.com.br/12384521-A-filosofia-do-ubuntu-e-ubuntu-como-umafilosofia-mogobe-b-ramose.html.

Ratts, Alex. *Uma História Feita por Mãos Negras*. São Paulo, Ed. Zahar, 2021.

Reis, Maria Clareth Gonçalves. *Negro de pele escura, negro de pele clara: relatos de uma mulher negra*. *In*: Gonçalves, Luciane Ribeiro Dias; Vilela, Maria Aparecida A. Satto; Silva, Jussara Goulart da (orgs.). Mulheres que nos fizeram. Uberlândia: Culturatrix, 2021. p. 164-185.

Reis et al.. *Origens e significado do termo raça*. Portal Geledés, 2021. Disponível em: www.geledes.org.br/origens-e-significados-do-termo-raca/. Acesso em: 20 jan. 2023.

Reis. Maria Clareth Gonçalves. *Mulheres negras e professoras: suas histórias de vida*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.

Restrepo, Eduardo. Rojas, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.* 1ª Ed. Popayán. Editorial Universidad del Cauca, 2010.

Rezende, Simone Silva. Negros na Mata Atlântica: territórios quilombolas e a conservação da natureza. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, 2008.

Ribeiro, Djamila. *O Que é Lugar de Fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

Ribeiro, Katiuscia. *Nem feminismo branco, nem negro. O que é o mulherismo e a quem ele da voz?* Disponível emhttps://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/19/nem-feminismo-branco-nem-negro-o-que-e-o-mulherismo-e-a-quem-ele-da-voz.htm. Acessado em 01 de dezembro de 2024.

Ribeiro, Katiúscia. Mulheres negras e a força matricomunitária. *Revista Cult, E*ditora Bregantini, São Paulo, Ano 23, n° 254. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria/>. Acesso: 14 de abril de 2021.

Riggoti, Maria José. *Ouçam Mirtes*. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/03/5083372-oucam-mirtes-10-anos-apos-pec-das-domesticas-livro-mostra-desafios-da-profissao.html. Acesso em: 12 dez. 2023.

Rizzo, Tamiris Pereira. *“Tudo que nós têm é nós”: lugares da negritude e práticas político-pedagógicas de coletivos negros na universidade.* / Tamiris Pereira Rizzo. – Rio de Janeiro:UFRJ/ NUTES, 2021.

Rodrigues, Arlete M. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. 3ª ed. São Paulo, 1988.

Roncador. Sônia. *O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural*. Portal de Periódicos da UNB. 2008.

Rufino, Luiz. *Performances afro-diaspóricas e decolonialidade: o saber corporal a partir de Exú e suas encruzilhadas*. Revista Antropolítica, Niterói, n. 40, p. 54-80, 2016.

Ribeiro, R. *O negro e seu mundo: vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (18831893).* Campos dos Goytacazes. Dissertação de Mestrado, UENF, 2012.

Saffiotti, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Sanha, Satumata Malam Sambu. *Gênero, raça e desigualdade social em Paulina Chiziane e Conceição Evaristo.* 130 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2023.

Santos. Daniel. *Na encruzilhada dos discursos arriei meu ebó de palavras: uma leitura de O que é lugar de fala?, de Djamila Ribeiro e O que é interseccionalidade?, de Carla Akotirene***.** Revista Feminismos. V. 1 JAn-Abr/2021.

Santos, Ilka Sousa dos. N*arrativas de empoderamento: um olhar à ficção de Paulina Chiziane*. 105 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) –Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

Santos. Milton. *Marginalidade levou, inclusive, ao processo de condenação de sua própria existência*.1982.

Santos. Rocha F.G. Carucango Resistência Quilombola no Rio de Janeiro. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 6, n° 10 | janeiro – junho de 2021

Santiago. Viviane. *Maternidades negras – O exercício de ser mulher negra e mãe no Brasil*. Disponível em: https://issuu.com/fmcsv/docs/primeiro-relatorio-sobre-as-paternidades-negras-no/s/16567504

Santana, José Diêgo Leite. *A (re)invenção dos corpos do sul e as pedagogias africanas no enfrentamento à colonialidade do ser.* / José Diêgo Leite Santana. – 2020.

Schucman, Lia Vainer. Branquitude e o poder: revisitando o “medo Branco” no século XXI. *Revista da ABPN*, *[S. l.]*, v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, *[S. l.]*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

Silva, Viana, Schwartz, Lilia, Salgado, Filho et al. *Negar dívida com escravidão é apagar a História*. O Globo, nº 31040, 2018, p. 6 e 8.

Silva, Maria da Penha. Mulheres negras: Sua participação histórica na sociedade escravista. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

Segato, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, 2012.

Simionatto, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe, e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Katálysis,* Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009.

Silva, Petronilha, Beatriz Gonçalvez e. *Diversidade étnico-racial e currículos escolares: dilemas e possibilidades*. Cadernos CEDES, Campinas, n. 32, p. 25-34, 1993.

Silva, Cidinha da. *Cada tridente em seu lugar*. 3ªEd. Editora Mazza, 2010.

Silva, Sandro Pereira; Goes, Fernanda Lira; Alvarez, Albino Rodrigues. *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável - Brasil.* Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: mar. 2017

Siqueira, Antenora Maria da Mata. *Palestrante Tartaruga***.** A produção nas margens: a capoeira como processo de resistência, luta e arte. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Volume 5 Número 2 Julho a Dezembro/2015.

Skliar, C. *Pedagogia (improvável) da diferença:* e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Soihet, Rachel. *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas.* Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 5, n. 1, p.7-29, 1997.

Shohat, E. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. *Cadernos Pagu*, n. 23, p. 11-54, 2004.

Soares. Hugo. *Memória e resistência afrodiaspórica em Campos dos Goytacazes*. Vivências. Documentário do Sesc. 2021.

Soares, Tatiane. *Reprodução social e interseccionalidade na trajetória de vida e trabalho das catadoras de recicláveis de Campos.* Trabalho de conclusão de curso, UFF, 2023.

Sodré, Muniz. Exu inventa o seu tempo. In: SODRÉ, Muniz.*Pensar nagô* . Petrópolis: Vozes, 2017. p.204-229

Sodré, Nelson Werneck, Formação Histórica do Brasil. 10ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Spradley, James P. (1980). *Participant Observation*. Orlando- Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers

Sousa, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.73

Sousa, J. *A Ralé Brasileira.* Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

Souza, J. *A Ralé Brasileira.* Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2017.

Souza, Ellen Lima, Carvalho, Alexandre Filordi. pensar outros possíveis entre infâncias e necropolítica. *Childhood & Philosophy*, v. 17, jul. 2021, pp. 01-18, 2021.

Spink, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade,* v. 20, n. spe, p. 70–77, 2008.

Spink, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, v. *15,* n. 2, p. 18-42, 2003.

Aposati, Aldaíza. *Território e Políticas Sociais.* SERV. SOC. REV.,LONDRINA,V. 16,N.1,P. 05-18,JUL./DEZ. 2013.

Teixeira, Elisa Ferreira. Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental (1975-1988). *Epígrafe*, v. 6, n. 6, p. 125–148, 29 nov. 2018. DOI 10.11606/issn.2318-8855.v6i6p125-148. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/141360. Acesso em: 8 jul.2023

Thompson, Paul. *A voz do passado: história oral.* Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Torres, Nelson Maldonado in: COSTA, Jaoze Bernardino; Torres, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p.41.

Tourtier-Bonazzi, Chantal de. *Arquivos: propostas metodológicas*. In: Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Pp. 233 – 245.

Truth, Sojourner. *NÃO SOU MULHER?* 1851. Disponível em: https://www.feminist.com/resources/artspeech/genwom/sojour.htm. Acesso em Jul 2023.

Vargas, J. H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista Antropologia***,** São Paulo, v. 48, ano 1, 2005.

Vazquez, Ana Carolina Brandão, Falcão, Ana Taisa da Silva. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. *O Social em Questão* - Ano XXII - nº 43 - Jan a Abr/2019.

Vieira, S.P. O Outro lado da cidade: representações sobre os bairros do subdistrito de Guarus. *Jornal A cidade*, Campos dos Goytacazes, p. 3-3, 12 de março, 2005.

Villaça, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Vilela, Pedro Rafael. *Saiba quem são as pessoas que entregaram a faixa presidencial a Lula.* Agência Brasil, Brasília, 1 jan. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/saiba-quem-sao-pessoas-que-entregaram-faixa-presidencial-lula. Acesso em: 12 de Jan.2022

Vogel, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: aymarket Books, 2013 [1983].

Walsh, Catherine E. *Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Equador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. *Horizontes Antropológicos***,** v. *15*, n. 32, p. 157-170, 2009.

Wolff, F. “Quem é bárbaro?” In: Novaes, A. (org.) *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Yazbek, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2009.

Xakriabá, Célia. *Amansar o giz.* PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, 2020.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: *relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar* – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert :Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ;1).

APÊNDICE A — Roteiro de Entrevista (Mulheres Catadoras)

O presente roteiro de entrevista refere-se à pesquisa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, oferecido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), realizada pela mestranda Gizelya da Silva Morais e orientada pela prof.ª dr.ª Maria Clareth Gonçalves Reis e co-orientada pela profª drª Érica Terezinha Vieira de Almeida. Este contém inicialmente 25 perguntas e será aplicado às mulheres catadoras trabalhadoras da cooperativa Nova Esperança e Renascer responsável pela separação de materiais recicláveis na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ.

INFÂNCIA

1. Se apresente para nós falando seu nome, que você autoriza a gravação de imagem e som, como você gosta de ser chamada, idade, e o que gosta de fazer.

2. Como o objetivo desse encontro é ouvir sua trajetória de vida, gostaria de saber quem é a (nome da entrevistada) dita por ela mesma, e gostaria de iniciar voltando ao passado e perguntando quem foi a menina (nome da entrevistada). Fale um pouco sobre sua infância, onde nasceu, se tinha um brinquedo favorito, bicho de estimação, irmãos/as, primos/as, quem foram seus pais/avós/tias, madrinhas (os primeiros adultos que tem lembrança da infância). Alguma história da infância.

3. Em relação à escola. Alguma coisa que te fizesse querer ir/estar ou algo que te fizesse odiar, alguma experiência para relatar?

4. E medo, essa criança que você foi, sentia medo?

5. Essa menina, ela sonhava? Quais eram os sonhos, desejos dessa criança?

6. Como você avalia sua infância? Faltou algo? O que faltou? Você pode falar um pouco?

ADOLESCÊNCIA

7. Sobre sua adolescência. O que você pode nos dizer sobre essa fase da sua vida? Alguma memória dessa época para compartilhar? sobre escola, igreja, namoradinhos/as, trabalho, filhos, família, passeio, festas?

8. Em relação à escola, o que você pensava sobre esse lugar "escola", nessa fase da vida?

9. Nessa fase você se divertia?/ Não se divertia. Fale um pouco.

10. E quais eram os medos, sonhos, preocupações dessa adolescente?

11. Como você avalia sua adolescência? Você sentiu falta de algo? O que te faltou?

23) Você se acha uma mulher vaidosa? Quando você se sente bonita?

24) O que você faz quando não está no galpão/trabalhando?

25) Quais seus gostos? musicais, culinários…

25) Hoje qual o maior sonho dessa mulher que está aqui falando?

TRABALHO

12. Como veio parar neste trabalho que desempenha hoje? Pode falar um pouco sobre?

13) Você exercitou/exercita algum outro trabalho/atividade de sustento além deste? Como foi/é?

14) Como é sua rotina de trabalho e vida? Fale um pouco sobre

15) Há homens catadores, vocês como mulheres sentem/sentiram em algum momento algum tratamento diferenciado em relação a isso?

a) Se sim, algum episódio para relatar?
b) O que acredita ter motivado essa situação?

16) Na fase da transição do lixão para as cooperativas de reciclagem, como foi encarar esse período? Quais eram os medos, angústias, preocupações? Alguma história marcante dessa época?

17) Entre a vida no lixão e a vida na cooperativa, o que mudou? Fale um pouco sobre.

18) Na vida de catadora do lixão o que, na sua opinião, era mais difícil de suportar? alguma história? E na vida de trabalhadora cooperativada o que é mais difícil de lidar: Alguma história?

SOBRE A CIDADE

19) Sobre Moradia: Sempre morou no mesmo lugar (ou não, se não de onde veio)?

a) tem algum lugar onde morou com uma lembrança para contar?
b) Como é viver em Campos dos Goytacazes (relação ao convívio comunitário, vizinhança se dá bem, se ajudam)?

20) Acredita que a cidade oferece o que você precisa para viver nela? (em termos de saúde, diversão, creche, educação, transporte público, carros de aplicativo, iluminação, segurança, bancos, lotéricas…

a) Caso não, o que falta?

21) Acredita que preconceito, racismo, discriminação essas coisas existam? O que você entende por racismo?

a) (caso resposta positiva) Poderia relatar um fato que presenciou ou tomou conhecimento?

22) Percebe algum olhar diferenciado das pessoas em relação a você e o trabalho que exerce? Há algum incômodo, não percebem, há algum episódio para relatar?

23) Qual o maior desafio de estar à frente na posição de liderança?

24) E como foi durante a pandemia a vida, o trabalho… Pode contar um pouco como foi?

ANEXOS:

I) As vozes que fundamentam e referenciam esta pesquisa têm rostos e eles são diversos:



II) Registros dos bastidores da pesquisa (autorizado pelas entrevistadas).

